



PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA DE GUARUJÁ



**PROJETO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA –
PROJETO ORLA – VERSÃO NOV/2016**

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Izabella Teixeira - Ministra de Estado

**Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural
Sustentável**

Paulo Guilherme Francisco Cabral - Secretário

**Departamento de Zoneamento Territorial - Secretaria de
Extrativismo e Desenvolvimento Rural**

Adalberto Sigismundo Ebehard – Diretor

Gerente da Gerência Costeira

Leila Affonso Swerts

Equipe Técnica MMA

Márcia Oliveira

Cláudia Regina dos Santos

Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão

Miriam Belchior - Ministra de Estado

Secretaria do Patrimônio da União (SPU)

Cassandra Maroni Nunes – Secretária

Departamento de Caracterização do Patrimônio

Eliane Hirai

Departamento de Destinação Patrimonial

Luciano Ricardo Azevedo Roda

Coordenação-Geral de Apoio ao Desenvolvimento Local

André Luís Pereira Nunes

Equipe Técnica

Reinaldo Magalhães Redorat

Maria Nelcina Matos

Cícero Ribeiro de Souza Júnior

Renata Português de Souza Braga

**Coordenação Estadual do Projeto Orla no Estado de São Paulo
- CE/SP**

Evangelina Almeida Pinho – SPU/SP

Luiz Roberto Numa de Oliveira – SMA/SP

Equipe Técnica

Glauber Giroto SPU/SP

Beatriz Santos Caio

Grupo Setorial de Coordenação da Baixada Santista



Ilha da Prainha Branca – PASSARINHO



PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA DE GUARUJÁ

Prefeita

Maria Antonieta de Brito

Vice-Prefeito

Duíno Verri Fernandes

Secretários Municipais Envolvidos

Maria Eunice Ribeiro Leão Grötzinger – Secretária Adjunta de Turismo - Núcleo de Projetos Especiais

Equipe Técnica

Comissão Permanente de Implementação do Projeto Orla

Secretaria Executiva do Projeto Orla Guarujá

Dra. Fernanda Terra Stori (até dezembro 2012)

Me. Gabriela Neves Gallo (a partir de março de 2013)

Outras Instituições

Sérgio Martins de Assis - SPU

Ingrid Maria Furlan Oberg – IBAMA

Marco Buher Campolim – Secretaria do Estado de Meio Ambiente/APAMLC

Luiz Roberto Numa de Oliveira – Secretaria de Estado de Meio Ambiente/CPLA – GERCO/BS

Sociedade Civil

Associação ECO-PRAIAS dos Ambulantes das Praias de Guarujá
Associação da Orla de Guarujá-Restaurantes/Bares/Quiosques
Associação dos Quiosques da Praia do Tombo
Associação dos Pescadores Artesanais do Canal da Bertioga
Sociedade Amigos da Praia do Guaiúba
Sociedade de Melhoramentos de Conceiçãozinha – SOMECON
Instituto de Segurança Sócio Ambiental – ISSA
Sociedade Amigos da Prainha Branca
Liga de Beach Soccer do Guarujá e Esportes de Areia
Associação Administradora do Complexo Industrial Naval de Guarujá – CING
Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP
Associação de Surf de Guarujá
Agenda 21
Sociedade de Amigos da Praia de Pernambuco
Associação dos Amigos da Vila Nova Perequê
Instituto Litoral Verde
Sociedade de Moradores e Amigos da Cachoeira

Instrutor do Projeto Orla em Guarujá - Dr. Marcus Polette

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. OBJETIVOS	9
1.1. Objetivo geral.....	9
1.2. Objetivo específico.....	9
2. IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR.....	11
3. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	12
3.1. Localização Geográfica.....	12
3.2. Histórico.....	13
3.3. Limites de análise do Projeto Orla para o Município de Guarujá.....	19
4. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO/CLASSIFICAÇÃO.....	25
4.1 Cassetes e Enquadramentos Gerais e Tipologias (de Todos os Setores), detalhando o suporte físico e forma de ocupação.....	24
4.2 Detalhamento dos parâmetros de qualidade ambiental, social e econômica de cada Setor e dos Trechos com suas localizações, configurações e usos para a orla de Guarujá.....	24
Setor 1 – Canal de Santos	25
Setor 2 – Cabeça do Dragão.....	50
Setor 3 – Enseada.....	65
Setor 4 – Pernambuco/Perequê	83
Setor 5 – Rabo do Dragão	94
Setor 6 – Rabo do Dragão (Canal de Bertioga)	107
5. AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS.....	123
5.1. Lazer e Turismo.....	124
5.2. Comunidades Tradicionais.....	127
5.2.1. Ocupação e uso do espaço.....	127
5.2.2. Cultura caiçara.....	128
5.2.3. Sustentabilidade e fomento.....	129
5.2.4. Questões urbanas.....	131
5.3. Meio Ambiente.....	132

5.3.1. Poluição Marinha e estuarina.....	132
5.3.2. Estratégia para a conservação de áreas de preservação permanente.....	135
5.3.3. Recuperação e revitalização de áreas degradadas.....	137
5.3.4. Certificação ambiental.....	139
5.3.5. Estratégia para a implantação de Unidades de Conservação.....	141
5.3.6. Paisagismo.....	143
5.4. Ordenamento Marinho.....	145
5.5. Ocupações irregulares.....	149
5.5.1. Visão geral.....	149
5.5.2. Ocupação irregular para fins de moradia	150
5.5.3. Ocupação irregular e favelamento da orla.....	152
5.5.4. Revitalização urbana.....	153
5.6. Ambulantes da orla.....	155
5.7. Quiosques da orla.....	158
6. ESTRATÉGIAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PLANO.....	160
6.1. Formas de legitimação do plano.....	160
6.2. Mecanismos de envolvimento da sociedade.....	160
6.2.1. Ações de carácter deliberativo.....	160

6.2.2. Ações de carácter consultivo.....	161
6.2.3. Ações de carácter informativo.....	161
6.3. Alternativas de articulação política.....	161
7. SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES.....	162
7.1. Base legal.....	162
7.2. Base institucional.....	164
7.3. Fóruns de decisão.....	165
7.4. Instrumentos gerenciais.....	166
7.5. Material técnico científico e outros sobre a área de estudo.....	166
8. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO AVALIAÇÃO E REVISÃO.....	167
8.1. Acompanhamento.....	167
8.2. Avaliação.....	168
8.3. Revisão do plano.....	168
9. CRONOGRAMA.....	168

APRESENTAÇÃO

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) é uma ação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e do Ministério do Planejamento no âmbito da sua Secretaria do Patrimônio da União (SPU). As ações buscam o ordenamento dos espaços litorâneos sob o domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial com ampla articulação entre as três esferas de governo, a sociedade civil e a iniciativa privada.

São objetivos estratégicos do Projeto Orla: o fortalecimento da capacidade de atuação e articulação de diferentes atores do setor público e privado na gestão integrada da orla; desenvolver mecanismos de participação e controle social para sua gestão integrada; e o estímulo de atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da orla.

Assim, o Projeto Orla para o município de Guarujá, busca responder a uma série de desafios históricos, atuais e complexos tais como conservar os ecossistemas da orla assim como buscar um desenvolvimento ordenado baseado em ações de natureza participativa em uma das áreas mais importantes para o município, a orla marítima.

O estabelecimento de critérios para destinação de usos de bens da União visando o uso adequado de áreas públicas é um elemento essencial nos dias atuais. A participação e o comprometimento da sociedade na construção de um plano de gestão tendo como referência a percepção da sua própria realidade é um grande avanço em um país onde historicamente o planejamento teve como base decisões de natureza tecnocrática. Assim o Projeto Orla passa a ser um instrumento de construção atual e necessário, pois concebe na sua essência a integração também de inúmeros instrumentos de políticas públicas disponíveis no país.

O presente Plano de Gestão Integrada da Orla de Guarujá é reflexo de uma ampla sinergia entre a sociedade, os governos municipal, estadual e federal e a iniciativa privada. Foi possível estabelecer um diagnóstico inédito no município tendo como referência os potenciais de uso e ainda os projetos e planos existentes no município.

O Plano de Intervenção na orla marítima foi elaborado com base nos levantamentos das condições atuais de uso e ocupação da orla do Município de Guarujá, integrando-se a outros instrumentos estratégicos como o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, o

Zoneamento Ecológico Econômico da Baixada Santista, Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo (em processo de revisão), Agenda 21.

Para elaboração deste documento, que segue a estrutura estabelecida pela metodologia do Projeto Orla, cuidou-se da delimitação, caracterização e do diagnóstico da área de intervenção, para, a partir daí, formularem-se os cenários atuais, as tendências e os cenários possíveis para os diferentes trechos da orla.

A seguir foram identificados os conflitos existentes em cada trecho, os problemas e impactos a eles relacionados e definidas as ações e medidas necessárias à gestão sustentável da orla municipal.

Por fim, foram estabelecidas as estratégias para a legitimação do Plano e as articulações necessárias para a implementação das ações previstas.

1. OBJETIVOS

1.1 Objetivo Geral

O Plano de Intervenção da orla marítima visa estabelecer diretrizes e linhas de atuação, com definição de responsabilidades e dos atores envolvidos, que venham a prevenir, corrigir e/ou amenizar os impactos sobre o ambiente natural causado pela intervenção, em geral desordenada, ilegal ou imprópria, tendo como consequências a poluição de cursos d'água, lançamento de efluentes não tratados, aterros de manguezais, desmatamentos em áreas protegidas, uso indevido de bens públicos, entre outros danos.

Objetiva ainda, contribuir para a redução de conflitos relacionados ao uso e ocupação do solo na orla marítima, estabelecendo estratégias para o resgate da atratividade desse espaço como local democrático de lazer, e, a partir dos possíveis convênios a serem celebrados entre a Prefeitura Municipal e a Secretaria de Patrimônio da União, possibilitar uma ação mais efetiva do governo municipal na gestão do espaço litorâneo, viabilizando seu devido ordenamento.

1.2 Objetivos Específicos

- Analisar e caracterizar de maneira integrada e participativa as diversas formas de uso e ocupação do solo da orla do Município de Guarujá;
- Melhorar a qualidade socioambiental da orla marítima de Guarujá;
- Otimizar a estrutura de gestão para o ordenamento pretendido para a orla, disponibilizando as informações necessárias para a ampla participação da sociedade;
- Melhorar a qualidade de vida da população local através da manutenção das atividades tradicionais, da diversidade biológica e produtividade dos ecossistemas costeiros;
- Compatibilizar o desenvolvimento econômico do município com o uso sustentável da orla marítima
- Estabelecer ações, medidas, prazos e responsáveis para a efetivação do Plano de Gestão Integrada da Orla de Guarujá;

- Criar mecanismos de acompanhamento capazes de subsidiar uma avaliação da implementação das ações e consequente efetividade do Plano de Gestão Integrada.

2. IDENTIFICAÇÃO DO EXECUTOR

Executor:

Prefeitura Municipal do Guarujá - Secretaria de Turismo/Núcleo de Projetos Especiais;

Secretaria do Meio Ambiente do Guarujá;

Secretaria da Cultura de Guarujá;

Secretaria de Planejamento e Gestão de Guarujá;

Secretaria de Infraestrutura e Obras de Guarujá;

Secretaria de Habitação de Guarujá;

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário/Diretoria de Pesca;

Secretaria de Finanças;

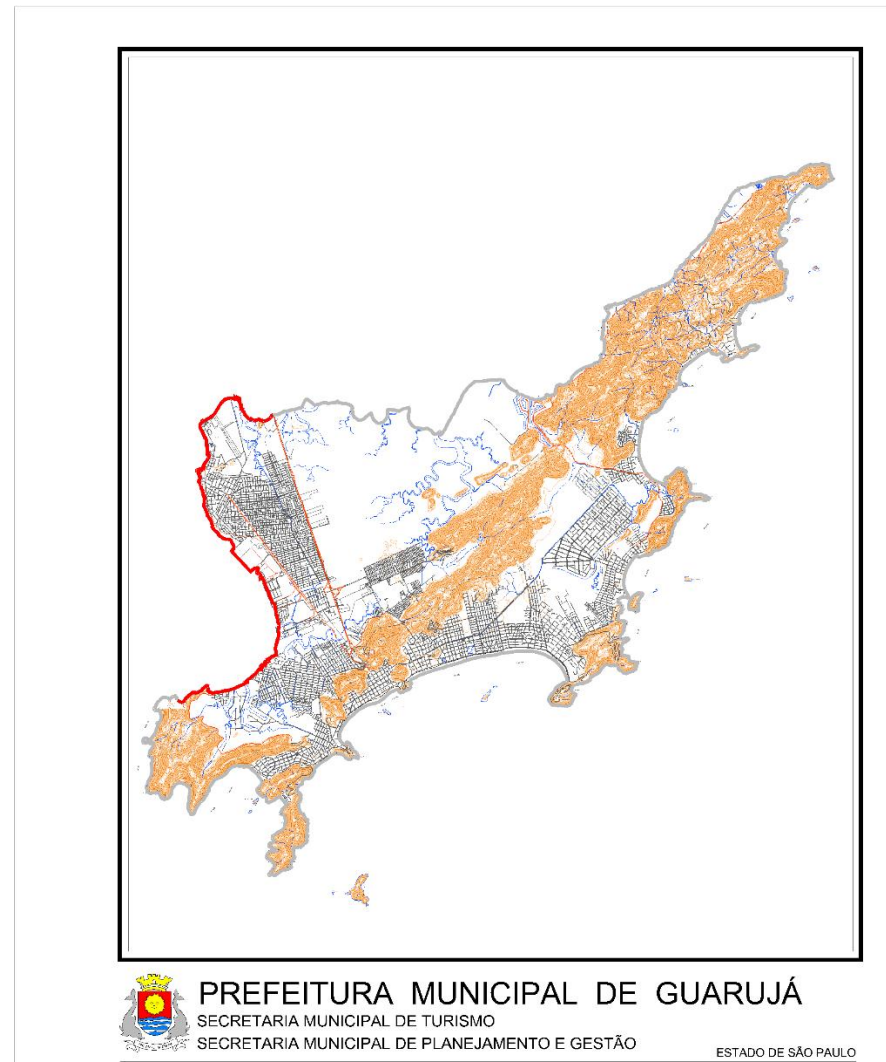
Advocacia Geral do Município;

Comitê Gestor da Orla;

Comissão Permanente de Implementação do Projeto Orla Guarujá.

Parceiros: Universidades, Sociedade Civil, Iniciativa Privada; Conselhos Municipais; Superintendência do Patrimônio da União – SPU; Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo – SMA/GERCO; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Fundação Florestal, Polícia Ambiental; Capitania dos Portos.

3. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO



3.1 Localização Geográfica

O Município de Guarujá localiza-se na Ilha de Santo Amaro, litoral de São Paulo, a cerca de 80 quilômetros da Capital. São seus limites o Oceano Atlântico, o Município de Santos do qual o separa o estuário do Porto e o Município de Bertioga do qual o separa o Canal de Bertioga.

Quanto à caracterização física:

- Coordenadas Geográficas: 23º latitude Sul e 46º15` longitude Oeste.
- Área do município: 138 Km².
- Clima Intertropical: Quente e úmido
- Temperaturas: Máxima 38º C; Mínima 10º C.
- A média de precipitação pluviométrica anual é de 178,5 mm

3.2 História

A Ilha de Santo Amaro surge em sua atual forma no final da Era Glacial, entre 20 e 10 mil anos, quando o Canal de Bertioga e o Estuário de Santos são abertos com a contínua elevação do nível do Oceano Atlântico e criam a atual ilha, separando-a do continente.

Os primeiros habitantes são os homens dos sambaquis, grupo humano seminômade que habitou o litoral sul/sudeste brasileiro após o final da Era Glacial. Este povo vivia da coleta de moluscos, conchas, mexilhões e demais alimentos marinhos, bem como alimentos vegetais e caça de pequenos animais e peixes. Não conheciam a agricultura e seu único registro conhecido são os montes de restos de conchas espalhados pelo litoral, chamados de sambaquis. Em Guarujá, foram localizados sambaquis na praia do Mar Casado e Pernambuco.

Após a era dos sambaquis, a ilha passa a ser visitada por grupos tupi, que deram o primeiro nome a ilha: Guaibê (lugar de caranguejos) e também Guarua-ya (passagem estreita). Os tupis não habitaram a ilha, permanecendo no entorno da Serra do Mar e no Planalto Paulista, mas utilizavam a ilha para a colheita de sal e pesca.

Em 22 de Janeiro 1502 os primeiros europeus pisam na ilha. André Gonçalves e Américo Vespúcio aportam na praia de Santa Cruz dos Navegantes, depois seguindo viagem à ilha de São Vicente.

Logo que o Brasil foi descoberto, ficou praticamente abandonado, pois o interesse maior de Portugal eram as Índias, e também descobrir o maior número de colônias possíveis para ganhar a "corrida marítima" com a Espanha, porque as duas eram grandes potências da época. Abandonado, o Brasil ficou sem nenhuma proteção dando margem para os corsários ingleses e franceses que segundo alguns, já conheciam o território brasileiro por causa do pau-brasil.

Quando o rei de Portugal certificou-se deste fato, mandou expedições para guardar a costa brasileira, mas como não obteve êxito, enviou uma expedição colonizadora, e, nesse momento, começa a história de Guarujá, ou melhor, Ilha de Santo Amaro, no século XVI, por volta de 1.502. Nesse ano, uma armada comandada por André Gonçalves e Américo Vespúcio ancorou em 22 de janeiro daquele ano, na costa ocidental da Ilha de Guaibê (mais tarde denominada Santo Amaro), nas proximidades da Praia de Santa Cruz de Navegantes. Na ilha fronteira fundaram o Porto de São Vicente (Porto das Naus).

A Ilha de Santo Amaro (primitivamente denominada Guaíbe ou Guaibê) foi doada a Pero Lopes de Souza em 1.534 pelo rei de Portugal D. João III, para que fosse colonizada e cuidada. Como oferecia poucas condições de fixação ao homem, em virtude de seu relevo montanhoso e de difícil acesso, ficou abandonada, habitada apenas por indígenas e alguns colonos.

Assim, o nome da Ilha - SANTO AMARO - teve origem no nome da capitania que também abrangia toda a extensão da ilha e terras vizinhas, limitadas pela Capitania de São Vicente. Alguns afirmam que a ilha só passou a ser chamada efetivamente "Ilha de Santo Amaro" a partir da construção da Capela de Santo Amaro, localizada pouco atrás da Fortaleza da Barra Grande, construção essa realizada por José Adorno em 1.540.

Até meados do século XVIII a Ilha de Santo Amaro era desabitada, pois, os selvagens eram aliados dos piratas franceses, tornando difícil a colonização por parte dos portugueses, o que fez com que a Ilha se desenvolvesse somente a partir da metade do século XIX.

Em 1.892, a Companhia Prado Chaves instalou a Companhia Balneária da Ilha de Santo Amaro, com o objetivo de fundar a Vila Balneária de Guarujá. Para isso foram encomendados dos Estados Unidos 01 hotel, 01 igreja, 01 cassino e 46 residências, desmontáveis e construídos em pinho da Geórgia. Uma estrada de ferro passou a ligar o Estuário de Santos à nova Vila. Duas barcas possibilitavam o transporte de passageiros da estação da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (em Santos) ao atracadouro do Balneário, em Itapema.

A Vila foi inaugurada em 2 de setembro de 1.893, pelo Dr. Elias Fausto Pacheco Jordão, tendo comparecido a esse evento inúmeras autoridades e personalidades da sociedade paulista, entre elas o Governador do Estado Bernardino de Campos. Até o ano de 1.926 a Companhia Prado Chaves teve domínio sobre a cidade, passando depois à Prefeitura Sanitária cujo primeiro prefeito nomeado foi o Sr. Juventino Malheiros.

Em 1.931, Guarujá foi integrado ao Município de Santos, situação que perdurou até 1.934. Pelo Decreto 1.525, de 30 de junho de 1.934, o Governador Armando Salles de Oliveira criou a Estância Balneária de Guarujá, nomeando o Dr. Cyro de Mello Pupo prefeito. Até 1.947 Guarujá foi administrado por prefeitos nomeados, quando pela Lei Orgânica dos Municípios promulgada em 18 de setembro de 1.947, passou a categoria de Município, ocorrendo, então, a primeira eleição para o período de 1.948 a 1.951 sendo eleito o Sr. Abílio dos Santos Branco para o cargo de prefeito.

Em 1.953 a antiga Vila Itapema passou a Distrito, recebendo o nome de "Vicente de Carvalho" em homenagem ao poeta santista. Já em 1952 foram realizadas novas obras de melhoria no Tramway Guarujá, mas sua situação vinha se tornando cada vez mais crítica devido à pesada concorrência das empresas de ônibus.

Com a inauguração de um serviço de "Ferry Boat" entre Santos (ponta da praia) e o outro lado, as pessoas começaram a chegar ao Guarujá em seus próprios carros, inegavelmente algo muito mais confortável e ágil que uma ferrovia a vapor e carros abertos.

A estrada de rodagem que ligava Santa Rosa, o ponto onde atracavam as balsas vindas da Ponta da Praia, até o Guarujá havia sido asfaltada. Dessa forma, os passageiros podiam seguir de Santos até o Guarujá sem precisar baldear para uma barca e, de lá, para o bonde, sem dúvida uma comodidade que aumentou decisivamente a competitividade do transporte rodoviário. O serviço de bondes acabou por ser interrompido a 13 de julho de 1956. O tráfego dos bondes e da locomotiva foi paralisado definitivamente e a estação desativada. O prédio ainda ostentava o dístico – Guarujá, mas por volta de 1982 foi iniciada a demolição da estação. Em 1947 as prefeituras sanitárias são extintas e Guarujá torna-se município de pleno direito.

O fim dos jogos de azar no governo de Eurico Gaspar Dutra e a construção da via Anchieta, ligando a Baixada Santista a São Paulo modificam a ocupação da ilha. A antiga vila balneária se adensa com a chegada de maiores quantidades de turistas e novos moradores. Edifícios começam a surgir na orla de Pitangueiras e Astúrias e praias até então desertas, como Enseada, Pernambuco e a própria Perequê começam a ser visitadas. Paralelamente, migrantes nordestinos chegam à ilha a procura de emprego, se fixando na região do velho forte de Itapema, dando origem ao distrito de Vicente de Carvalho.

Entre as décadas de 1970 e 1980, Guarujá cresce descontroladamente e toda a orla da cidade entre a praia do Tombo e Pernambuco é ocupada por diversos loteamentos e edifícios, sem a necessária contrapartida de infraestrutura. O Milagre Econômico dos anos 70, a construção da Rodovia Piaçaguera-Guarujá ligando a ilha diretamente a Via Anchieta e em menor grau as novas rodovias Rio-Santos e Mogi-Bertioga (possibilitando o acesso ao Vale do Paraíba e Litoral Norte) provocam a explosão do turismo e da migração para a ilha. A qualidade ambiental vai caindo, com a poluição das águas, ocupação de áreas sensíveis como morros e mangues e o número cada vez maior de turistas, moradores e migrantes sobrecarregam o Guarujá.

Um dos principais pontos de referências da cidade do Guarujá é o Morro do Maluf entre as praias das Pitangueiras e da Enseada. O morro pertencia a Edmundo Maluf, industrial em São Paulo, solteiro, que tinha casa na ladeira do morro e dava festas memoráveis que agitavam os fins de semana do Guarujá.

Em janeiro de 1973 um fenômeno natural ocorrera na Ilha de Santo Amaro que mudaria significativamente a geografia urbana da cidade. A estação dos temporais chegou causando estragos em todo Litoral Paulista com ventos fortes, trombas d'água e excesso de umidade.

O Morro da Glória, que desde a década de 1950 era habitado por barracos e famílias humildes, sofre um desmoronamento causado pelas intempéries sem deixar mortos. Tal situação alarmou o prefeito Raphael Vittielo (mandato de 1973 a 1977) e autoridades locais que removeram as famílias do Morro da Glória para áreas de Vicente de Carvalho e Guarujá, e, em seguida, transferidas para uma área de bananal denominada Cachoeira dos Macacos de propriedade da Sabesp, criando a "Vila Zilda". A prefeitura atuou na ocupação da área oferecendo aterro e carpinteiros para a construção dos barracos. Dona Zilda Natel era esposa do governador Laudo Natel, homem que cedeu provisoriamente aquele local para assentamento dos antigos moradores do morro.

O que era para ser provisório tornou-se definitivo, e, num Domingo do dia 15 de Janeiro de 1978 um novo deslizamento provocado pela temporada de chuvas, agora no Morro da Cachoeira, deixa isolados os moradores de Vila Zilda. O acesso àquela área fora interditado por toneladas de terra, rochas e vegetação, prejudicando o deslocamento e deixando em colapso o abastecimento do comércio ali existente. No final da década de 1970 havia na Vila Zilda em torno de 700 barracos e outras novas invasões. A ironia do bairro na época era o fato de estar em área da Sabesp e não ter água encanada, além da incerteza sobre sua permanência.

A situação se torna crítica no final da década de 80 e início de 90, quando milhões de turistas visitam a ilha todos os verões, provocando o colapso da infraestrutura do Guarujá, com cortes de eletricidade, falta de água e poluição das praias. Extensas áreas do município são ocupadas por favelas, habitadas pelos migrantes em buscas de novas oportunidades e a criminalidade toma corpo. O cenário caótico leva a uma profunda crise no turismo e na economia de Guarujá, que perde turistas e investimentos para o Litoral Norte e até mesmo para outras cidades da Baixada Santista.

A segunda metade da década de 1990 vê uma recuperação progressiva do balneário, com investimentos em saneamento, habitação, infraestrutura e até mesmo efeitos benéficos da divisão do total de turistas com outras regiões, causando menor impacto na cidade. Paulatinamente a cidade começa a receber novos investimentos e começa a desenvolver o turismo de negócios e a prestação de serviços, visando expandir sua base econômica e se tornar menos dependente do turismo sazonal.

3.3 Limites de Análise do Projeto Orla para o Município de Guarujá

Segundo o Decreto 5300/04 a orla marítima é a faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar (Figura).

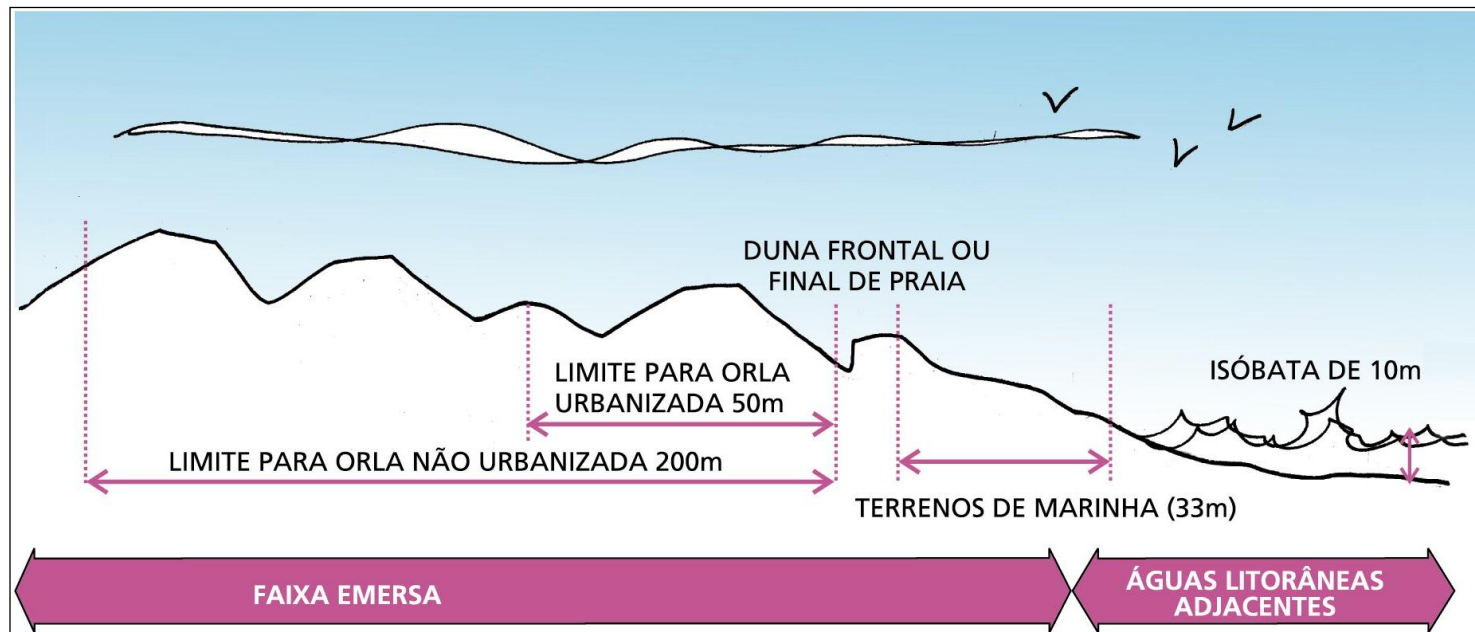


Figura 2. Limites do Projeto Orla.

Os limites da orla marítima ficam estabelecidos de acordo com os seguintes critérios:

I - **marítimo**: isóbata de dez metros, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da variabilidade topográfica do fundo marinho, promovendo o transporte de sedimentos;

II - **terrestre**: cinquenta metros em áreas urbanizadas ou duzentos metros em áreas não urbanizada, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, tais como as caracterizadas por feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, onde estão situados os terrenos de marinha e seus acrescidos.

Na faixa terrestre será observada, complementarmente, a ocorrência de aspectos geomorfológicos, os quais implicam o seguinte detalhamento dos critérios de delimitação:

I - **falésias sedimentares**: cinquenta metros a partir da sua borda, em direção ao continente;

II - **lagunas e lagoas costeiras**: limite de cinquenta metros contados a partir do limite da praia, da linha de preamar ou do limite superior da margem, em direção ao continente;

III - **estuários**: cinquenta metros contados na direção do continente, a partir do limite da praia ou da borda superior da duna frontal, em ambas as margens e ao longo delas, até onde a penetração da água do mar seja identificada pela presença de salinidade, no valor mínimo de 0,5 partes por mil;

IV - **falésias ou costões rochosos**: limite a ser definido pelo plano diretor do Município, estabelecendo uma faixa de segurança até pelo menos um metro de altura acima do limite máximo da ação de ondas de tempestade;

V - **áreas inundáveis**: limite definido pela cota mínima de um metro de altura acima do limite da área alcançada pela preamar;

VI - **áreas sujeitas à erosão**: substratos sedimentares como falésias, cordões litorâneos, cabos ou pontais, com larguras inferiores a cento e cinquenta metros, bem como áreas próximas a desembocaduras fluviais, que correspondam a estruturas de alta instabilidade, podendo requerer estudos específicos para definição da extensão da faixa terrestre da orla marítima.

Destaca-se ainda que os limites estabelecidos para a orla marítima poderão ser alterados, sempre que justificado, a partir de pelo menos uma das seguintes situações:

- I - dados que indiquem tendência erosiva, com base em taxas anuais, expressas em períodos de dez anos, capazes de ultrapassar a largura da faixa proposta;
- II - concentração de usos e de conflitos de usos relacionados aos recursos ambientais existentes na orla marítima;
- III - tendência de avanço da linha de costa em direção ao mar, expressa em taxas anuais; e
- IV - trecho de orla abrigada cujo gradiente de profundidade seja inferior à profundidade de dez metros.

Assim para o município do Guarujá foram estabelecidos para fins de gestão seis setores (Figura 3), a saber:

1) Setor do Canal Santos – Guarujá; 2) Setor Cabeça do Dragão; 3) Setor Enseada; 4) Setor Pernambuco/Perequê; 5) Setor Rabo do Dragão; 6) Setor Canal de Bertiooga.



Figura 3: Setores da Orla para o município de Guarujá – SP

Os respectivos setores foram subdivididos em 33 trechos homogêneos, a saber:

Setor	Trecho
Setor 1 Canal Santos-Guarujá	Rio Acarai
	Base aérea – Forte Itapema
	Do Forte de Itapema até o TEV
	Terminais portuários e comunidade ribeirinha "Conceiçãozinha"
	Rio Santo Amaro e trecho de mangue
	Área Naval
	CING - Complexo industrial e naval de Guarujá e rio do Meio
	Sta. Cruz dos Navegantes e praia de do Góes
Setor 2 Cabeça do Dragão	Saco do major
	Ilha das palmas
	Guaiuba
	Forte
	Tombo
Setor 3 Enseada	Galhetas
	Astúrias
	Pitangueiras
	Morro do Maluf
	Enseada
	Península
Setor 4 Pernambuco/Perequê	Costão das Tartarugas
	Praia de Pernambuco
	Costão Albamar
	Praia do Perequê
Setor 5 Rabo do Dragão	Costão de Tijucopava
	Condomínios
	Camburizinho
	Prainha Branca
Setor 6 Canal da Bertioga	Manguezal e Restinga
	Marina Guarujá
	Comunidade Caiçara I
	Marina Tchabum
	Comunidade Caiçara II
	Sítio Sambaquis

4. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO/CLASSIFICAÇÃO

4.1 Classes e Enquadramentos Gerais e tipologias (suporte físico e forma de ocupação)

Tendo inicialmente como referência os setores e os trechos analisados e valendo-se da base conceitual sobre as tipologias da orla (suporte físico e forma de ocupação), além do conhecimento de cada participante sobre as formas de uso, problemas e potenciais de cada trecho, foi realizado um primeiro enquadramento em classes A, B ou C. A classificação da orla possibilita assim a identificação de diferentes situações do estado atual de um dado trecho da orla, levando à orientação de estratégias de ação para alcançar o cenário desejado.

Classes e Enquadramento dos trechos da Orla para o município de Guarujá

Setores	Trecho	Classe A	Classe B	Classe C
Setor 1 Canal Santos-Guarujá	Rio Acarai			
	Base aérea – Forte Itapema			
	Do Forte de Itapema até o TEV			
	Terminais portuários e comunidade ribeirinha "Conceiçãozinha"			
	Rio Santo Amaro e trecho de mangue			
	Área Naval			
	CING - Complexo industrial e naval de Guarujá e rio do Meio			
	Sta. Cruz dos Navegantes e praia de do Góes			
Setor 2 Cabeça do Dragão	Saco do major			
	Ilha das palmas			
	Guaiuba			
	Forte			
	Tombo			
Setor 3 Enseada	Galhetas			
	Astúrias			
	Pitangueiras			
	Morro do Maluf			
	Enseada			
	Península			
Setor 4 Pernambuco/Perequê	Costão das Tartarugas			
	Praia de Pernambuco			
	Costão Albamar			
	Praia do Perequê			

Setor	Trecho	Classe A	Classe B	Classe C
Setor 5 Rabo do Dragão	Costão de Tijucopava			
	Condomínios			
	Camburizinho			
	Prainha Branca			
Setor 6 Rabo do Dragão – Canal de Bertioga	Manguezal e Restinga			
	Marina Guarujá			
	Canal de Bertioga			
	Marina Tchabum			
	Comunidade Caiçara			
	Sítio Sambaquis			

Classe A: trecho da orla marítima com atividades compatíveis com a preservação e conservação das características e funções naturais, possuindo correlação com os tipos que apresentam baixíssima ocupação, com paisagens com alto grau de conservação e baixo potencial de poluição;

Classe B: trecho da orla marítima com atividades compatíveis com a conservação da qualidade ambiental ou baixo potencial de impacto, possuindo correlação com os tipos que apresentam baixo a médio adensamento de construções e população residente, com indícios de ocupação recente, paisagens parcialmente modificadas pela atividade humana e médio potencial de poluição;

Classe C: trecho da orla marítima com atividades pouco exigentes quanto aos padrões de qualidade ou compatíveis com um maior potencial impactante, possuindo correlação com os tipos que apresentam médio a alto adensamento de construções e população residente, com paisagens modificadas pela atividade humana, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição sanitária, estética e visual.

4.2. DETALHAMENTO DOS PARÂMETROS DE QUALIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA PARA A ORLA DE GUARUJÁ DE CADA SETOR E DOS TRECHOS COM SUA LOCALIZAÇÃO – CONFIGURAÇÕES LOCAIS E USOS – PROBLEMAS, POTENCIAIS E PLANOS E PROJETOS PREVISTOS E/OU EM IMPLANTAÇÃO

O detalhamento dos parâmetros de Qualidade Ambiental, Social e Econômica para a orla do município de Guarujá foi realizado tendo como referência a percepção dos diversos grupos e atores reunidos durante a Oficina de Capacitação. O presente resultado busca entender a visão de cada grupo em relação a sua vivência com a área estudada. Desta forma é possível obter um resultado consensual do estado do ambiente, das condições sociais e econômicas de cada setor e trecho analisado. Em verde foram considerados os locais que ainda possuem uma qualidade ambiental, social e econômica adequada, em amarelo os trechos que estão em estado de atenção e em vermelho os trechos que necessitam de atenção maior para o processo de gestão. Na realidade, os trechos em amarelo e verde também possuem suas respectivas estratégias de gestão visando à conservação e a proteção ambiental.

No detalhamento de cada Trecho dos respectivos Setores estão a localização, a configuração dos locais e seus usos.

Na sequência de cada Trecho também estão identificados os PROBLEMAS (situação existente), os POTENCIAIS da área e os respectivos PLANOS E PROJETOS PREVISTOS E/OU EM IMPLANTAÇÃO.

SETOR CANAL DE SANTOS - 1

Parâmetros Ambientais

SETOR	Trecho	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10
Canal de Santos	1										
	2										
	3										
	4										
	5										
	6										
	7										
	8										

A1 = COBERTURA VEGETAL NATIVA; **A2** = VALORES CÊNICOS; **A3** = INTEGRIDADE DOS ECOSSISTEMAS; **A4** = FRAGILIDADE DOS ECOSSISTEMAS; **A5** = PRESENÇA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; **A6** = BALNEABILIDADE; **A7** = DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; **A8** = PRESENÇA DE EFLUENTES; **A9** = PRESENÇA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO) NA ORLA (CONSIDERAR SAZONALIDADE); **A10** = PRESENÇA DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES.

Obs. Em todos os trechos analisados tendo como referência o item A8 é verificada a presença de manchas de óleo no canal.

SETOR 1	Trecho	A11	A12	A13	A14	A15
Canal de Santos	1					
	2					
	3					
	4					
	5					
	6					
	7					
	8					

A11 – POTENCIAL PARA APROVEITAMENTO MINERAL; **A12** – APTIDÃO AGRÍCOLA; **A13** – POTENCIAL PARA EXTRAÇÃO VEGETAL; **A14** - POTENCIAL PESQUEIRO; **A15** - APTIDÃO PARA MARICULTURA.

Parâmetros Sociais

SETOR 1	Trecho	S16	S18	S19	S20	S21	S22	S23	S24	S25
Canal de Santos	1									
	2									
	3									
	4									
	5									
	6									
	7									
	8									

S 16 = PRESENÇA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS; **S 18** = CONCENTRAÇÃO DE DOMICÍLIOS DE VERANEIO (SEGUNDA RESIDÊNCIA); **S 19** = INFRAESTRUTURA DE TURISMO E LAZER; **S 20** = COBERTURA URBANA OU URBANIZAÇÃO; **S 21** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR ÁGUA (%); **S 22** = DOMICÍLIOS COM SERVIÇO DE ESGOTO (%); **S 23** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR COLETA DE LIXO (%); **S 24** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR ENERGIA ELÉTRICA (%); **S 25** = FORMAS DE ACESSO.

Parâmetros Econômicos

SETOR 1	Trecho	E 26	E 27	E 28	E 29	E 30	E 31	E 32	E 33	E 34	E 35
Canal de Santos	1										
	2										
	3										
	4*										
	5										
	6										
	7										
	8										

E 26 = PRESSÃO IMOBILIÁRIA; **E 27** = USO AGRÍCOLA; **E 28** = USO PARA EXTRAÇÃO VEGETAL; **E 29** = USO DOS RECURSOS PESQUEIROS; **E 30** = USO PARA MARICULTURA; **E 31** = USO PARA TRÁFEGO AQUAVIÁRIO OU PORTUÁRIO; **E 32** = USO INDUSTRIAL; **E 33** = APROVEITAMENTO MINERAL ; **E 34** = ATIVIDADES PETROLÍFERAS; **E 35** = ATIVIDADES TURÍSTICA.

- Existe a comunidade de Conceiçãozinha que será removida pelo PAC

SETOR 1 - TRECHO 1: RIO ACARAÍ

LOCALIZAÇÃO:

RIO ACARAÍ – ACARAÚ
(-23.922419, -46.286717) RODOVIA CONEGO DOMÊNICO RANGONI
(-23.917794, -46.299112) EXTREMO ILHA - INÍCIO DA BASE ÁREA



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- a) Área de mangue preservada no entorno da desembocadura do Rio Acarai, com apenas cinco habitações e uma empresa que atua com barcaça de óleos residuais recolhidos de navios. Esta empresa faz operações de transferência de óleos residuais das barcaças para terra, bombeando o óleo para caminhões-tanque;
- b) Presença de uma rodovia (ponte) que passa sobre o rio e de uma outra ponte ferroviária que passa na área do estuário com passagem de isotanques e vagões contendo diversos produtos químicos corrosivos, inflamáveis, etc.;
- c) Proximidade da Ilha Barnabé (parque de tanques contendo produtos tóxicos e operações de transferência de líquidos a granel de navios para terra).



Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou Em implantação
<p>a.1) Risco de vazamento de óleos residuais nas águas do rio, com possibilidade de mortandade de biota, alteração das características naturais do meio natural, interrupção de pesca;</p> <p>a.2) Ocupações irregulares.</p> <p>b) Risco de vazamento de produtos químicos para o rio e para o estuário com possibilidade de mortandade de biota, alteração das características naturais do meio natural, interrupção de pesca;</p> <p>c) Risco de vazamento de produtos químicos para o rio e para o estuário com possibilidade de mortandade de biota, alteração das características naturais do meio natural, interrupção de pesca.</p>	<p>a.1) Turismo ecológico;</p> <p>a.2) Maricultura;</p> <p>b) Desconhecido;</p> <p>c) Possível aumento do volume de movimentação de líquidos a granel na Ilha Barnabé e possível aumento do número de caminhões na rodovia e de composições de vagões na ferrovia.</p>	<p>a) A SEMAM fiscaliza a área da empresa da barça de óleo, tendo feito diversas exigências para prevenção de vazamentos de óleo, que já foram implantadas.</p> <p>b) Desconhecido;</p> <p>c) Possível ampliação dos terminais da Ilha Barnabé, ou de novo píer.</p>

SETOR 1 - TRECHO 2: BASE AÉREA - FORTE DE ITAPEMA

LOCALIZAÇÃO:

BASE ÁREA - FORTE ITAPEMA

(-23.917794, -46.299112) - INÍCIO DA BASE ÁREA

(-23.936928, -46.30901) - FORTE ITAPEMA - RUA ITAPEMA



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- a) Área da orla encontra-se edificada e na margem do estuário há muro de contenção devido a arrebentação. Trata-se de área militar, com acesso restrito, com base aérea e estocagem de líquidos inflamáveis para as aeronaves;
- b) Forte do Itapema (elemento cultural e histórico tombado) com sambaquis; alto tráfego de embarcações no entorno;
- c) Proximidade da Ilha Barnabé (parque de tanques contendo produtos tóxicos e operações de transferência de líquidos a granel de navios para terra);
- d) Presença de uma ponte ferroviária que passa próxima da margem com passagem de isotanques e vagões contendo diversos produtos químicos corrosivos, inflamáveis, etc.;

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<p>a) Ruído das aeronaves; risco de vazamento de líquidos inflamáveis do parque de tanques; margem degradada em definitivo;</p> <p>b) Abandono de patrimônio histórico e cultural - risco de vandalismo;</p> <p>c) risco de vazamento de produtos químicos para o estuário com possibilidade de mortandade de biota, alteração das características naturais do meio natural;</p> <p>d) risco de vazamento de produtos químicos para o estuário com possibilidade de mortandade de biota, alteração das características naturais do meio natural;</p>	<p>a) A Base Aérea será transformada em Aeroporto Metropolitano para atendimento da BR (Pré-Sal); incremento no setor turístico e de cargas;</p> <p>b) Proteção do patrimônio histórico e cultural e ponto turístico a ser mais bem explorado;</p> <p>c) Possível aumento do volume de movimentação de produtos tóxicos e operações de transferência de líquidos a granel de navios para a Ilha Barnabé;</p> <p>d) Possível aumento do volume de movimentação de composições de vagões na ferrovia.</p>	<p>a) A Base Aérea será transformada em Aeroporto Metropolitano para atendimento da BR (Pré-Sal); incremento no setor turístico e de cargas. Aumento do tráfego aéreo.</p>

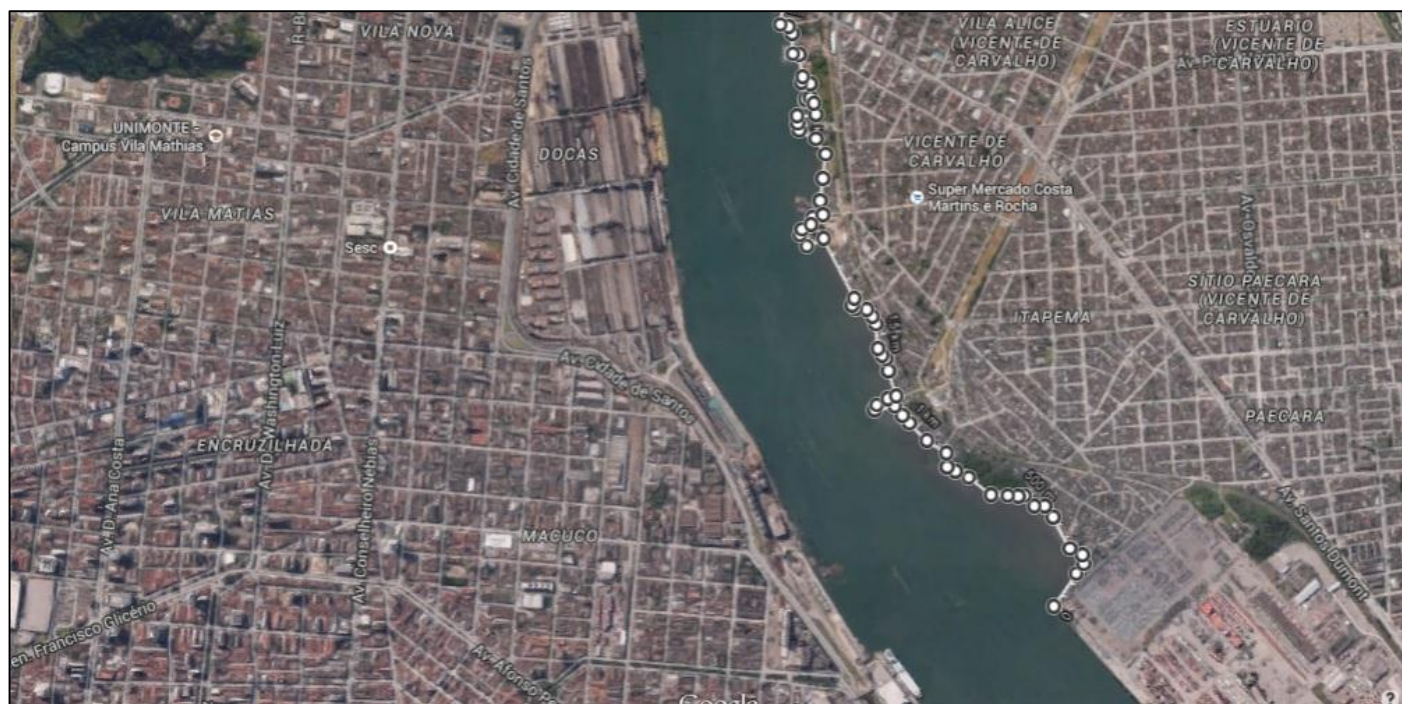
SETOR 1 - TRECHO 3: FORTE DE ITAPEMA

LOCALIZAÇÃO:

FORTE DE ITAPEMA - TEV

(-23.936928, -46.30901) FORTE ITAPEMA - RUA ITAPEMA

(-23.958511, -46.299088) INÍCIO DO TERMINAL EXPORTAÇÃO E VEÍCULOS



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

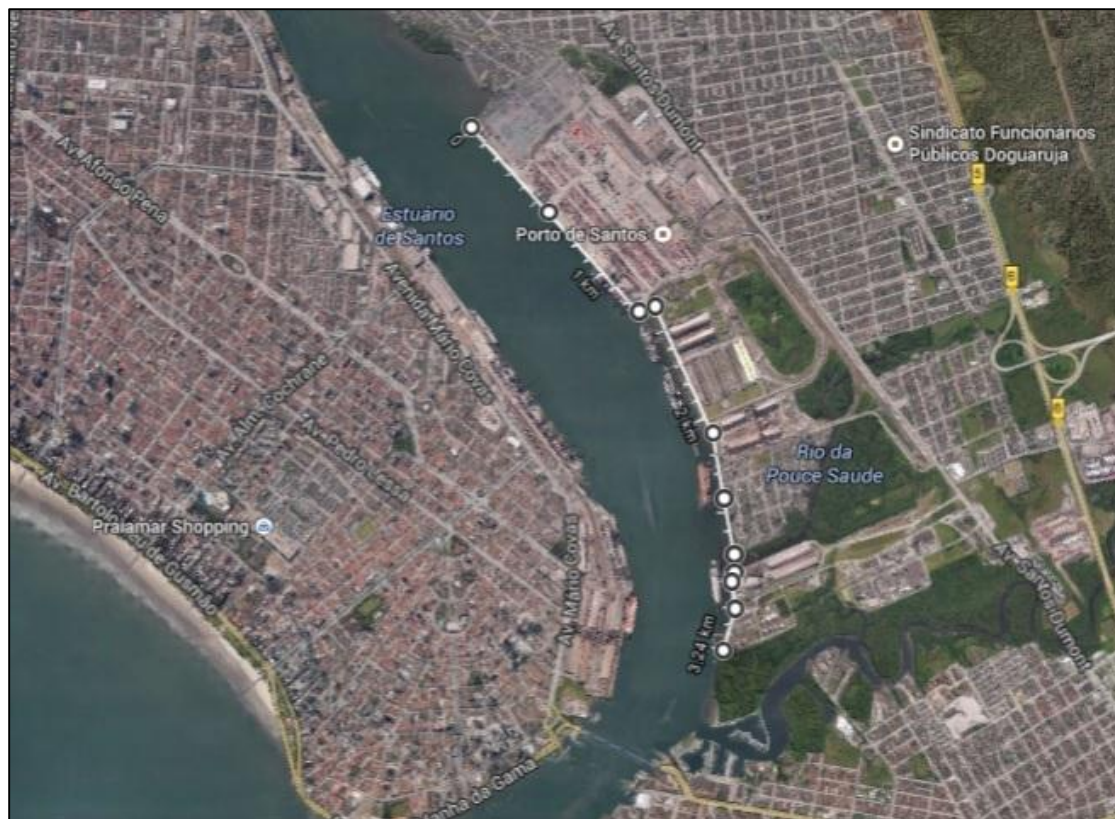
- a) Empresas que atuam com barcaças de óleos residuais recolhidos de navios e óleo diesel. Operações de transferência de óleos residuais das barcaças para terra, bombeando o óleo para caminhões-tanque; tanques de óleo diesel em terra;
- b) Atracação de barcas de passageiros que fazem a travessia Santos-Guarujá;
- c) Dragagem do canal do estuário;
- d) Moradias irregulares (Prainha) com sérios problemas sociais;
- e) Abastecimento de óleos combustíveis dos navios do TEV;
- f) Embarcação de pequeno porte encalhada.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<p>a) Risco de vazamento de óleos residuais nas águas do estuário, com possibilidade de mortandade de biota, alteração das características naturais do meio natural; risco de incêndio e de explosão;</p> <p>b) Vazamento de óleo das barcas;</p> <p>c) Resuspensão de resíduos de fundo. Presença de turbidez. Alteração do fluxo de corrente do canal do estuário, tamanho de ondas;</p> <p>d) Lixo e esgoto no estuário. Violência (aspecto social);</p> <p>e) Risco de vazamento de óleos combustíveis dos navios e das barcas de abastecimento.</p> <p>f) Risco de colisão.</p>	<p>a) Possível aumento do volume de resíduos, pela presença de navios cada vez maiores no porto;</p> <p>b) Possível aumento do volume de resíduos, pela presença de um maior número de barcas;</p> <p>c) A dragagem sempre ocorrerá no canal;</p> <p>d) Remoção das famílias pelo PAC. Possível ocupação da área por novo terminal portuário;</p> <p>e) Aumento do número de navios na área do TEV.</p>	<p>a) A SEMAM fiscaliza todas as empresas de barcas de óleo, tendo feito diversas exigências para prevenção de vazamentos de óleo, que já foram implantadas.</p> <p>b) Possível aumento do número de barcas;</p> <p>c) A SEMAM contestou diversos procedimentos da dragagem, alterando o sistema de monitoramento;</p> <p>d.1) PAC;</p> <p>d.2) Instalação do terminal portuário "Prainha" – R\$ 360 milhões;</p> <p>e) Desconhecido;</p> <p>f) Remoção da embarcação.</p>

SETOR 1 - TRECHO 4: TERMINAIS PORTUÁRIOS E COMUNIDADE RIBEIRINHA "CONCEIÇÃOZINHA"

LOCALIZAÇÃO:

TERMINAL PORTUÁRIO - CONCEIÇÃOZINHA
(-23.958511, -46.299088) INÍCIO DO TERMINAL EXPORTAÇÃO E VEÍCULOS
(-23.983093, -46.286320) FIM DA ÁREA INDUSTRIAL



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

a) Oito terminais portuários para exportação e importação de granéis (vegetais, fertilizantes, enxofre), líquidos tóxicos e inflamáveis, contêineres, isotanques e veículos. Armazéns e pátios a céu aberto, vias de circulação, elevado número de caminhões e de vagões para movimentação dos produtos, acessos viários asfaltados. Os navios atracados recebem barcas para abastecimento e retirada de óleos residuais. Tráfego marítimo intenso; movimentação de rebocadores, de barcos de pesca, de lanchas e embarcações de lazer no mesmo espaço.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos previstos e/ou em implantação
<p>a.1) Poluição atmosférica durante as operações de carga e descarga de granéis vegetais e químicos, atingindo as águas do estuário;</p> <p>a.2) Risco de vazamento de óleos combustíveis e de águas de lastro; lavagem de porões e emissão de efluentes para o estuário;</p> <p>a.3) Risco de incêndio e de explosões no terminal que movimenta líquidos altamente inflamáveis e corrosivos e nas barcas que transferem óleo diesel p os navios;</p> <p>a.4) Emissão de substâncias odoríferas (H₂S) pelo terminal que carrega enxofre a granel;</p> <p>a.5) Aumento do nível de ruído gerado pelo maior tráfego e por embarcações cada vez maiores;</p>	<p>a) Ampliação do número de píeres de atracação ou da dimensão do píer atual, para receber navios cada vez maiores;</p> <p>b) Aumento do volume de granéis movimentados nos diversos terminais; aumento do número de contêineres movimentados; aumento da exportação de veículos pelo porto;</p> <p>c) Aumento do tráfego marítimo, incluindo o aumento da movimentação de barcas com resíduos oleosos;</p> <p>d) Aumento de caminhões-tanque com óleo diesel e óleos residuais na rodovia; aumento da movimentação de contêineres e de isotanques com todos os tipos de cargas;</p> <p>b) Remoção das famílias pelo PAC. Possível ocupação da área por terminal portuário já existente no local;</p>	<p>a) A SEMAM fiscaliza todos os terminais portuários, tendo feito diversas exigências para prevenção de vazamentos de óleo, de granéis vegetais e granéis químicos, que já foram implantadas e algumas se encontram em processo de implantação;</p> <p>b) Há forte tendência para a ampliação de píeres e da instalação de novos terminais portuários, colocando em risco as pequenas áreas de mangue remanescentes.</p> <p>b.1) PAC;</p> <p>b.2) Instalação do terminal portuário “Conceiçãozinha” – 320 milhões R\$.</p>

<p>a.6) Alteração do fluxo de correntes, do tamanho e da potência das ondas. Assoreamento de margens; alteração de vegetação de áreas de mangue.</p> <p>a.7) Forte pressão de grupos empresariais para ocupar áreas das margens do estuário nos trechos ainda não ocupados por terminais.</p> <p>b) Lixo e esgoto no estuário. Violência (aspecto social)</p>		
---	--	--

LOCALIZAÇÃO:

RIO SANTO AMARO - TRECHO DE MANGUE
(-23.983093, -46.286320) FIM DA ÁREA INDUSTRIAL
(-23.987482, -46.289007) INÍCIO DA TRAVESSIA DE BALSAS



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

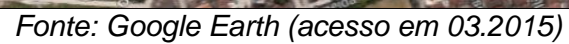
CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

a) Trecho de rio com franja de mangue na margem do estuário ainda protegida na margem direita, mas apresentando moradias irregulares na margem esquerda, marinas, pequenos atracadouros e rampas para barcos e pequenas indústrias de pescados e de gelo, transportadoras, pátio de contêineres, frigoríficos, resíduos derivados do antigo lixão municipal, cemitério.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<p>a.1) A nascente do rio recebe resíduos derivados do lixão municipal e resíduos de esgoto das palafitas existentes no trecho mais sinuoso;</p> <p>a.2) Recebe esgoto clandestino de bairros do município que ainda não contam com rede oficial de esgoto (esgoto cai nas rede de coleta de águas pluviais); recebe necrochorume do cemitério;</p> <p>a.3) O rio apresenta assoreamento cada vez mais intenso, impossibilitando a navegação em maré baixa;</p> <p>a.4) Falta de planejamento urbano;</p> <p>a.5) Falta de acesso viário adequado.</p>	<p>a) Ordenamento urbano;</p> <p>b) Educação ambiental;</p> <p>c) Remediação de áreas contaminadas para eliminar os focos de contaminação;</p> <p>d) Esgoto em rede da SABESP.</p>	<p>Desconhecidos.</p>

LOCALIZAÇÃO:

(-23.987482, -46.289007) INÍCIO DA TRAVESSIA DE BALSAS
(-23.994333, -46.295042) INÍCIO DO RIO DO MEIO



CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- a) Presença de estaleiro, cooperativa de pesca, atracação de rebocadores e de barcos de pesca;
- b) Travessia de balsas com veículos e pessoas no canal, na mesma área onde circulam navios, dragas, barcos de pesca, etc.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos previstos e/ou em implantação
<p>a.1) Efluentes derivados das empresas situadas na área;</p> <p>a.2) Vazamento de óleo das embarcações;</p> <p>a.3) Águas de lastro e de lavagem de porões das embarcações;</p> <p>a.4) Tráfego de embarcações intenso;</p> <p>b) Manchas de óleo, lavagem de tanques, tráfego intenso, risco de colisão das balsas e de outras embarcações (ocorreram duas colisões de navios em dois anos!).</p>	<p>a) Estaleiro já solicitou ampliação de suas instalações.</p> <p>b) O tráfego marítimo na área tende a aumentar e todos os riscos citados também.</p>	<p>a) Ampliação do estaleiro.</p> <p>b) Túnel para travessia Santos-Guarujá.</p>

SETOR 1 - TRECHO 7: CING – RIO DO MEIO

LOCALIZAÇÃO:

CING - RIO DO MEIO

(-23.994333, -46.295042) INÍCIO DO RIO DO MEIO

(-23.995708, -46.300715) INÍCIO PRAIA SANTA CRUZ DOS NAVEGANTES



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- a) CING é uma área concedida pelo SPU a PM de Guarujá para receber estaleiros e marinas (para pequenas e médias embarcações e serviços de reparos). Apresenta vias de acesso asfaltadas, rede elétrica e de telefonia oficiais, lotes já definidos, cobrança de IPTU e imposto pago ao SPU;
- b) Trecho inicial do Rio do Meio: apresenta uma comunidade ribeirinha na margem esq. E o CING na margem direita, sendo que esta margem ainda está muito bem preservada. A população da margem esq. É composta por pescadores, informais que prestam serviços de reparos nas marinas da área (de fibra, de pintura, mecânica, etc.);
- c) Trecho restante do Rio do Meio: preservado (mangue).

Problemas	Potencial	Planos e Projetos previstos e/ou em implantação
<p>a) Pressão empresarial intensa para ocupar a área do CING com empreendimentos de grande porte, incluindo pátios de tanques com líquidos inflamáveis, dutos para o transporte destes produtos, atracação de embarcações de médio porte, movimentação de produtos com elevado grau de impacto ao meio ambiente;</p> <p>b.1) Destruição e contaminação do mangue e das águas do rio por esgoto e lixo, pela presença de habitações irregulares;</p> <p>b.2) Assoreamento em toda área, até chegar no estuário e ao redor do CING.</p>	<p>a) Natural: retirada das habitações irregulares e recuperação e posterior preservação do mangue e das águas do rio;</p> <p>b) Turístico: ampliação das marinas e de passeios de barco;</p> <p>c) Dragagem do leito do rio;</p> <p>d) Econômico: uso do CING.</p>	<p>a) Monitoramento ambiental por parte da SEMAM e CETESB;</p> <p>b) Cadastramento das populações ribeirinhas, para posterior remoção;</p> <p>c) Ampliação das marinas.</p>

SETOR 1 - TRECHO 8: SANTA CRUZ DOS NAVEGANTES – PRAIA DO GÓES

LOCALIZAÇÃO:

SANTA CRUZ DOS NAVEGANTES - PRAIA DO GÓES
(-23.995708, -46.300715) INÍCIO PRAIA SANTA CRUZ DOS NAVEGANTES
(-23.997470, -46.315509) FIM DA PRAIA DO GÓES



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- A maior parte deste trecho encontra-se com a natureza preservada e em estado natural. Sta. Cruz apresenta 20% da população com pescadores tradicionais; Na Praia do Góes há 30%. Palafitas são encontradas em Sta. Cruz. Ambas as praias não contam com rede de esgoto.
- Travessia de barca p/ Santos;
- As recentes operações de dragagem do Porto de Santos parecem estar influenciando diretamente nas mudanças físicas que estão ocorrendo na área de arrebentação.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos previstos e/ou em implantação
<p>A Praia do Góes vem sofrendo um rápido e acentuado assoreamento, bem como a trilha de acesso a mesma, proveniente da Fortaleza da Barra, sofreu acentuada degradação pelo tamanho e potência das ondas de arrebentação. Diversas árvores caíram e parte da vegetação natural ressecou e morreu. O acesso por barca foi perdido por meses e a única opção de acesso foi a trilha.</p> <p>A área já conta com um clube náutico e um restaurante (em construção), com diversos serviços de manutenção e reparos de embarcações, que já foi fiscalizada pela SEMAM</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Forte potencial turístico; - Possível área para cursos de surf, navegação, vela, pesca; - Clubes ou marinas; - Recuperação da balneabilidade das praias; - Vias de acesso para as praias; - Ampliação do clube náutico já existente e do movimento de embarcações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Novo atracadouro será instalado. - Recuperação do ambiente natural da praia. - Exploração turística sustentável.

SETOR 2 - CABEÇA DO DRAGÃO

Parâmetros Ambientais

SETOR 2	Trecho	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10
Cabeça do Dragão	1										
	2										
	3										
	4										
	5										

A1 = COBERTURA VEGETAL NATIVA; **A2** = VALORES CÊNICOS; **A3** = INTEGRIDADE DOS ECOSISTEMAS; **A4** = FRAGILIDADE DOS ECOSISTEMAS; **A5** = PRESENÇA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; **A6** = BALNEABILIDADE; **A7** = DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; **A8** = PRESENÇA DE EFLUENTES; **A9** = PRESENÇA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO) NA ORLA (CONSIDERAR SAZONALIDADE); **A10** = PRESENÇA DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES

SETOR 2	Trecho	A11	A12	A13	A14	A15
Cabeça do Dragão	1					
	2					
	3					
	4					
	5					

A11 – POTENCIAL PARA APROVEITAMENTO MINERAL; **A12** – APTIDÃO AGRÍCOLA; **A13** – POTENCIAL PARA EXTRAÇÃO VEGETAL ; **A14** - POTENCIAL PESQUEIRO; **A15** APTIDÃO PARA MARICULTURA.

Parâmetros Sociais

SETOR 2	Trecho	S16	S18	S19	S20	S21	S22	S23	S24	S25
Cabeça do Dragão	1									
	2									
	3									
	4									
	5									

S 16 = PRESENÇA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS; **S 18** = CONCENTRAÇÃO DE DOMICÍLIOS DE VERANEIO (SEGUNDA RESIDÊNCIA); **S 19** = INFRA-ESTRUTURA DE TURISMO E LAZER; **S 20** = COBERTURA URBANA OU URBANIZAÇÃO; **S 21** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR ÁGUA (%); **S 22** = DOMICÍLIOS COM SERVIÇO DE ESGOTO (%); **S 23** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR COLETA DE LIXO (%); **S 24** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR ENERGIA ELÉTRICA (%); **S 25** = FORMAS DE ACESSO.

Parâmetros Econômicos

SETOR 2	Trecho	E 26	E 27	E 28	E 29	E 30	E 31	E 32	E 33	E 34	E 35
Cabeça do Dragão	1										
	2										
	3										
	4										
	5										

E 26 = PRESSÃO IMOBILIÁRIA; **E 27** = USO AGRÍCOLA; **E 28** = USO PARA EXTRAÇÃO VEGETAL; **E 29** = USO DOS RECURSOS PESQUEIROS; **E 30** = USO PARA MARICULTURA; **E 31** = USO PARA TRÁFEGO AQUAVIÁRIO OU PORTUÁRIO; **E 32** = USO INDUSTRIAL; **E 33** = APROVEITAMENTO MINERAL; **E 34** = ATIVIDADES PETROLÍFERAS; **E 35** = ATIVIDADES TURÍSTICA.

SETOR 2 - TRECHO 1: SACO DO MAJOR

LOCALIZAÇÃO:

SACO DO MAJOR

(-23.997103, -46.315974) FIM DA PRAIA DO GÓES

(-24.028368, -46.311446) PONTA RASA



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS

- APP com algumas praias de difícil acesso por terra ou de acesso por mar.
- É usada para lazer, pesca, pesca submersa e pequena atividade privada pecuária.
- Praias com pouca ocupação urbana.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none">- Assoreamento das praias pelo depósito de sedimentos, proveniente da dragagem do estuário.- Acesso da comunidade as praias da região (Cheira Limão e Saco do Major) somente por mar ou por trilha mal sinalizada e sem conservação.- Grandes áreas de propriedade privada. Pouco domínio público.	<ul style="list-style-type: none">- Exploração da trilha natural por “Monitores Locais de Base Comunitária” (atividade regulamentada por lei municipal, baseada em legislação estadual), garantindo o uso sustentável e a preservação ambiental da área.	<ul style="list-style-type: none">- Implantação do Projeto Orla

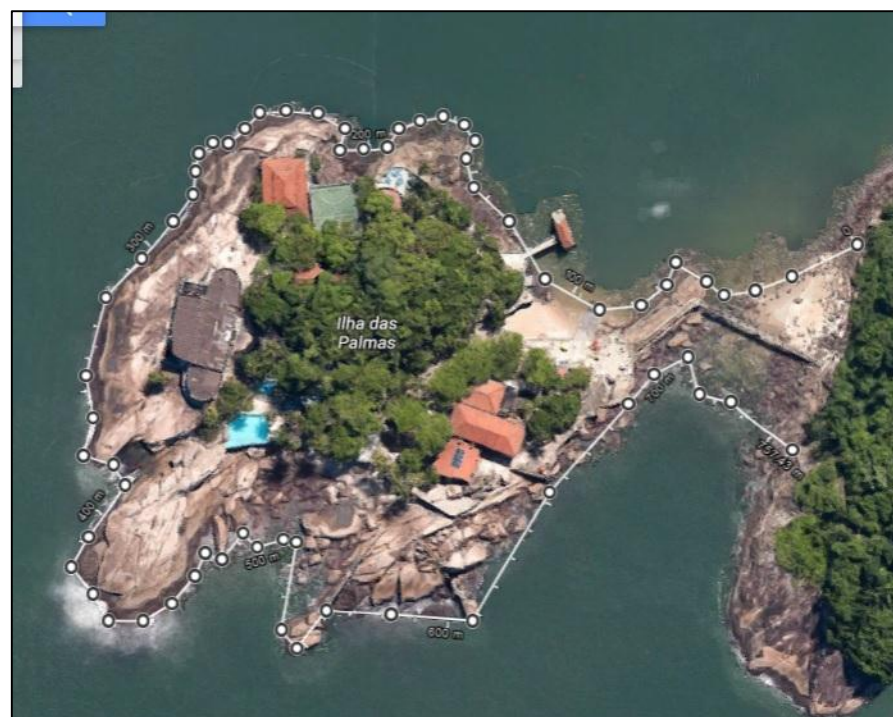
SETOR 2 - TRECHO 2: ILHA DAS PALMAS

LOCALIZAÇÃO:

ILHA DAS PALMAS

(-24.008351, -46.323065) INÍCIO ILHA DAS PALMAS

(-24.008798, -46.323241) FIM ILHA DAS PALMAS



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- Ilha de formação rochosa, com pouca vegetação.
- De uso exclusivo dos associados e convidados do Clube de Pesca de Santos, com a finalidade de lazer e entretenimentos.
- Acesso exclusivo por mar.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none">- Uso exclusivo dos associados e convidados.- Mau estado de conservação dos trapiches e atracadouros.- Falta de informação do funcionamento e interação do Clube de Pesca com o município de Guarujá.- Falta de informação sobre o saneamento básico da ilha (fornecimento de água e rede coletora de esgoto) e coleta do lixo.	<ul style="list-style-type: none">- Exploração turística por meio de festas temáticas, campeonatos de pesca e do restaurante do local.- Exploração comercial da venda e aluguel de material para pesca artesanal.	<ul style="list-style-type: none">- Não há informação.

LOCALIZAÇÃO:

(-24.028368, -46.311446) PONTA RASA

(-24.023526, -46.291404) MORRO DO PINTO - FACE OESTE



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

Delimitação: da Ponta Rasa até o Morro do Pinto, envolvendo as Ilhas do Mato e Pau a Pino

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS

- Microrregião Ecológica (criada por legislação municipal), ladeada por dois morros tombados pelo CONDEPHAT. Área de uso turístico e residencial, com urbanização consolidada horizontal.

Praia abrigada, com extensão de 850 metros, de mar calmo, envolta de costões e vegetação preservada. Orla de grande valor cênico, com sombras de árvores e presença de quiosques e posto de salvamento de bombeiros. Envolve atividades de turismo, trilhas nos costões, prática de esportes aquáticos (surfe, canoagem, natação, etc.), uso de embarcações (de pesca, vela e motorizados), mas de forma desordenada. Presença de pescadores artesanais e associação de bairro atuante.



Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none"> - Descargas de esgoto (clandestino) na rede pluvial, comprometendo a balneabilidade da praia; - Ruas fechadas, restringindo o acesso a orla, privilegiando aos proprietários locais; - Quiosques ocupando áreas maiores que a autorizada e sem padronização; - Ambulantes ocupando áreas maiores que a autorizada e sem padronização; - Barcos e equipamentos náuticos de particulares, ocupando espaços do calçadão; - Presença de animais: cães e gatos alimentados e cuidados no calçadão, moradores passeando com seus animais na faixa de areia; - Falta de acessibilidade; - Falta de banheiros públicos; - Mau estado de conservação do pavimento do calçadão; - Número excessivo de ambulantes que atuam na temporada; 	<ul style="list-style-type: none"> - Instalação de estruturas turístico-ecológicas e de educação ambiental; - Atividade de ecoturismo em trilhas; - Criação de estacionamentos regulamentados; - Implantação do projeto de Praia Acessível; - Exploração dos espaços do calçadão com atividades de esporte e lazer (academias ao ar livre, quadra poliesportiva, parque infantil); - Ampliação do horário de atendimento dos quiosques, com segurança; - Prática de esportes náuticos de maneira organizada; - Instalação de ponto de táxi; - Instalação de iluminação pública sustentável (postes com energia solar); - Instalação de rampas com material ecologicamente correto (madeira plástica); - Exploração da faixa de areia com atividades esportivas no período noturno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de reurbanização da orla, com regulamentação (TAC); - Projeto de instalação de rampas de acessibilidade (TAC); - Implantação do Projeto Orla; - Implantação do Programa Bandeira Azul; - Retirada dos barcos (MP).

<ul style="list-style-type: none"> - Locação de equipamentos náuticos sem regulamentação e fiscalização (banana boat, Jet Sky); - Entrada de veículos que transportam embarcações, sem controle e cuidado com os banhistas; - Desrespeito ao limite de tráfego náutico, oferecendo riscos aos banhistas; - Falta de segurança, principalmente no período da noite; - Grandes áreas de propriedade privada; - Desconhecimento e desrespeito a legislação existente (Código de Posturas, legislações da vigilância sanitária, do comércio, etc.). 		
---	--	--

SETOR 2 - TRECHO 4: FORTE DOS ANDRADAS

LOCALIZAÇÃO:

FORTE DOS ANDRADAS

(-24.023526, -46.291404) MORRO DO PINTO - FACE OESTE

(-24.015991, -46.276019) MORRO DO PINTO - FACE LESTE



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

Delimitação: Do Morro do Pinto (na face voltada para oeste) até o Morro do Pinto (face voltada para leste), envolvendo as praias do Monduba e do Bueno, e as Ilhas da Moela e Aleluia. Área de Segurança Nacional (Marinha e Exército)

Configuração Local e Usos: Área natural preservada, principalmente por ser área de segurança nacional (exército e marinha), de acesso controlado de visitantes. Envolve uma praia com acesso a faixa de areia com 400 mts e uma sem acesso de 120 mts. Também neste trecho, estão dois morros tombados pelo CONDEPHAT e duas ilhas preservadas, mantidas pela marinha, onde fica o farol de entrada do Porto de Santos.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
- Dificuldade de agendamento de visitas (falta de divulgação e orientação de como fazê-lo).	- Paisagem de grande diversidade ambiental e valor cênico, histórico e turístico.	Não existem propostas

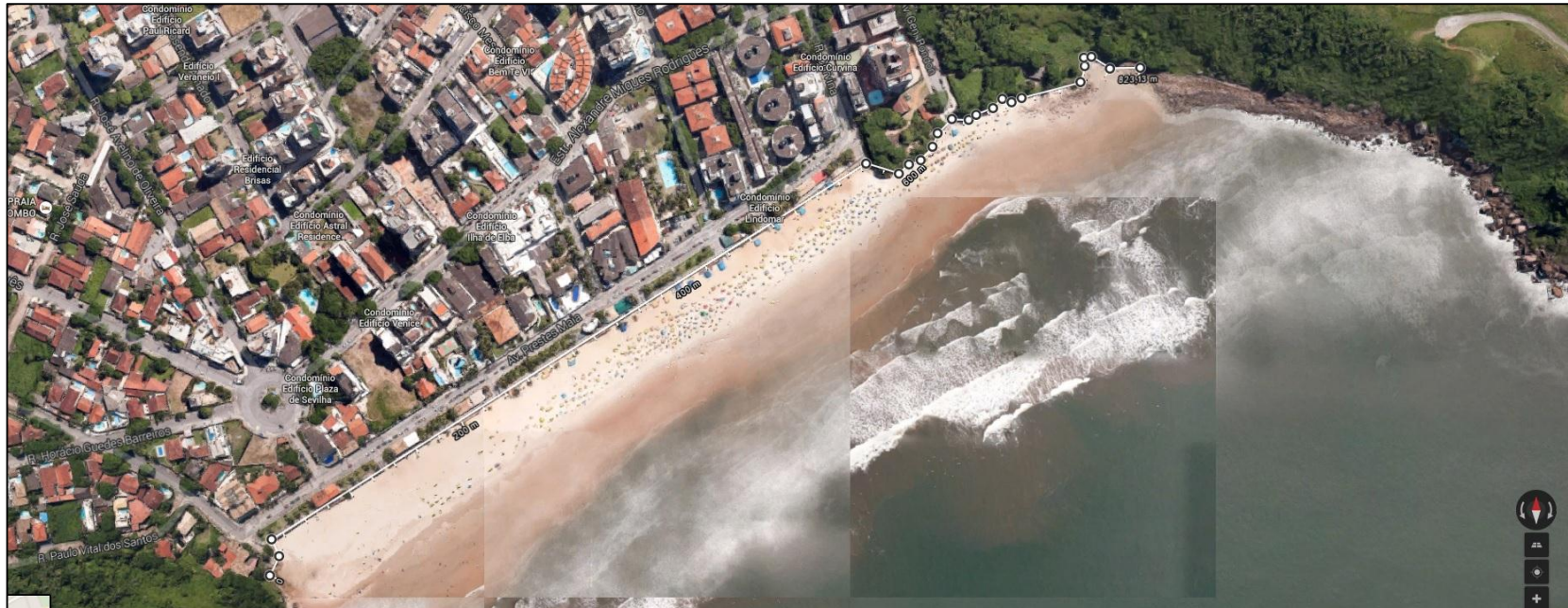
SETOR 2 - TRECHO 4: TOMBO

LOCALIZAÇÃO:

TOMBO

(-24.015991, -46.276019) MORRO DO PINTO - FACE LESTE

(-24.012481, -46.269499) MORRO GALHETAS - FACE TOMBO



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

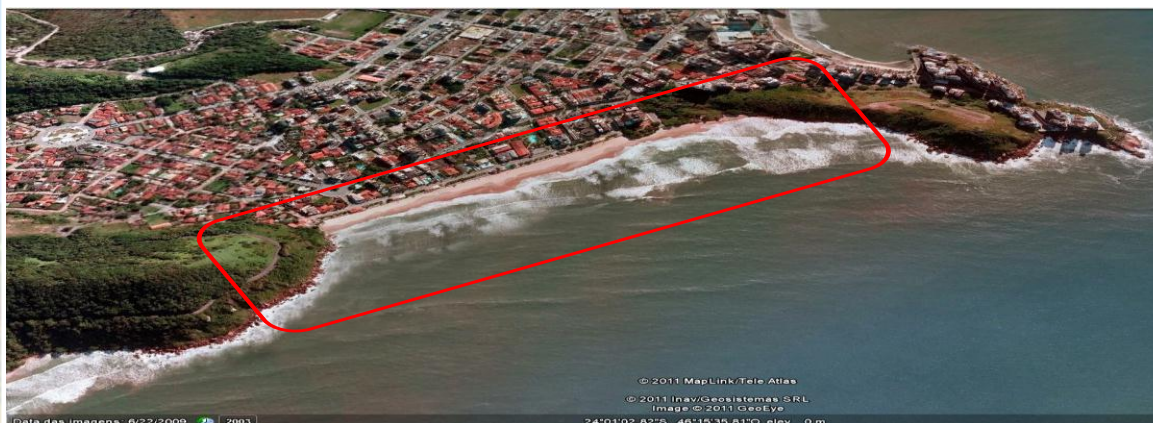
Delimitação: Do Morro do Pinto (lado voltado a Praia do Tombo) até a Ponta dos Galhetas (apenas o lado voltado a Praia do Tombo)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- Praia abrigada com 856 metros de extensão, tendo por um lado morro tombado pelo CONDEPHAT e mantido pelo exército. Do outro lado, morro e costão preservado. Devido a sua topografia, possui mar forte, com formação de bancos de areia e propício a prática de surf. Área de uso turístico e residencial, com urbanização consolidada horizontal, mas com presença de verticalização que não atinge a faixa de areia. Orla de grande valor cênico, com poucas sombras de coqueiros, presença de quiosques e de posto de salvamento de bombeiros.

Envolve atividades de turismo, prática de esportes aquáticos e na faixa de areia (surfe, canoagem, peteca, vôlei de praia, futevôlei, frescobol. etc.), e um grupo gestor atuante (formado por moradores, ambulantes, comerciantes e poder público). Muito usada para a realização de eventos como campeonatos de surf (nacionais e internacionais) e de vôlei de praia. É usada o ano inteiro com atividades de ginástica para melhor idade e tai chi.

Possui um Núcleo de Educação Ambiental que realiza o ano inteiro atividades de educação ambiental, atendendo alunos das escolas do município, visitantes e escolas de outras cidades. O Núcleo também é responsável pela manutenção da certificação internacional Bandeira Azul.



Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none"> - Quiosques ocupando áreas maiores que a autorizada e sem padronização; - Ambulantes ocupando áreas maiores que a autorizada e sem padronização; - Presença de animais: cães e gatos alimentados e cuidados no calçadão, moradores passeando com seus animais; - Mau estado de conservação do pavimento do calçadão; - Número excessivo de ambulantes que atuam na temporada; - Falta de segurança no período da noite (só acontece por rondas); - Desrespeito à legislação existente (Código de Posturas, legislações da vigilância sanitária, do comércio, etc.), apesar de informadas em placas. - Má conservação dos bancos e jardins; - Faltam mais chuveiros; - Uso indevido das áreas dos jardins; - Falta de manutenção na iluminação pública. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instalação de estruturas turístico-ecológicas e de educação ambiental; - Atividade de ecoturismo em trilhas; - Exploração dos espaços do calçadão com atividades de esporte e lazer (pequenas academias ao ar livre, parque infantil); - Instalação de iluminação pública sustentável (postes com energia solar); - Instalação de chuveiros ecológicos; - Instalação de rampas de acessibilidade com material ecologicamente correto (madeira plástica); - Exploração da faixa de areia com atividades esportivas no período noturno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Programa Bandeira Azul; - Implantação do Projeto de reurbanização da orla, com regulamentação (TAC); - Projeto de Reurbanização da Praia do Tombo (Caixa Econômica Federal/MT) - Implantação do Projeto Orla; - Projeto de instalação de rampas de acessibilidade (TAC).

SETOR 3 - ENSEADA

Parâmetros Ambientais

SETOR 3	Trecho	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10
Enseada	1										
	2										
	3										
	4										
	5										
	6										

A1 = COBERTURA VEGETAL NATIVA; **A2** = VALORES CÊNICO; **A3** = INTEGRIDADE DOS ECOSSISTEMAS; **A4** = FRAGILIDADE DOS ECOSSISTEMAS; **A5** = PRESENÇA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; **A6** = BALNEABILIDADE; **A7** = DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; **A8** = PRESENÇA DE EFLUENTES; **A9** = PRESENÇA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO) NA ORLA (CONSIDERAR SAZONALIDADE); **A10** = PRESENÇA DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES

SETOR 3	Trecho	A11	A12	A13	A14	A15
Enseada	1					
	2					
	3					
	4					
	5					
	6					

A11 – POTENCIAL PARA APROVEITAMENTO MINERAL; **A12** – APTIDÃO AGRÍCOLA; **A13** – POTENCIAL PARA EXTRAÇÃO VEGETAL; **A14** POTENCIAL PESQUEIRO; **A15** APTIDÃO PARA MARICULTURA

Parâmetros Sociais

SETOR 3	Trecho	S16	S18	S19	S20	S21	S22	S23	S24	S25
Enseada	1									
	2									
	3									
	4									
	5									
	6									

S 16 = PRESENÇA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS; **S 18** = CONCENTRAÇÃO DE DOMICÍLIOS DE VERANEIO (SEGUNDA RESIDÊNCIA); **S 19** = INFRA-ESTRUTURA DE TURISMO E LAZER; **S 20** = COBERTURA URBANA OU URBANIZAÇÃO; **S 21** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR ÁGUA (%); **S 22** = DOMICÍLIOS COM SERVIÇO DE ESGOTO (%); **S 23** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR COLETA DE LIXO (%); **S 24** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR ENERGIA ELÉTRICA (%); **S 25** = FORMAS DE ACESSO.

Parâmetros Econômicos

SETOR 3	Trecho	E 26	E 27	E 28	E 29	E 30	E 31	E 32	E 33	E 34	E 35
Enseada	1										
	2										
	3										
	4										
	5										
	6										

E 26 = PRESSÃO IMOBILIÁRIA; **E 27** = USO AGRÍCOLA; **E 28** = USO PARA EXTRAÇÃO VEGETAL; **E 29** = USO DOS RECURSOS PESQUEIROS; **E 30** = USO PARA MARICULTURA; **E 31** = USO PARA TRÁFEGO AQUAVIÁRIO OU PORTUÁRIO; **E 32** = USO INDUSTRIAL; **E 33** = APROVEITAMENTO MINERAL; **E 34** = ATIVIDADES PETROLÍFERAS; **E 35** = ATIVIDADES TURÍSTICA.

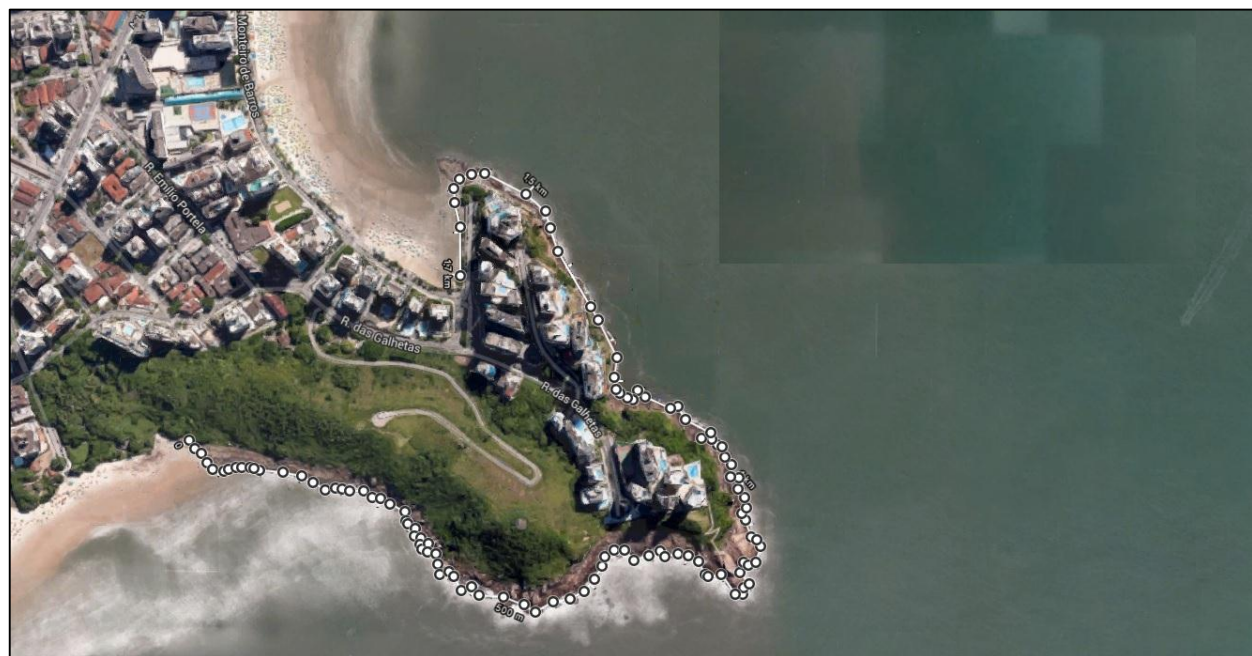
SETOR 3 - TRECHO 1: GALHETAS

LOCALIZAÇÃO:

GALHETAS

(-24.012481, -46.269499) FINAL DA PRAIA DO TOMBO - INÍCIO GALHETAS

(-24.010182, -46.266476) FINAL GALHETAS - INÍCIO AREIA ASTURIAS



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

Costão Rochoso, com Loteamento vertical aprovado. Configuração Urbana. Presença de Mirante

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
Parte Habitada por condomínios, parte preservada, dificuldade de acesso ao Mirante	Turístico: Mirante	Incentivar visitas ao local Mirante. Solicitar a intervenção do Poder Público para que determine a retirada da guarita, que inibe o público de visitar o local.

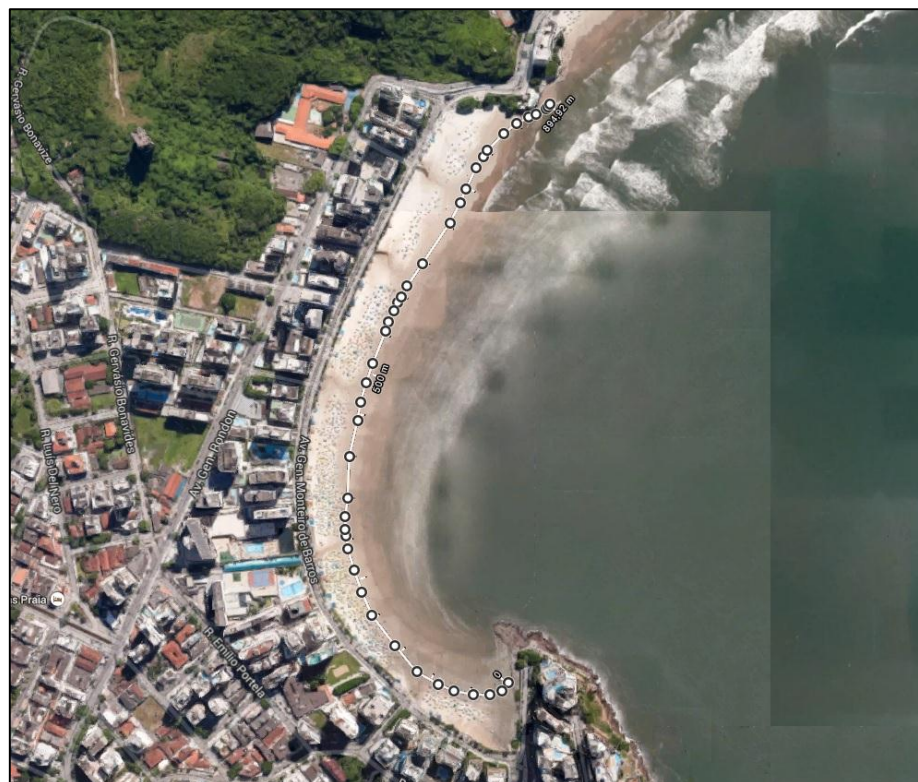
SETOR 3 - TRECHO 2: ASTÚRIAS

LOCALIZAÇÃO:

ASTÚRIAS

(-24.010182, -46.266476) FINAL GALHETAS - INÍCIO AREIA ENSEADA

(-24.003984, -46.266003) SOBRE AS ONDAS - FINAL AREIA ASTURIAS



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

Configuração e uso do local tanto por comunidade pesqueira artesanal, com embarcações ancoradas na ponta da praia, como também de praia urbana. Todo quarteirão é verticalizado.

Usos por diversos atores e atividades:

- Veranistas;
- Turistas
- Ambulantes;
- Quiosqueiros;
- Escolas de surf/surfistas;
- Pescadores;
- Jogadores de bocha, futebol de praias, frescobol, entre outros;

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none"> - Sombreamento total ao longo da praia, provocados pela verticalização; - Ausência de organização/espço para as embarcações pesqueiras; - Grande número de frequentadores das praias na alta temporada; - Ausência de sanitários públicos; - Presença de línguas negras, com esgoto; - Acessibilidade precária, tanto com relação aos pedestres à praia, como ao sistema viário/estacionamentos. - Faixa pequena de calçadão e praia; - Falta de fiscalização pelo poder público e ausência de políticas de conscientização dos usuários, de limpeza e conservação do meio ambiente, inclusive para os pescadores do local; - Ausência de chuveiros públicos; - Falta de equipamentos públicos para prática de lazer/esporte (praças); - Falta de segurança e iluminação pública; - Ausência de ciclovia 	<p>Turístico, com presença de colônias de férias e Veraneio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Obras de acessibilidades nas praias; - Pré-Projeto de remoção de carrinhos que utilizem frituras da faixa de areia para o calçadão. - Seja dada preferência de exploração das atividades ambulante e quiosqueira aos moradores de Guarujá; - Revitalização das praias, com regularização das estruturas, em cumprimento de TAC.

<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de postos de salvamento e informações. - Pequeno número de lixeiras públicas ao longo das praias. 		
---	--	--

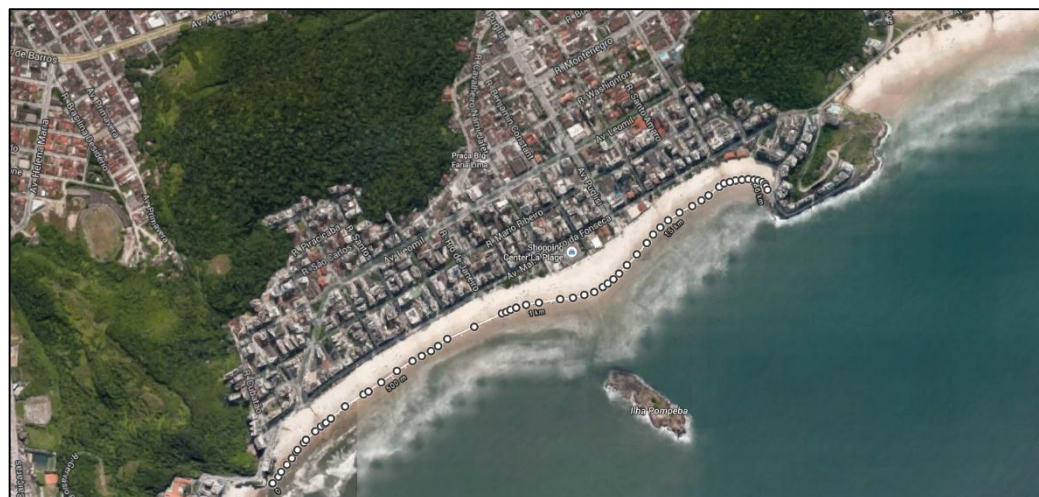
SETOR 3 - TRECHO 3: PITANGUEIRAS

LOCALIZAÇÃO:

PITANGUEIRAS

(-24.003984, -46.266003) SOBRE AS ONDAS - FINAL AREIA ASTURIAS

(-23.995867, -46.251010) FINAL PRAIA DE PITANGUEIRAS - MORRO DO MALUF



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

Configuração de praia urbana. Todo quarteirão é verticalizado.

Usos por diversos atores e atividades:

- veranistas;
- ambulantes;

- quiosqueiros;
- escolas de surf/surfistas;
- restaurantes;
- feiras de artesanato;
- shopping;
- praticantes de esportes: futebol de praias, frescobol, entre outros;

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none"> - Sombreamento total ao longo da praia; - ausência de organização para as embarcações pesqueiras; - Grande número de frequentadores das praias na alta temporada; - Ausência de sanitários públicos; - Presença de línguas negras, com esgoto; - Acessibilidade precária, tanto com relação aos pedestres à praia, como ao sistema viário/estacionamentos. - Falta de fiscalização pelo poder público e ausência de políticas de conscientização dos usuários, de limpeza e conservação do meio ambiente, inclusive para os pescadores do local; 	Veraneio	<ul style="list-style-type: none"> - Obras de acessibilidades nas praias; - Pré-Projeto de remoção de carrinhos que utilizem frituras da faixa de areia para o calçadão. - Seja dada preferência de exploração das atividades ambulante e quiosqueira aos moradores de Guarujá; - Revitalização das praias, com regularização das estruturas, em cumprimento do TAC.

<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de chuveiros públicos; - Falta de equipamentos públicos para prática de lazer/esporte (praças); - Precariedade e sucateamento das praças e chafarizes; - Falta de segurança e iluminação pública; - Ausência de ciclovia - Ausência de postos de salvamento e informações. - Pequeno número de lixeiras públicas ao longo das praias. 		
--	--	--

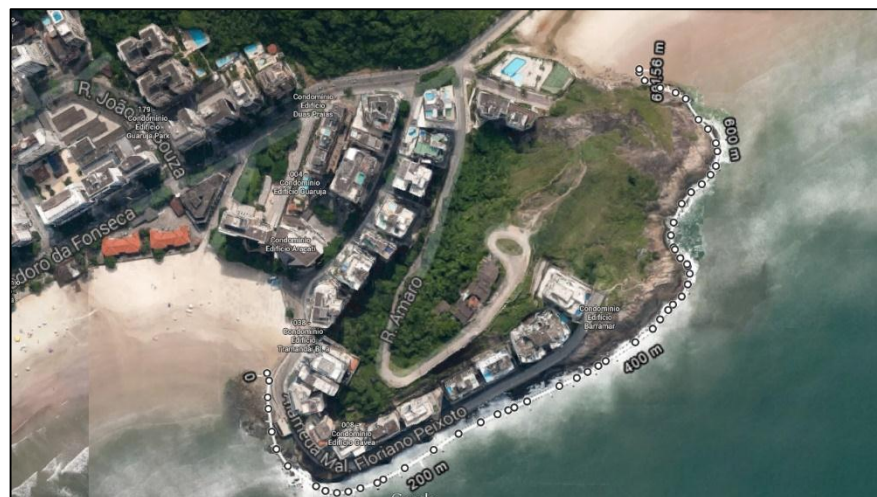
SETOR 3 - TRECHO 4: MORRO DO MALUF

LOCALIZAÇÃO:

MORRO DO MALUF

(-23.995867, -46.251010) FINAL PRAIA DE PITANGUEIRAS - MORRO DO MALUF

(-23.993638, -46.248021) FINAL DO MORRO DO MALUF - INICIO AREIA DA ENSEADA



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

Costão Rochoso, com loteamento aprovado. Configuração Urbana.

Presença de pesca esportiva;

Presença de hotel.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de segurança e iluminação pública; - Ausência de ciclovia 	Turístico, com presença de hotel e Veraneio.	Sem projetos e planos

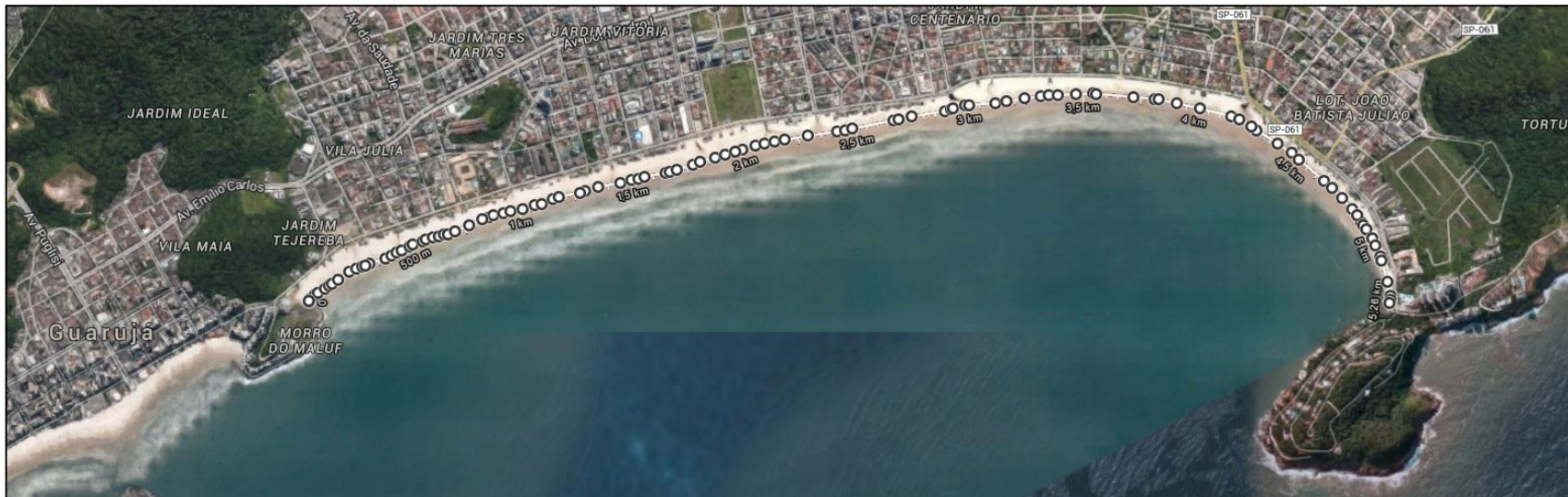
SETOR 3 - TRECHO 5:ENSEADA

LOCALIZAÇÃO:

ENSEADA

(-23.993638, -46.248021) FINAL DO MORRO DO MALUF - INICIO AREIA DA ENSEADA

(-23.993686, -46.202010) FINAL AREIA ENSEADA - PENINSULA



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

Configuração como praia urbana. Predominância de ocupação horizontal.

Usos por diversos atores e atividades:

- veranistas;
- turistas

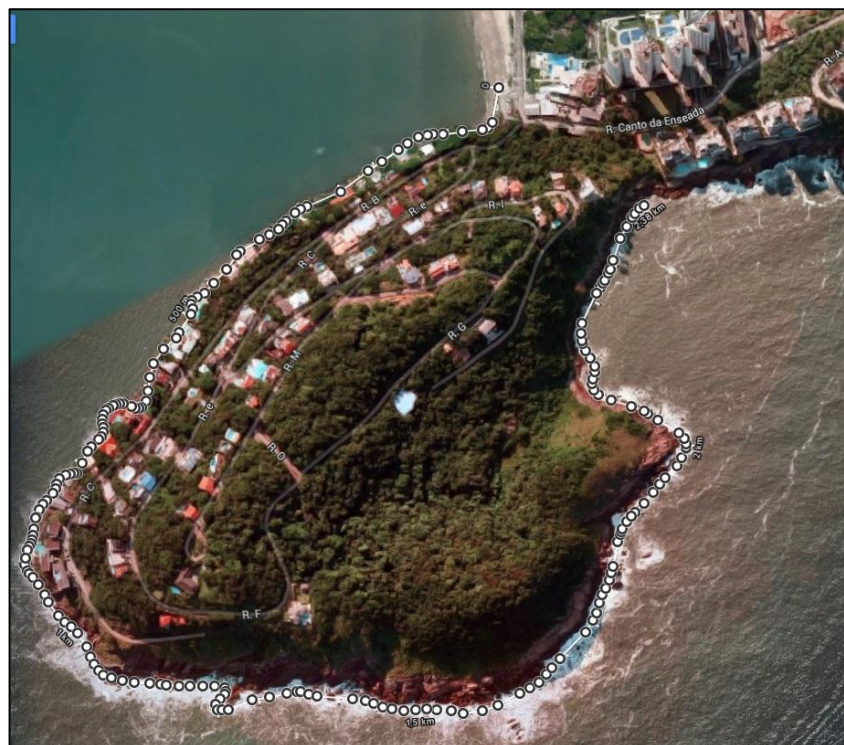
- ambulantes;
- quiosqueiros;
- restaurantes;
- feira de artesanato;
- shopping;
- hotéis e pousadas;
- prática de esportes diversos;
- ancoramento de embarcações de recreio e lazer no final da praia;
- prática de esporte Jet Sky;
- passeios aquáticos e turísticos (escunas);

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none"> - Grande número de frequentadores das praias na alta temporada; - Ausência de sanitários públicos; - Presença de línguas negras, com esgoto; - Acessibilidade precária, tanto com relação aos pedestres à praia, como ao sistema viário/estacionamentos. - Falta de fiscalização pelo poder público e ausência de políticas de conscientização dos usuários, de limpeza e conservação do meio ambiente, inclusive para os pescadores do local; - Ausência de chuveiros públicos; - Falta de equipamentos públicos para prática de lazer/esporte (praças); - Falta de segurança e iluminação pública; - Precariedade dos postos de salvamento e informações. - Pequeno número de lixeiras públicas ao longo das praias. - Pesca predatória de arrasto por embarcações profissionais. 	<p>Turístico, em face do grande número de hotéis e pousadas e Veraneio.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Obras de acessibilidades nas praias; - Pré-Projeto de remoção dos quiosques da faixa de areia para o calçadão (cumprimento do Projeto Orla) - Seja dada preferência de exploração das atividades ambulante e quiosqueira aos moradores de Guarujá; - Revitalização das praias, com regularização das estruturas, em cumprimento do TAC.

LOCALIZAÇÃO:

(-23.993686, -46.202010) FINAL AREIA ENSEADA - PENINSULA

(-23.994978, -46.200276) FINAL PENINSULA



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- Costão Rochoso com loteamento horizontal aprovado. Configuração urbana;
- Acesso limitado com restrição de entrada. Condomínio fechado.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
Não foram constatados	Veraneio	Não identificados

SETOR 4 - PERNAMBUCO/PEREQUÊ

Parâmetros Ambientais

SETOR 4	Trecho	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10
Pernambuco/Perequê	1										
	2										
	3										
	4a										
	4b										

A1 = COBERTURA VEGETAL NATIVA; **A2** = VALORES CÊNICOS; **A3** = INTEGRIDADE DOS ECOSSISTEMAS; **A4** = FRAGILIDADE DOS ECOSSISTEMAS; **A5** = PRESENÇA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; **A6** = BALNEABILIDADE; **A7** = DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; **A8** = PRESENÇA DE EFLUENTES; **A9** = PRESENÇA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO) NA ORLA (CONSIDERAR SAZONALIDADE); **A10** = PRESENÇA DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES

SETOR 4	Trecho	A11	A12	A13	A14	A15
Pernambuco/Perequê	1					
	2					
	3					
	4a					
	4b					

A11 – POTENCIAL PARA APROVEITAMENTO MINERAL; **A12** – APTIDÃO AGRÍCOLA; **A13** – POTENCIAL PARA EXTRAÇÃO VEGETAL; **A14** - POTENCIAL PESQUEIRO; **A15** - APTIDÃO PARA MARICULTURA.

Parâmetros Sociais

SETOR 4	Trecho	S16	S18	S19	S20	S21	S22	S23	S24	S25
Pernambuco/Perequê	1									
	2									
	3									
	4a									
	4b									

S 16 = PRESENÇA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS; **S 18** = CONCENTRAÇÃO DE DOMICÍLIOS DE VERANEIO (SEGUNDA RESIDÊNCIA); **S 19** = INFRAESTRUTURA DE TURISMO E LAZER; **S 20** = COBERTURA URBANA OU URBANIZAÇÃO; **S 21** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR ÁGUA (%); **S 22** = DOMICÍLIOS COM SERVIÇO DE ESGOTO (%); **S 23** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR COLETA DE LIXO (%); **S 24** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR ENERGIA ELÉTRICA (%); **S 25** = FORMAS DE ACESSO.

Parâmetros Econômicos

SETOR 4	Trecho	E 26	E 27	E 28	E 29	E 30	E 31	E 32	E 33	E 34	E 35
Pernambuco/Perequê	1										
	2										
	3										
	4 ^a										
	4b										

E 26 = PRESSÃO IMOBILIÁRIA; **E 27** = USO AGRÍCOLA; **E 28** = USO PARA EXTRAÇÃO VEGETAL; **E 29** = USO DOS RECURSOS PESQUEIROS; **E 30** = USO PARA MARICULTURA; **E 31** = USO PARA TRÁFEGO AQUAVIÁRIO OU PORTUÁRIO; **E 32** = USO INDUSTRIAL; **E 33** = APROVEITAMENTO MINERAL; **E 34** = ATIVIDADES PETROLÍFERAS; **E 35** = ATIVIDADES TURÍSTICA.

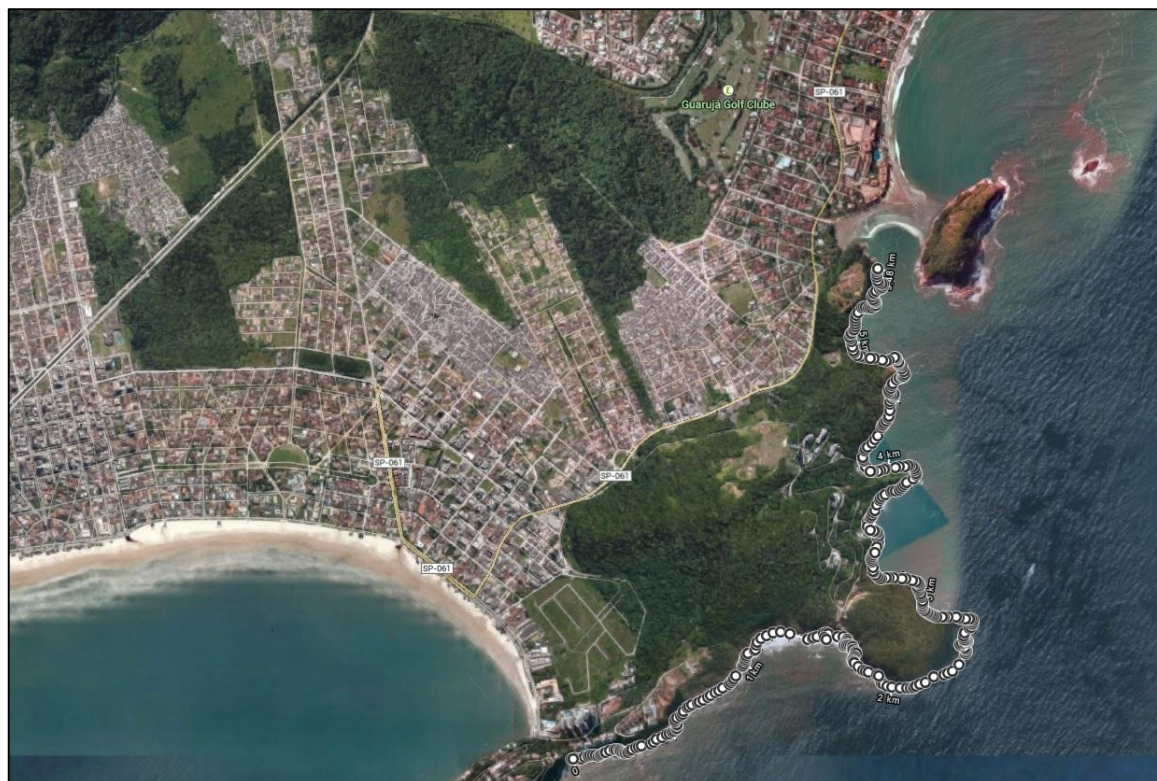
SETOR 4 - TRECHO 1: COSTÃO DAS TARTARUGAS

LOCALIZAÇÃO:

COSTÃO DAS TARTARUGAS

(-23.994978, -46.200276) FINAL PENINSULA

(-23.974258, -46.186129) FINAL COSTÃO ROCHOSO - INÍCIO AREIA MAR CASADO



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

Formado por um costão rochoso em área de preservação, com baixo índice de ocupação, sendo duas as áreas ocupadas.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none">- Construções irregulares- Presença de efluentes- Presença de grandes condomínios- Processos judiciais referentes à reintegração de posse- Falta de fiscalização	<ul style="list-style-type: none">- Potencial turístico (mirante, turismo subaquático, ecoturismo)- Potencial para pesquisa e estudos ambientais (monitoramento ambiental)	<ul style="list-style-type: none">- conservação da área preservada- recuperação das áreas degradadas- implementar e regularizar os acessos à praia- placas de sinalização turística- coleta seletiva nas praias (Édem)- áreas de exclusão de pesca no costão- proibição de animais domésticos nas praias

SETOR 4 - TRECHO 2: PRAIA DO PERNAMBUCO

LOCALIZAÇÃO:

PRAIA DE PERNAMBUCO

(-23.974258, -46.186129) FINAL COSTÃO ROCHOSO - INÍCIO AREIA MAR CASADO

(-23.960757, -46.182215) FINAL DA PRAIA DE PERNAMBUCO - INÍCIO COSTÃO ALBAMAR



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

Composta por duas praias, Mar Casado e Pernambuco, sendo sua área totalmente habitada. Não possui uma via beira mar, sendo toda sua orla murada, possuindo aproximadamente 10 vias de acesso à praia.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none">- ambulantes (permanência de carrinhos e fritura na areia, demarcação de espaço praial mediante guarda – sóis)- falta de posto de salvamento e segurança- fiscalização- iluminação- ausência de infraestrutura (água, chuveiros, banheiros e etc.)- Ausência de coleta seletiva- ligações clandestinas (águas pluviais)- animais na praia- falta de acessibilidade	<ul style="list-style-type: none">- potencial turístico e veranista- potencial esportivo e náutico- ecoturismo (arvorismo, tirolesa, etc.)- Turismo de negócios e eventos	<ul style="list-style-type: none">- reestruturação da infraestrutura da orla da praia- revitalização dos acessos- recuos das áreas de orla que foram avançadas- saneamento básico (regularização)- capacitação e padronização dos ambulantes- coleta seletiva- placa de sinalização- implantação de 2 ou mais posto guarda vidas- regulamentação de horários destinados à prática esportiva- pontos de referência- posto de informações turísticas

SETOR 4 - TRECHO 3: COSTÃO ALBAMAR

LOCALIZAÇÃO:

COSTÃO ALBAMAR

(-23.960757, -46.182215) FINAL DA PRAIA DE PERNAMBUCO - INÍCIO COSTÃO ALBAMAR

(-23.942050, -46.172980) FIM DO COSTÃO ALBAMAR



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

Composta por um costão rochoso em área de preservação com baixo índice de ocupação.

Neste costão, encontra-se o condomínio Albamar, trecho totalmente preservado, terminando no Rio do Peixe quando se encontra com o mar.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
Isento (área totalmente preservada)	<ul style="list-style-type: none">- ecoturismo (trilhas, arborismo, etc..)- potencial para pesquisa e estudos ambientais (monitoramento ambiental)	<ul style="list-style-type: none">- conservação da área- áreas de exclusão de pesca

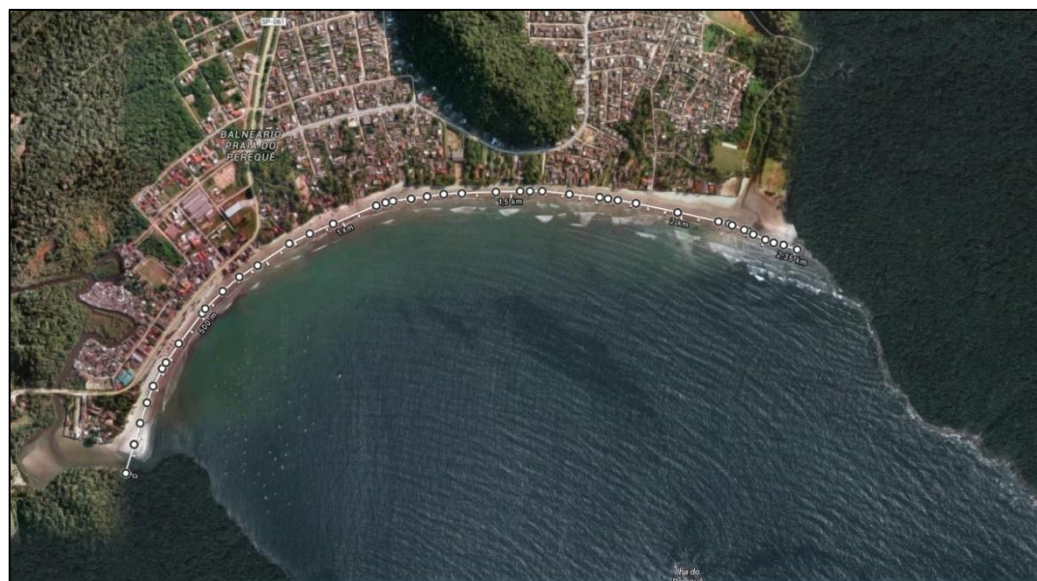
SETOR 4 - TRECHO 4: PRAIA DO PEREQUÊ

LOCALIZAÇÃO:

COSTÃO ALBAMAR

(-23.960757, -46.182215) FINAL DA PRAIA DE PERNAMBUCO - INÍCIO COSTÃO ALBAMAR

(-23.942050, -46.172980) FIM DO COSTÃO ALBAMAR



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

A praia do Perequê é formada por duas partes distintas.

1 – área dos restaurantes: onde possui via beira mar e calçadão.

2 – Área de assentamento irregular: não possui via beira mar, casa e comércio “pé na areia”.

- Área em fase de regularização fundiária.

-População de baixa renda.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none">-falta de fiscalização.- ausência de infraestrutura (tratamento de esgoto, água, etc.)- Animais na praia- acessos- excesso de veículos na faixa de areia- Ausência de espaços destinados ao lazer	<ul style="list-style-type: none">- potencial turístico e veranista- náutico- esportivo- pesqueiro- ecoturismo	<ul style="list-style-type: none">- regularização fundiária- Remoção de habitações em áreas de risco e de preservação- revitalização da orla- revitalização de acessos- implantação de saneamento básico- quiosques removíveis- capacitação e padronização vendedores ambulantes- criação de guia gastronômico- projeto de coleta seletiva- sinalização- posto de guarda vidas-regulamentação de prática esportiva na areia

		- posto de informações turísticas - píer - padronização de restaurantes (faixadas).
--	--	---

SETOR 5 - RABO DO DRAGÃO

Parâmetros Ambientais

SETOR 5	Trecho	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10
Rabo do Dragão	1										
	2										
	3										
	4										

A1 = COBERTURA VEGETAL NATIVA; **A2** = VALORES CÊNICOS; **A3** = INTEGRIDADE DOS ECOSSISTEMAS; **A4** = FRAGILIDADE DOS ECOSSISTEMAS; **A5** = PRESENÇA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; **A6** = BALNEABILIDADE; **A7** = DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; **A8** = PRESENÇA DE EFLUENTES; **A9** = PRESENÇA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO) NA ORLA (CONSIDERAR SAZONALIDADE); **A10** = PRESENÇA DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES

SETOR 5	Trecho	A11	A12	A13	A14	A15
Rabo do Dragão	1					
	2					
	3					
	4					

A11 – POTENCIAL PARA APROVEITAMENTO MINERAL; **A12** – APTIDÃO AGRÍCOLA; **A13** – POTENCIAL PARA EXTRAÇÃO VEGETAL; **A14** - POTENCIAL PESQUEIRO; **A15** - APTIDÃO PARA MARICULTURA.

Parâmetros Sociais

SETOR 5	Trecho	S16	S18	S19	S20	S21	S22	S23	S24	S25
Rabo do Dragão	1									
	2									
	3									
	4									

S 16 = PRESENÇA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS; **S 18** = CONCENTRAÇÃO DE DOMICÍLIOS DE VERANEIO (SEGUNDA RESIDÊNCIA); **S 19** = INFRAESTRUTURA DE TURISMO E LAZER; **S 20** = COBERTURA URBANA OU URBANIZAÇÃO; **S 21** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR ÁGUA (%); **S 22** = DOMICÍLIOS COM SERVIÇO DE ESGOTO (%); **S 23** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR COLETA DE LIXO (%); **S 24** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR ENERGIA ELÉTRICA (%); **S 25** = FORMAS DE ACESSO.

Parâmetros Econômicos

SETOR 5	Trecho	E 26	E 27	E 28	E 29	E 30	E 31	E 32	E 33	E 34	E 35
Rabo do Dragão	1										
	2										
	3										
	4										

E 26 = PRESSÃO IMOBILIÁRIA; **E 27** = USO AGRÍCOLA; **E 28** = USO PARA EXTRAÇÃO VEGETAL; **E 29** = USO DOS RECURSOS PESQUEIROS; **E 30** = USO PARA MARICULTURA; **E 31** = USO PARA TRÁFEGO AQUAVIÁRIO OU PORTUÁRIO; **E 32** = USO INDUSTRIAL; **E 33** = APROVEITAMENTO MINERAL ; **E 34** = ATIVIDADES PETROLÍFERAS; **E 35** = ATIVIDADES TURÍSTICA.

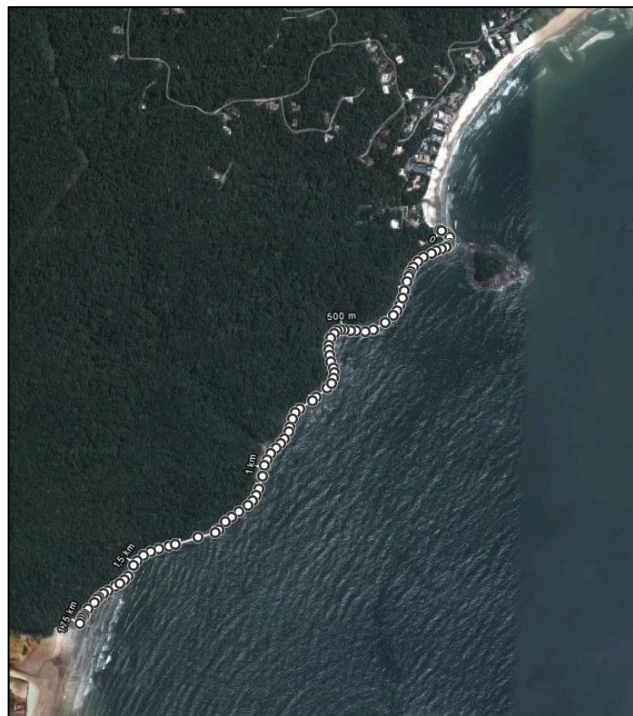
SETOR 5 - TRECHO 1: COSTÃO DE TIJUCOPAVA

LOCALIZAÇÃO:

COSTÃO TIJUCOPAVA

(-23.924701, -46.179361) FIM DA FAIXA DE AREIA DO PEREQUE

(-23.914389, -46.169038) ÁREA DE CONDOMÍNIOS - FAIXA DE AREIA



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- Costão Rochoso, com cobertura vegetal der Mata Atlântica, Floresta Ombrófila, inserida em APP e tombada pelo CONDEPHAAT e pelo patrimônio paisagístico;
- Inicia-se no final da Praia do Perequê (ilhota do Perequê) até o início da Praia do Tijucopava

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
Ausência de fiscalização do poder público local;	Pesca esportiva;	Manter a atividade de pesca esportiva, com preservação do habitat natural;

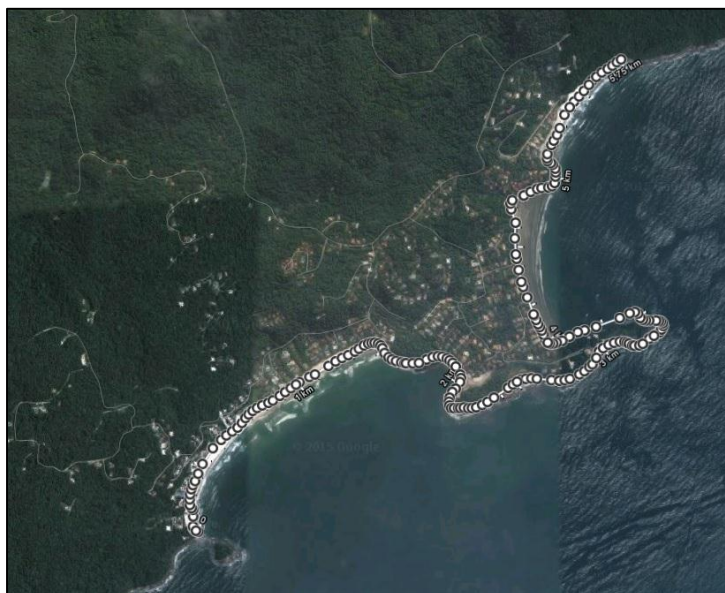
SETOR 5 - TRECHO 2: CONDOMÍNIOS

LOCALIZAÇÃO:

CONDOMÍNIOS

(-23.914389, -46.169038) ÁREA DE CONDOMÍNIOS - FAIXA DE AREIA

(-23.893283, -46.148147) FINAL DA PRAIA DE TAGUAIBA



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- Inicia na ilha de Tijucopava, engloba a Praia de Tijucopava, São Pedro, Praia das Conchas, Península, Praia do Iporanga até o final da Praia de Taguaíba;
- Área com urbanização controlada, com infraestrutura e sistema viário interno, o local dispõe de estacionamento, sanitários e duchas;
- Área com imóveis de veraneio de alto padrão, com área preservada dentro dos condomínios de aproximadamente 70%, com programas e certificações ambientais, seu acesso é de uso controlado para os turistas;

Sistema de saneamento privado;

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none">- ausência de estabelecimento de alimentação para turistas;- impedimento de atracação e permanência de embarcações e pescadores na área da orla por parte da administração local;	<ul style="list-style-type: none">- esporte náutico;- Surf na praia de Taguaiba e São Pedro;- potencial cênico para filmagens publicitárias, cinema, novela, etc.;Turismo ecológico (observação de pássaros e trilha);	<ul style="list-style-type: none">- Manutenção dos planos de conservação pré-instalados;- Criação de UC público/privada;- Implantação de projetos conforme potencial descrito de baixo impacto ambiental;

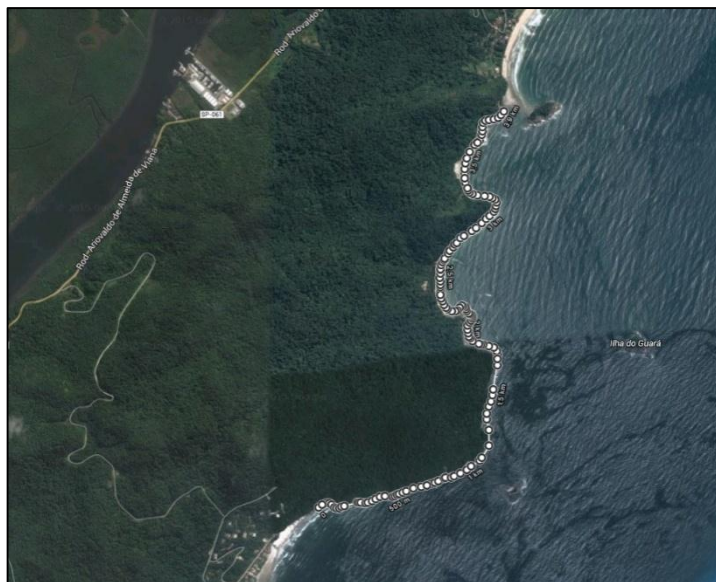
SETOR 5 - TRECHO 3: CAMBURIZINHO

LOCALIZAÇÃO:

CAMBURIZINHO

(-23.893283, -46.148147) FINAL DA PRAIA DE TAGUAIBA

(-23.871669, -46.137305) INÍCIO DA AREIA DA PRAINHA BRANCA



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- Possui três Costões Rochosos com cobertura de Mata Atlântica, inseridos em APP, tombados pelo CONDEPHAAT, áreas de manejo especial inseridos na APA Marinha Litoral Centro; o primeiro que se inicia no final da Praia do Taguaíba até o fim da Praia do Camburizinho, o segundo tem início no final da Praia do Camburizinho até o início da Praia Preta, e, o terceiro tem início no final da Praia Preta até a Ponta do Varadouro, onde se localiza no meio deles a Praia das Conchas. Entre os costões existem as praias de Camburizinho de aproximadamente 200 m. de extensão, Praia Preta com aproximadamente 60 m. e a Praia das Conchas.

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
- Manutenção da área preservada e frequência de fiscalização;	- Esportes náuticos, potencial cênico para filmagens publicitárias (filmes, novelas, etc.) e turismo ecológico;	- Manter a atividade de pesca esportiva, esportes náuticos e filmagens com preservação de seu habitat natural

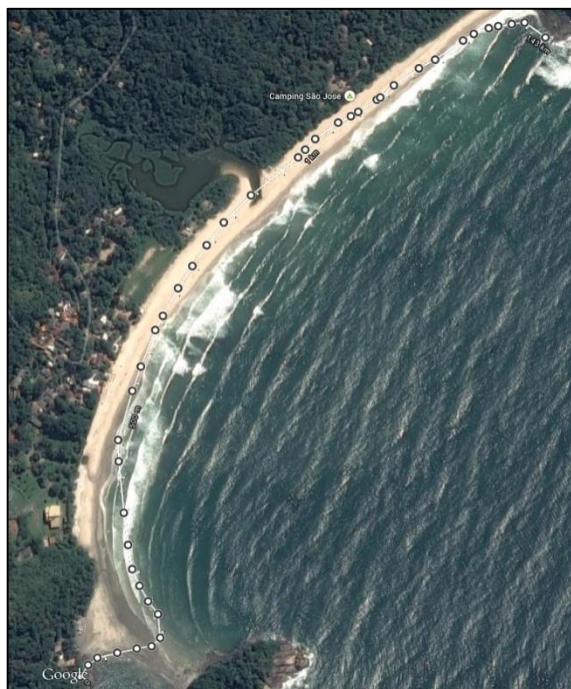
SETOR 5 - TRECHO 4: PRAINHA BRANCA

LOCALIZAÇÃO:

PRAINHA BRANCA

(-23.871669, -46.137305) INÍCIO DA AREIA DA PRAINHA BRANCA

(-23.862698, -46.130886) FINAL DA AREIA DA PRAINHA BRANCA



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- área está inserida na parte terrestre da APA Marinha Litoral Centro;
- vegetação preservada em aproximadamente 70% da área de Mata Atlântica;
- praia com extensão de 1.300 m., presença de comunidade tradicional caiçara com aproximadamente 90 famílias (500 pessoas);
- a maioria das residências é de alvenaria, a área possui coleta de esgoto através de fossa, mas sem tratamento;
- não possui rede saneamento; a captação de água é feita direto da fonte e distribuída para as residências por tubulações feitas pela própria comunidade;
- existe uma base da polícia militar construída pela comunidade; duas escolas (uma estadual e uma municipal);
- existe uma capela católica construída em 1930, hoje em alvenaria, tendo como padroeira Nossa Senhora Imaculada Conceição;
- não existe posto de saúde, porém é feito atendimento médico uma vez por semana na base da polícia militar;
- traçado precário de sistema viário e não regulamentado através de caminho de servidão e vielas;
- o acesso à praia se dá através da trilha calçada com projeto do CONDEPHAAT (da rodovia até a praia);
- existe uma estrada pavimentada em propriedade particular, cuja abertura foi autorizada na condicionante de uso compartilhado a toda comunidade da prainha;
- instrumentos de lazer: um campo de futebol e a sede da associação atlética três de maio;
- prática de surf e camping, sendo este anteriormente explorado de forma desordenada causando grandes impactos ambientais, em 2006, houve a proibição da atividade pelo Ministério Público local.
- coleta de lixo feita em parceria com a comunidade local e o poder público; o lixo é colocado na praia pela comunidade e de lá é retirado através de barcos da comunidade (que recebe verba da concessionária para a execução desse trabalho) e colocado na balsa do lado de Guarujá, onde entra o poder público;

- atividade econômica dos moradores: mais de 50% dos moradores vive do turismo de base comunitária (existem hoje 15 monitores locais).

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<ul style="list-style-type: none"> - falta e regularização fundiária; - acordo de uso da estrada com a comunidade local não está sendo cumprido, ficando esta a mercê da boa vontade do proprietário, resultando no impedimento do uso da mesma inclusive em casos emergenciais; - ausência de programa de coleta seletiva e destinação adequada do lixo; - falta de saneamento básico; - falta de tratamento e distribuição de água; - acesso desordenado de turistas; - o caminho de servidão de acesso à praia do Varadouro foi fechado com muro, ficando como único acesso à praia, sendo que quando a maré está alta impossibilita a passagem de moradores, energia elétrica, água e telefonia; - Falta de programas socioambientais sustentáveis; - falta de colégio eleitoral na comunidade; - excesso de mesas e cadeiras ocupando espaço na areia da praia; - falta de salva vidas na praia; 	<ul style="list-style-type: none"> - esportes náuticos; - turismo ecológico; - camping; - comidas típicas caiçaras; <p>Festas culturais nativas;</p> <p>Pesca esportiva e artesanal;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - programa de regularização fundiária junto ao Cidade Legal do governo da cidade de São Paulo, com expedição do DECUA (Declaração de Conformidade Urbanística) para regulamentar a situação já em andamento; - manutenção dos planos de conservação pré-instalados; - regulamentar por decreto municipal o uso da estrada de acesso à prainha branca para o poder público e comunidade; - implantação de um programa de coleta seletiva e destino correto dos resíduos; - projeto de saneamento básico já em andamento; - implantação de uma estação de tratamento e distribuição de água; - quanto ao acesso desordenado de turistas já existe um estudo para a implantação de um projeto de reserva de desenvolvimento sustentável; <p>Quant ao acesso da praia do Varadouro já existe uma demanda do Ministério Público –</p>

<ul style="list-style-type: none"> - falta de policiamento; - falta de sanitário público e chuveiro; 		<p>GAEMA, para abrir uma passagem de servidão;</p> <ul style="list-style-type: none"> - implantação de programas socioambientais que dê a possibilidade de geração de renda de forma sustentável; - fiscalização para que se cumpra a lei existente para organizar o uso das areias da praia por cadeiras e mesas; - implantação de um salva-vidas fixo durante o ano inteiro devido ao perigo da orla; - implantação de um posto de saúde cujo projeto já existe; <p>Implantação de inclusão digital (banda larga) ou programa acesse São Paulo;</p> <ul style="list-style-type: none"> - implantação de policiamento.
--	--	--

SETOR 6 - RABO DO DRAGÃO – CANAL - BERTIOGA

Parâmetros Ambientais

SETOR 6	Trecho	A1	A2	A3	A4	A5	A6	A7	A8	A9	A10
Rabo do Dragão Canal	1										
	2										
	3										
	4										
	5										
	6										

A1 = COBERTURA VEGETAL NATIVA; **A2** = VALORES CÊNICOS; **A3** = INTEGRIDADE DOS ECOSSISTEMAS; **A4** = FRAGILIDADE DOS ECOSSISTEMAS; **A5** = PRESENÇA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO; **A6** = BALNEABILIDADE; **A7** = DEGRADAÇÃO AMBIENTAL; **A8** = PRESENÇA DE EFLUENTES; **A9** = PRESENÇA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO) NA ORLA (CONSIDERAR SAZONALIDADE); **A10** = PRESENÇA DE CONSTRUÇÕES IRREGULARES.

SETOR 6	Trecho	A11	A12	A13	A14	A15
Rabo do Dragão Canal	1					
	2					
	3					
	4					
	5					
	6					

A11 – POTENCIAL PARA APROVEITAMENTO MINERAL; **A12** – APTIDÃO AGRÍCOLA; **A13** – POTENCIAL PARA EXTRAÇÃO VEGETAL; **A14** - POTENCIAL PESQUEIRO; **A15** - APTIDÃO PARA MARICULTURA.

Parâmetros Sociais

SETOR 6	Trecho	S16	S18	S19	S20	S21	S22	S23	S24	S25
Rabo do Dragão Canal	1									
	2									
	3									
	4									
	5									
	6									

S 16 = PRESENÇA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS; **S 18** = CONCENTRAÇÃO DE DOMICÍLIOS DE VERANEIO (SEGUNDA RESIDÊNCIA); **S 19** = INFRAESTRUTURA DE TURISMO E LAZER; **S 20** = COBERTURA URBANA OU URBANIZAÇÃO; **S 21** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR ÁGUA (%); **S 22** = DOMICÍLIOS COM SERVIÇO DE ESGOTO (%); **S 23** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR COLETA DE LIXO (%); **S 24** = DOMICÍLIOS SERVIDOS POR ENERGIA ELÉTRICA (%); **S 25** = FORMAS DE ACESSO.

Parâmetros Econômicos

SETOR 6	Trecho	E 26	E 27	E 28	E 29	E 30	E 31	E 32	E 33	E 34	E 35
Rabo do Dragão Canal	1										
	2										
	3										
	4										
	5										
	6										

E 26 = PRESSÃO IMOBILIÁRIA; **E 27** = USO AGRÍCOLA; **E 28** = USO PARA EXTRAÇÃO VEGETAL; **E 29** = USO DOS RECURSOS PESQUEIROS; **E 30** = USO PARA MARICULTURA; **E 31** = USO PARA TRÁFEGO AQUAVIÁRIO OU PORTUÁRIO; **E 32** = USO INDUSTRIAL; **E 33** = APROVEITAMENTO MINERAL; **E 34** = ATIVIDADES PETROLÍFERAS; **E 35** = ATIVIDADES TURÍSTICA.Obs. E 33

– Não existe aproveitamento mineral; E 34 – Porém existe um duto da PETROBRÁS do lado de Santos, que já se rompeu e atingiu o município do Guarujá.

SETOR 6 - TRECHO 1: MANGUEZAL E RESTINGA

LOCALIZAÇÃO:

MANGUEZAL E RESTINGA

(-23.922419, -46.286717) RODOVIA CONEGO DOMÊNICO RANGONI

(-23.922419, -46.286717) INÍCIO DO RECÚO MARINA GUARUJÁ



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

O manguezal e restinga em sua maior parte não apresentam ocupação humana, mantendo, desta forma, as características naturais da vegetação;

Faixa de borda do canal apresenta perda de vegetação e erosão, decorrentes da circulação de embarcações (lanchas);

Área agrícola localizada ao sul do manguezal (próximo ao Bairro Morrinhos IV);

Área agrícola abandonada (próxima a SP 55);

Antiga área de depósito de dragagem (Próxima a Marina Guarujá);

Presença de Sambaquis

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
Degradação da faixa de borda (erosão e perda de vegetação); Assoreamento do canal devido à erosão (circulação de embarcações e antiga dragagem realizada); Presença de possíveis áreas contaminadas; Possível contaminação dos recursos hídricos pelo chorume do aterro sanitário localizado no bairro Morrinhos IV; Falta de fiscalização na circulação de embarcações (velocidade e poluição); Trafego de animais silvestres (ao longo de toda estrada-parque)	Preservação do ecossistema natural (manguezal e restinga); Manutenção de berçários naturais; Pesquisas acadêmicas; Recuperação Ambiental; Proteção dos Sambaquis	Pesquisas acadêmicas;

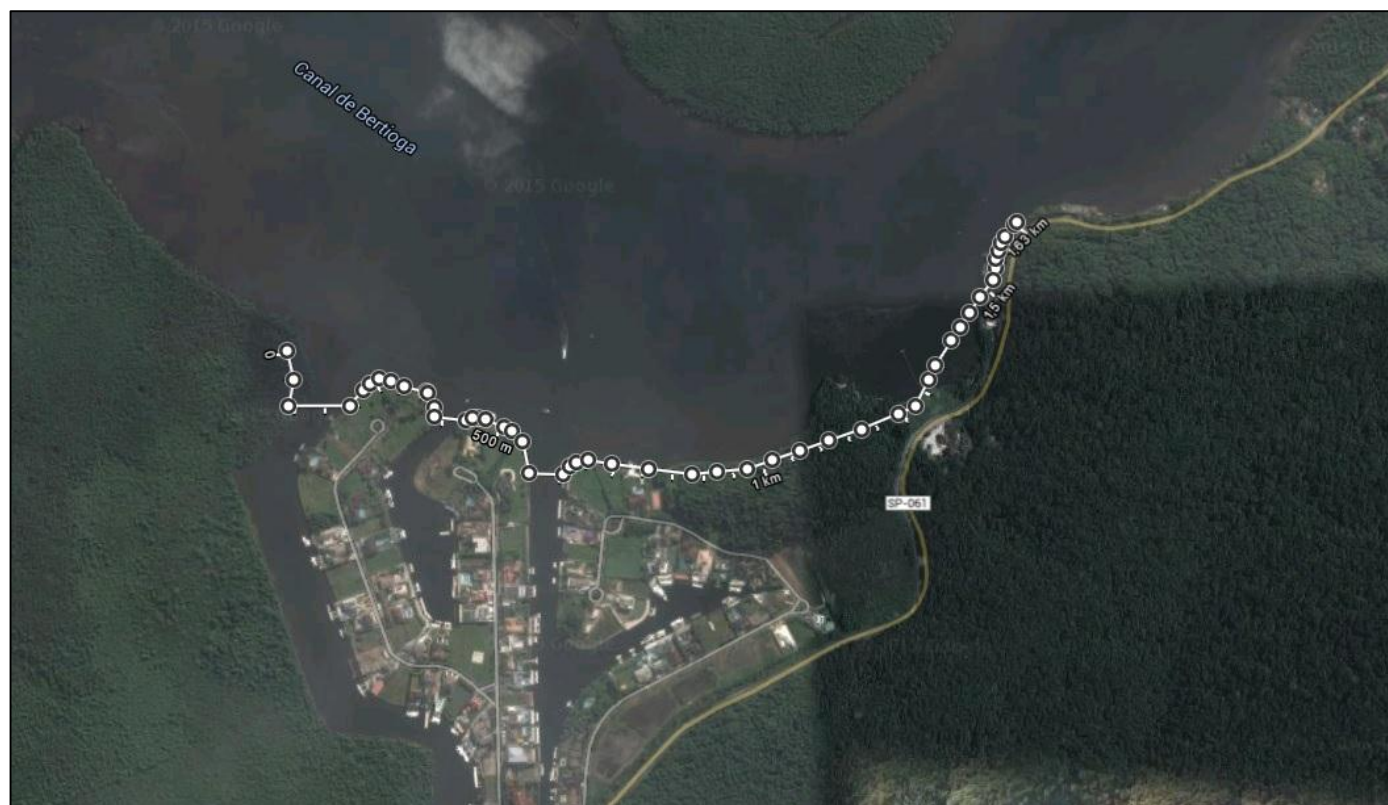
SETOR 6 - TRECHO 2: MARINA GUARUJÁ

LOCALIZAÇÃO:

MARINA GUARUJÁ

(-23.922419, -46.286717) INÍCIO DO RECÚO MARINA GUARUJÁ

(-23.915407, -46.204577) FIM DA ÁREA DA MARINA GUARUJÁ



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

Aterramento e abertura de canais para a construção da marina;

Residências de alto padrão e veraneio, com atracadouros individuais;

Ausência de atividade pesqueira;

Desvio de curso d'água por meio de canalização das cachoeiras presentes nas encostas do morro

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
Falta de fiscalização na circulação de embarcações (velocidade e poluição); Acesso restrito aos moradores do condomínio (no canal); Possíveis problemas de emissão de efluentes domésticos não tratados no canal	Geração de emprego para a população local; Turístico (restrito)	Não há conhecimento de ações neste trecho

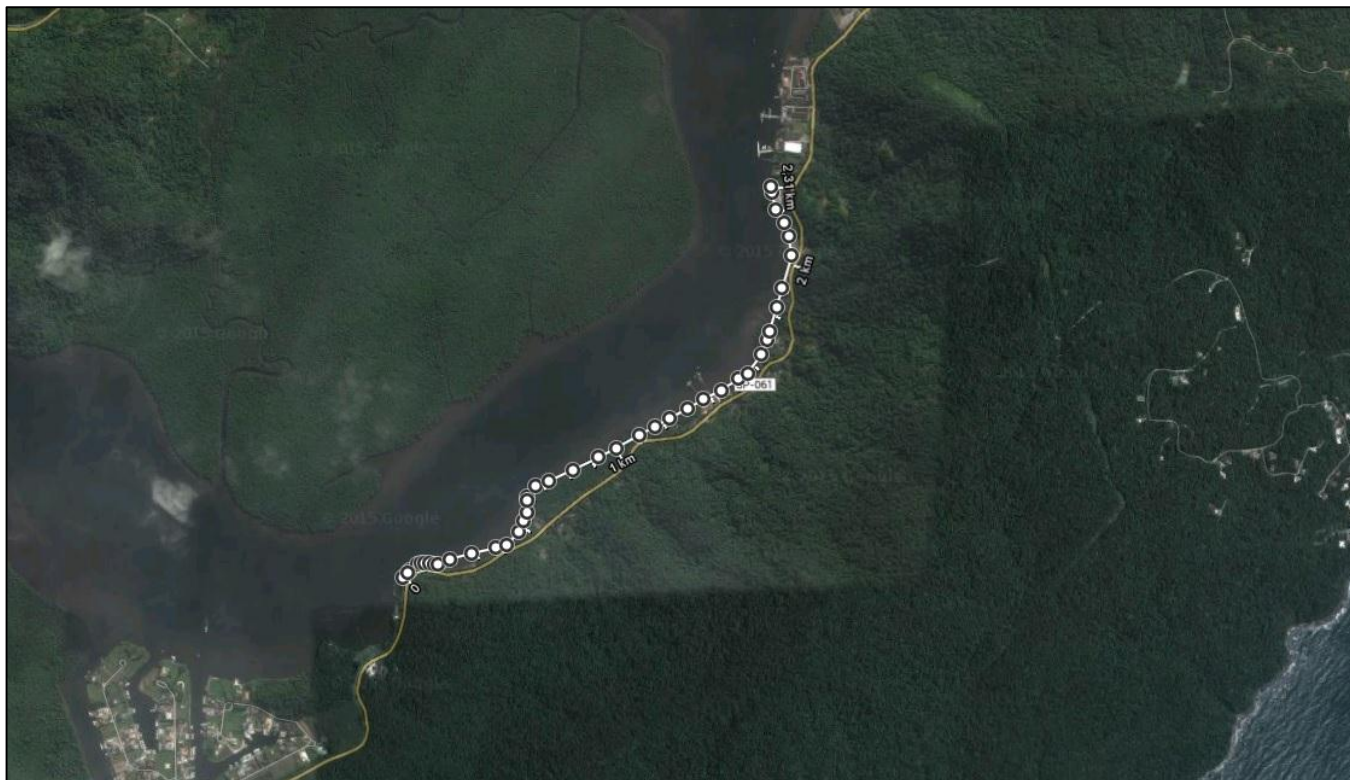
SETOR 6 - TRECHO 3: CANAL DE BERTIOGA

LOCALIZAÇÃO:

CANAL DE BERTIOGA

(-23.915407, -46.204577) FIM DA ÁREA DA MARINA GUARUJÁ

(-23.902323, -46.191118) INICIO DA MARINA TCHABUM



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

Presença de comunidade tradicional caiçara;

Presença de comércio (bares, restaurantes, mercearias);

Presença de estruturas náuticas de pequeno porte para pesca e esporte recreio;

Alto índice de preservação da vegetação;

Comércio artesanal de produtos de pescado;

Igrejas (uma delas localizada no prédio de uma antiga escola);

Ruínas de antigo alambique

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
Ausência de local de lazer para a comunidade local; Falta de projetos para desenvolvimento de pesca e ecoturismo; Ausência de postos de fiscalização; Ausência de saneamento básico para a população local; Inexistência de programas de regularização fundiária; Especulação imobiliária; Ausência de políticas de educação ambiental; Falta de infraestrutura para comércio da pesca	Turístico/ ecoturismo; Ordenamento pesqueiro; Regularização fundiária; Criação de unidade de conservação de uso sustentável (p. ex. RESEX); Valorização histórico- cultural da região (cultura caiçara); Conservação ambiental (paisagem); Restaurantes de culinária tradicional caiçara; Práticas de atividades esportivas;	Projeto “Casa Flutuante” (pesquisa); Solicitação da comunidade para regularização fundiária junto à prefeitura; Obs. Existem propostas de ações feitas pela comunidade para esta região, decorrentes das oficinas da agenda 21 local (documento anexo)

	<p>Exploração agrícola (p. ex. via Sistema agroflorestal – SAF);</p> <p>Extração de produtos fitoterápicos</p>	
--	--	--

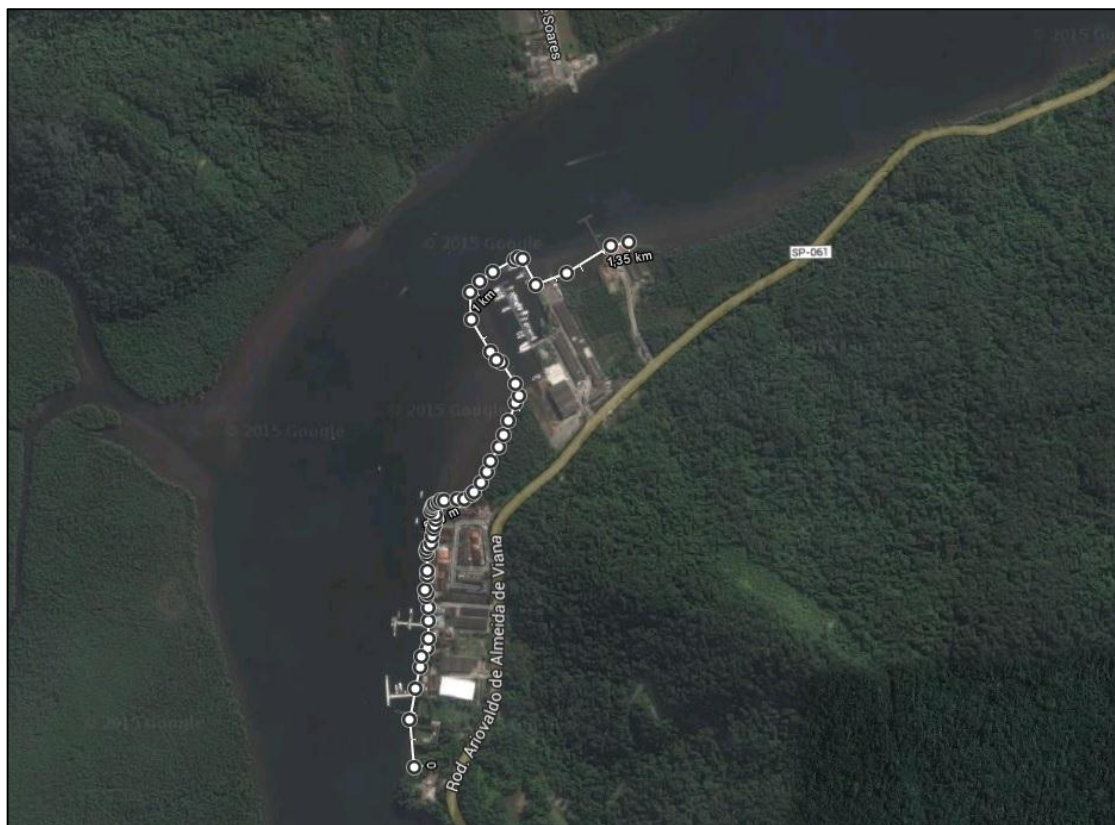
SETOR 6 - TRECHO 4: MARINA TCHABUM

LOCALIZAÇÃO:

MARINA TCHABUM

(-23.902323, -46.191118) INICIO DA MARINA TCHABUM

(-23.893663, -46.187165) FIM DA AREA DE MARINA - TCHABUM



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- Presença de comunidade tradicional caiçara;
- Presença de comércio (bares, restaurantes, mercearias);
- Presença de estruturas náuticas de grande porte para pesca e esporte recreio;
- Na região das marinas há estrutura consolidada (construções), no entanto nas demais áreas há conservação da biodiversidade)

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
Ausência de local de lazer para a comunidade local; Falta de projetos para desenvolvimento de pesca e ecoturismo; Ausência de postos de fiscalização; Ausência de saneamento básico; Possível lançamento de efluentes das marinas (p. ex. lavagem das embarcações, troca de óleo); Conflito entre as estruturas das marinas e as atividades pesqueiras da comunidade caiçara; Inexistência de programas de regularização fundiária; Especulação imobiliária; Ausência de políticas de educação ambiental; Falta de infraestrutura para comércio da pesca	Turístico/ ecoturismo Ordenamento pesqueiro; Regularização fundiária; Criação de unidade de conservação de uso sustentável (p. ex. RESEX); Valorização histórico-cultural da região (cultura caiçara); Conservação ambiental (paisagem); Restaurantes de culinária tradicional caiçara; Práticas de atividades esportivas; Exploração agrícola (p. ex. via Sistema agroflorestal – SAF); Extração de produtos fitoterápicos	Obs. Existem propostas de ações feitas pela comunidade para esta região, decorrentes das oficinas da agenda 21 local (documento anexo)

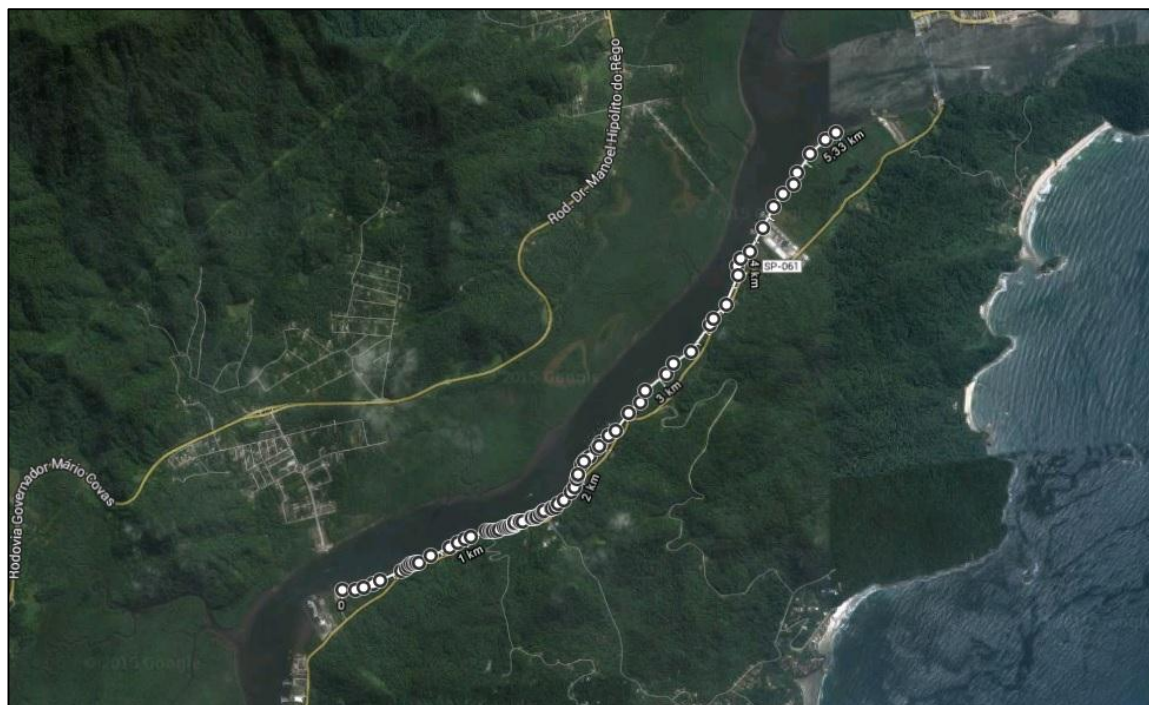
SETOR 6 - TRECHO 5: COMUNIDADE CAIÇARA 2

LOCALIZAÇÃO:

COMUNIDADE CAIÇARA II

(-23.893663, -46.187165) FIM DA AREA DE MARINA - TCHABUM

(-23.862916, -46.150810) MARGEM DO CANAL DE BERTIOGA



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- Presença de comunidade tradicional caiçara;
- Uma marina de reforma e recuperação de embarcações pesqueiras;
- Atividades comerciais (bares e restaurantes);
- Vegetação bem conservada;
- Pouca atividade pesqueira;
- Estruturas náuticas de médio porte (locação de barcos para prática de esporte e recreio);
- Entrada de condomínios (portarias) residenciais de alto padrão;
- Heliportos sobre o mangue;
- ONG que trabalha com reciclagem

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
Ausência de local de lazer para a comunidade local; Falta de projetos para desenvolvimento de pesca e ecoturismo; Ausência de postos de fiscalização; Ausência de saneamento básico; Possível lançamento de efluentes das marinas (p. ex. lavagem das embarcações, troca de óleo);	Turístico/ ecoturismo Ordenamento pesqueiro; Regularização fundiária; Criação de unidade de conservação de uso sustentável (p. ex. RESEX); Valorização histórico-cultural da região (cultura caiçara); Conservação ambiental (paisagem);	Obs. Existem propostas de ações feitas pela comunidade para esta região, decorrentes das oficinas da agenda 21 local (documento anexo)

<p>Conflito entre as estruturas das marinas e as atividades pesqueiras da comunidade caiçara;</p> <p>Inexistência de programas de regularização fundiária;</p> <p>Especulação imobiliária;</p> <p>Ausência de políticas de educação ambiental;</p> <p>Falta de infraestrutura para comércio da pesca</p>	<p>Restaurantes de culinária tradicional caiçara;</p> <p>Práticas de atividades esportivas;</p> <p>Exploração agrícola (p. ex. via Sistema agroflorestal – SAF);</p> <p>Extração de produtos fitoterápicos</p>	
--	--	--

SETOR 6 - TRECHO 6: SÍTIO SAMBAQUIS

LOCALIZAÇÃO:

SÍTIO SAMBAQUIS

(-23.862916, -46.150810) MARGEM DO CANAL DE BERTIOGA

(-23.924701, -46.179361) FIM DA FAIXA DE AREIA DO PEREQUE



Fonte: Google Earth (acesso em 03.2015)

CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS:

- Presença de comunidade tradicional caiçara;
- Atividades comerciais (bares e restaurantes);
- Vegetação pouco conservada;
- Estruturas náuticas de grande porte bem consolidadas (com postos de gasolinas);
- Mangue aterrado para construção de estacionamento;
- Balsa (Guarujá/Bertioga)

Problemas	Potencial	Planos e Projetos Previstos e/ou em implantação
<p>Ausência de local de lazer para a comunidade local;</p> <p>Conflitos entre as estruturas das marinas (piers e bóias) e as atividades pesqueiras da comunidade caiçara;</p> <p>Falta de projetos para desenvolvimento de pesca e ecoturismo;</p> <p>Ausência de postos de fiscalização;</p> <p>Ausência de saneamento básico;</p> <p>Possível lançamento de efluentes das marinas (p. ex. lavagem das embarcações, troca de óleo);</p> <p>Conflito entre as estruturas das marinas e as atividades pesqueiras da comunidade caiçara;</p> <p>Inexistência de programas de regularização fundiária;</p> <p>Especulação imobiliária;</p> <p>Ausência de políticas de educação ambiental;</p> <p>Falta de infraestrutura para comércio da pesca</p>	<p>Turístico/ ecoturismo</p> <p>Ordenamento pesqueiro;</p> <p>Regularização fundiária;</p> <p>Criação de unidade de conservação de uso sustentável (p. ex. RESEX);</p> <p>Valorização histórico-cultural da região (cultura caiçara);</p> <p>Conservação ambiental (paisagem);</p> <p>Restaurantes de culinária tradicional caiçara;</p> <p>Práticas de atividades esportivas;</p> <p>Exploração agrícola (p. ex. via Sistema agroflorestal – SAF);</p> <p>Extração de produtos fitoterápicos</p>	<p>Obs. Existem propostas de ações feitas pela comunidade para esta região, decorrentes das oficinas da agenda 21 local (documento anexo);</p> <p>Construção de nova marina (prox. Km 20 da estrada parque)</p>

5. AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

A gestão é um processo que tem como finalidade garantir a eficiência e a eficácia de um sistema. Neste sentido, a eficácia é a relação entre os resultados alcançados e os objetivos pretendidos nas atividades realizadas. Já a eficiência é a relação entre os resultados alcançados e os recursos utilizados. Assim, a inserção do Projeto Orla no município de Guarujá deve estruturar um sistema de gestão tendo como base norteadora deste processo as ações do Comitê Gestor da Orla.

Este processo demanda tempo, responsabilidade, participação e comprometimento entre cada um dos atores que irão integrar o Comitê Gestor da Orla.

Assim passa a ser importante a sequência lógica dos passos a serem seguidos na implementação do processo de gestão da Orla de Guarujá. Tendo como referência os passos do modelo de gestão, a saber: diagnóstico, planejamento, adoção, implementação, e avaliação cabe destacar que os dois primeiros passos já foram estabelecidos.

As ações e medidas estratégicas buscaram observar a problemática existente em cada trecho, o potencial futuro e desejado de desenvolvimento em bases sustentáveis, o tempo aproximado para a execução das ações, o ente responsável e demais parceiros envolvidos.

Para facilitar a sistematização das ações e medidas estratégicas foram criados 7 grupos temáticos a saber: Lazer e Turismo; Comunidades Tradicionais; Meio Ambiente; Ordenamento Marinho; Ocupações Irregulares; Ambulantes da Orla; Quiosques da Orla.

Os grupos se reuniram regularmente para discutir as ações, estabelecer prazos e determinar os atores envolvidos na execução. O resultado desse trabalho foi apresentado e ratificado nas reuniões mensais do Comitê Gestor Provisório da Orla de Guarujá e resultam no conjunto de ações abaixo:

5.1. LAZER E TURISMO – AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

	TRECHO	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Criação e regulamentação de espaços/ horários para atividades de esportes na faixa de areia/calçadões e jardins	Praias urbanizadas	A atual não atende a demanda da comunidade e fomentar o turismo e esporte na cidade	06 meses	Comitê Gestor da Orla	SPU
Avaliar a possibilidade de visitação turística da Ponte Elevadiça da via férrea de Vicen(ligação seca)/ Forte de Itapema/ Museu de Santos Dumont	Base Aérea	Exploração como roteiro turística/histórico de visitação	06 meses	Comitê Gestor da Orla	Comando da Base Aérea
Implantação do início das obras do Aeroporto de Vicente de Carvalho	Base Aérea	Fomento do turismo e comercio local, apoio das exploração do pré sal	08 meses	Comitê Gestor da Orla	PMG/Comando da Base Aérea
Criação de regulamentação das atividades de pesca esportiva e inclusão no calendário turístico da cidade	Todos	Fomento do turismo e apoio aos grupos organizados locais de pesca amadora	1 ano	PMG – Dep Juridico, SEELA, SEMAM, SETUR	Polícia Ambiental, Bombeiros, SPU
Criação e regulamentação de roteiros nauticos de turismo e de ecoturismo	Todos	Fomento do turismo e implantação de piers para embarque e desembarque de pessoas e de abastecimento de embarcações	2 anos	Comitê Gestor da Orla SETUR, SEMAM, Dep Juridico	Polícia Ambiental, Bombeiros, Capitania dos Portos
Desenvolvimento de projeto para implantação de espaço	Enseada	Fomento do turismo de negócios	1 ano	PMG	Iniciativa privada

para convenções e atividades correlatas					
Criação, divulgação e regulamentação de roteiros de trilhas para ecoturismo, educação ambiental e de avistação de aves	Todos	Fomento do ecoturismo e de educação ambiental	8 meses	PMG	Conselhos municipais, Polícia Ambiental, IBAMA, Fundação Florestal, SPU, SMA
Regulamentação das áreas para atividades náuticas com e sem motor	Todos	Falta de regulamentação específica Problema com entrada de barcos nas areias das praias para deixar seus barcos conflitando com os frequentadores. Regulamentar práticas de uso e locação de embarcações náuticas sem motor. Abandono de carretas de embarcações	1 ano	PMG	Capitania dos Portos
Estudo para implantação de ciclovias na orla	Praias urbanizadas	Estímulo ao uso de transporte sustentável e fomento a uma vida saudável	1 ano	PMG	SPU
Divulgação da regulamentação para realização dos campeonatos de esporte e eventos que utilizam a faixa de areia/calçada/jardins	Todos	Falta orientação para os realizadores dos procedimentos e documentação necessários, como: definição de espaço a ser utilizado, horário, local, formas de divulgação do evento, período, contrapartidas para o município excluídos os valores de tributos com destinação ao CMDCA, cobrança de taxas, evento com sustentabilidade, incentivo ao uso de mão de obra	08 meses	PMG	Conselhos municipais, Polícia Ambiental, IBAMA, Fundação Florestal, SPU e entidades pertinentes as modalidades de esportes desenvolvidas nestes locais

		local, responsabilidade pela segurança e saúde, etc.			
Inclusão de academias ao ar livre com acessibilidade no projeto urbanístico	Praias urbanizadas	Promoção da acessibilidade e saúde	01 ano	PMG, SPU	Iniciativa privada e Entidades correlatas
Estudo para implantação de academias ao ar livre nas Astúrias	Morro do Sobre as Ondas (Barbirotos)	Promoção a saúde	06 meses	PMG, SPU	Iniciativa privada e Entidades correlatas
Criação e regulamentação de espaços/ horários para decolagem e aterrissagem de voo livre	todos	Não existe regulamentação municipal adequada para estes esportes (paraglaider, parapente, asa delta)	06 meses	PMG	SPU, Entidades correlatas
Estudo para criação de mirante para apreciação cenica da cidade	Morro da Caixa d'água, Morro do Maluf (topo), Sorocotuba, Galhetas, Gávea, Peninsula	Fomento ao turismo	1 ano	PMG	SPU, iniciativa privada e entidades correlatas
Implantação e manutenção de iluminação pública para atividades de esportes no período da noite e segurança	Praias urbanizadas	Fomento ao esporte e turismo no período da noite	06 meses	PMG	Iniciativa privada
Implantação de chuveiros e inclusão no projeto urbanístico	Praias urbanizadas	Demanda da comunidade	1 ano	PMG	SPU e Iniciativa privada
Reforma dos banheiros públicos e adequação para a acessibilidade	Praias urbanizadas	Demanda da comunidade	06 meses	PMG	Iniciativa privada
Regulamentação das escolas e entidades com atividades esportivas que utilizam a faixa de areia/calçadão nas suas atividades	Praias Urbanizadas	Ordenamento das atividades e adequação social (escolas de surfe, de body board, escolas de esportes de areia)	1 ano	PMG	Associação das Escolas de Surfe do Guarujá, SPU, Entidades correlatas

Implantação de rampas para instalação do projeto Praia Acessível	Guaiúba, Enseada, Astúrias/Galhetas	Demanda da comunidade	1 ano	PMG	SPU e iniciativa privada
Estudo para a criação do educador esportivo ambiental	Praias urbanizadas	Demanda da Liga de Beach Soccer e Esportes de Areia do Guarujá e Litoral Sul	1 ano	PMG e Liga	Entidades correlatas
Instalação de placas com as informações do Código de posturas da cidade	Praias Urbanizadas	Demanda da comunidade	1 ano	PMG	Iniciativa privada

5.2. COMUNIDADES TRADICIONAIS – AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido Principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
5.2.1. OCUPAÇÃO E USO DO ESPAÇO					
Identificação de locais para cultivo de organismos	44 pontos analisados	Aumento geração de renda e resgate cultural	1 ano	SEC. PESCA (SEDEP);	CETESB, CATI, INST. PESCA, SPU, IBAMA, MPA, EXERCITO E APA MARINHA
Garantia de acesso às áreas de pesca (estuários, praias e canais)	Proximidades das marinas e condomínios	Garantir a sobrevivência das comunidades tradicionais pesqueiras	1 ano	AGM; MP; PAMB; CONDOMÍNIOS, ASSOCIAÇÕES, MARINAS, SPU E PORTO	

Programa de regularização fundiária	Geral	Garantir o direito à propriedade	5 anos	P.M.G.	SPU, GOVERNO ESTADUAL E M.P.
Elaboração de estudos de viabilidade para tombamento das áreas caiçaras - núcleos existentes	Núcleos existentes (pex. Igrejas e mobiliários comunitários históricos)	Preservar a identidade das comunidades, bem como a história da cidade	1 a 2 anos	CONDEPHAT; SETUR, SEC.CULTURA (MUNICIPAL e ESTADUAL) E IPHAN	
Ordenamento urbanístico com intuito de evitar construções que facilitem a especulação imobiliária e expansão portuária	Rabo do Dragão, Conceiçãozinha, Estuário, Góes, Sta. Cruz e Perequê	Controlar o crescimento desordenado e preservar a cultura tradicional	1 ano	SEPLAN, SEDGU P.M.G.	
5.2.2. CULTURA CAIÇARA					
Levantamento das atividades tradicionais	Todos	Geração de renda e resgate cultural	1 a 2 anos	SEDEP (DIR. PESCA); IPHAN, CATI, Entidades representantes das Comunidades	SEBRAE, INST. PESCA; MPA
Fomento de resgate das festas tradicionais, religiosas caiçaras	Todos	Fortalecimento e institucionalização das comunidades	1 ano	CULTURA; COMUNIDADES, EMBRATUR, SETUR, SEDEP-Pesca	
Resgate da cultura e uso de plantas	Todos	Preservação dos bancos genéticos e	1 a 2 anos	SEDESC; SEDEP; CATI;	UNIVERSIDADES

medicinais/ Agricultura familiar		resgate da cultura tradicional			
Resgate da culinária tradicional	Todos	Auxiliar na identidade turística Preservação da cultura caiçara	1 a 2 anos	COMUNIDADE, SEDESC; SEDEP CATI, INST. PESCA, DIR. PESCA, CULTURA E SETUR	
Criação do Espaço de Memória, visando a criação do Museu Caiçara do Guarujá	Definir local	Preservação da cultura caiçara	2 anos	AGM	Câmara
Dia do Caiçara – instituir por Lei	Definir dia	Preservação da Cultura Caiçara	1 a 2 anos	15 de março – Verificar a informação	
5.2.3. SUSTENTABILIDADE E FOMENTO					
Desenvolvimento de políticas para sustentabilidade	Todos	Manter qualidade ambiental, social, gerar renda	3 anos	P.M.G (AG. 21) e outros órgãos afins	CATI, EMBRAPA, INST. DE PESCA, MPA ; ITAL
Fortalecimento das cadeias produtivas (pesca, extrativismo, turismo, agricultura, artesanato, aquicultura, etc.)	Todos	Evitar desperdícios, Melhorar a qualidade dos produtos, ambiental, etc.	4 anos	P.M.G (AG. 21) e outros órgãos afins.	SEDEP (P.M.G.); MPA, MINIST. DESENVOLV. SOCIAL; SEMAM
Implementação de turismo ecológico de base comunitária	Todos	Geração de renda, manutenção da cultura tradicional e	3 anos	SETUR; CULTURA	SEDEP-Pesca

		preservação ambiental			
Viabilização de estudos técnicos e científicos para implantação de sistema de saneamento básico, bem como captação de recursos.	Todos	Garantir saúde pública e preservação ambiental	4 anos	SEPLAN (OBRAS) E SEMAM	ESTADO E UNIÃO (DADE) M. P., SPU, GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL, Universidades
Fiscalização de ligações clandestinas (água/esgoto)	Todos	Evitar poluição e garantir saúde pública	Permanente	P.M.G; SEMAM	SABESP
Recuperação das matas ciliares manguezal, restinga e floresta e fauna	Áreas da União	Evitar processos erosivos e proteger as áreas de desova	5 anos	SEMAM, SMA/SP, Ministério do Meio Ambiente; Fundação Florestal;	COMUNIDADES DO ENTORNO
Educação ambiental (elaboração e implementação)	Todos	Preservar identidade cultural, histórica, paisagística, Fauna e Flora	2 anos	SEDUC, SEMAM, SMA/SP; MMA	CONDOMÍNIOS, ESCOLAS e INICIATIVA PRIVADA
Implantação de um programa de inclusão digital (ver com comissão de antenas)	Todos	Garantir o direito à educação com qualidade	1 ano	GOVERNO DO ESTADO; GOV Federal; P.M.G.;	COMPANHIAS TELEFÔNICAS e PROCON
Fomento e apoio para o licenciamento de atividades extrativistas, por exemplo: coquinho, bambu, cipó, helicônia, marisqueiras, outros.) dentro de um plano de manejo	Todos	Aumento de renda	1 ano	COMUNIDADE; IBAMA; INST. FLORESTAL e APA MARINHA	

5.2.4. QUESTÕES URBANAS					
Equipamentos públicos: praças, centros comunitários, escolas, postos de saúde	Geral, com ênfase nas comunidades mais afastadas	Garantir o direito do bem estar e lazer	3 anos	PMG; SPU; GOVERNO ESTADUAL	SEPLAM; SEDGU: Setor Privado; Condomínios
Expansão do horário de funcionamento de transporte Público -	Rabo do Dragão, Sítio Conceiçãozinha e Sta. Cruz dos Navegantes	Atender as necessidades das comunidades mais distantes ou isoladas	6 meses	P.M.G. (COMISSÃO) ;	EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE PÚBLICO; PROCON e M.P.
Restauração, ampliação e manutenção permanente dos Acessos terrestres para as Comunidades isoladas	Praia do Góes, Prainha Branca	Não há outra alternativa de acesso a não ser o transporte precário	1 ano	CODESP, DRAGA, GOV. Estadual; GOV. Federal; P.M.G.	Associações dos Moradores da Praia do Góes e Prainha Branca; Universidades; Associação dos Engenheiros e Arquitetos
Construção de píer para atracação da embarcação - Praia do Góes	Praia do Góes	Não há atracadouro o acesso via mar esta precário	2 anos	SPU; CODESP, DRAGA, GOV. Estadual; GOV. Federal; P.M.G.	Associação dos Moradores da Praia do Góes e demais Entidades interessadas
Instituir servidão de passagem garantindo acesso aos serviços públicos e moradores (livre acesso)	Prainha Branca	Prevenir problemas de segurança e falta de atendimentos emergenciais de saúde pública e acessibilidade	2 anos (Notícia de tramitação de processo judicial)	GOV. Estadual; GOV. Federal; P.M.G	AGM-DIREF; SPU; MPE e MPF

Policiamento preventivo e implantação de monitoramento por câmeras	Todos	Garantia do Direito e a Segurança Pública	2 anos	GOV. Estadual (PM); GOV. Federal; P.M.G. (G.C.M),	COMUNIDADES E EMPRESAS DE SEGURANÇA
Implantação e construção de unidade de saúde	Praia do Góes e Prainha Branca, Sítio Cachoeira e Região	Garantia do Direito à saúde	1 ano	GOV. Estadual; GOV. Federal; P.M.G.	Pastoral da Saúde
Garantir acesso às áreas públicas.	Acesso livre as praias e linha d'água		1 ano	GOV. Estadual; GOV. Federal (SPU); P.M.G.	

5.3. MEIO AMBIENTE – AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

5.3.1. POLUIÇÃO MARINHA E ESTUARINA

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Etapa 1: Diagnóstico da situação de poluentes no estuário e praias: - Identificar os atores sociais diretamente relacionados com os problemas – empresários, associações, órgãos públicos. - Criação de um Plano de Diagnóstico (já criado pela SEMAM), com metas; - Criar um inventário com as fontes de poluição e tipos de poluentes;	Todos	Conhecer os tipos de poluentes e suas fontes (ar, solo e água).	2 anos	SEMAM Comitê Gestor	CETESB, convênios com universidades, artigos técnicos, teses, etc. Empresas potencialmente poluidoras.

<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento secundário e coleta de amostras; - Análise por laboratório conveniado; - Discussão dos resultados. 					
<p>Etapla 2: Plano de Ação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Adoção de um Programa de Controle de Poluição (já criado e implantado pela SEMAM, em 2009); - Orçar e captar recursos orçamentários e outros (provenientes de TAC's, p. ex.); - Manter contato para obter convênios com universidades e instituições; - Capacitar equipes para a atuação nas ações propostas. 	Todos	<ul style="list-style-type: none"> - Prevenir, coibir, controlar as fontes de emissão de poluentes, mediante recursos humanos e materiais; 	2 a 4 anos	<p>SEMAM</p> <p>Comitê Gestor</p>	Secretarias municipais, Instituições de Ensino Superior e Câmara municipal
<p>Etapla 3: Adoção</p> <ul style="list-style-type: none"> - Analisar a legislação vigente para verificar a necessidade de possíveis alterações ou a criação de leis novas. - Criar a Guarda Municipal Ambiental e prover de poder de polícia administrativa para atuar na fiscalização, aprovar na câmara municipal; (já criada). <p>Obs.: A legislação da guarda ambiental precisa ser revista, para aumentar o poder fiscalizador da guarda.</p> <p>Fiscalização municipal - Ampliar número de fiscais e aprovar na câmara municipal;</p>	Todos	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar possíveis omissões na legislação vigente; - Viabilizar a eficácia das ações; - Necessidade legal do exercício do poder da Polícia. 	1 a 3 anos (em paralelo)	PMG, através de suas secretarias e instrumentos de normativa do executivo	Câmara municipal no que tange à elaboração de leis.

- Prever verba orçamentária municipal p/ implementar os programas.					
Etapa 4: Implantação - Articulação com órgãos envolvidos na área objeto de estudo; - Fiscalizar as áreas, para coibir a contaminação e prevenir seus danos. - Notificar os poluidores para a adoção de medidas de controle, com prazos (já feito); - Poluidores devem recuperar áreas degradadas (prazos em andamento). Obs.: Estas medidas já estão em andamento, com cronogramas e retornos da fiscalização.	Todos	- Ampliar o fórum de debates quanto aos temas envolvidos, permitindo uma maior participação da sociedade; - Coibir e controlar a poluição; - Melhorar a qualidade ambiental; - Melhorar as condições de saúde pública.	1 a 3 anos	SEMAM Comitê Gestor	Guarda Municipal Ambiental, Polícia Militar Ambiental, CETESB, IBAMA, CODESP.
Etapa 5: Avaliação - Avaliar permanentemente os resultados das ações e retroalimentar o sistema; - Rever estratégias e reavaliar ações propostas, frente aos resultados.	Todos	- Adaptar o programa aos seus próprios objetivos, tornando-o eficaz.	Permanente	SEMAM Comitê Gestor	Guarda Municipal Ambiental, Polícia Militar Ambiental, CETESB, IBAMA, CODESP.

5.3.2. ESTRATÉGIA PARA A CONSERVAÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – APP's

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Fase1 – DIAGNÓSTICO a) Fazer o levantamento da Fauna e Flora de todas as APP's; b) Identificar e mapear as APPs que estão conservadas e e as que estão degradadas; c) Identificar o tipo e o grau de degradação; d) Identificar os riscos de degradação que as APPs preservadas podem sofrer.	Todos	a) Facilitar a recuperação e preservação da área. b) Este mapeamento serve para facilitar o plano de ação e definição das estratégias. c) avaliar a possibilidades de repuperação como também definir a melhor metodologia. d) tomar providencias para evitar que as áreas preservadas sejam degradadas.	4 anos	- PMG - Comitê Gestor	Institutos de pesquisa independentes, Órgãos Públicos Federais e Estaduais e Instituições de Ensino Superior que produzam os dados ambientais.
Fase 2 – Planejamento a) Criação de um GT de ação integrada (coordenação e tecnicos) b) Elaboração de Projeto para capitação de recursos c) Programa de Educação Ambiental; d) Após o diagnóstico escolher duas áreas pilotos para inicio de implantação, uma já degradada	Todos	a)É necessário um grupo para coordenar as atividades como também uma equipe tecnica especializada para executar as ações, que integre todas as instituições envolvidas. b) Captar verba para aquisição de equipamentos e para contratação de profissionais especializados c) Conscientizar a popupalção da importancia da preservação das	2 anos	GT-Ação integrada, SEMAM, Secretaria de Planejamento, Comitê Gestor	SEDUC, Instituições de Ensino Superior

e outra preservada, mas com risco de degradação.		APPs e até mesmo para ajudar na fiscalização. d) é importante a escolha de área piloto para analisar se a metodologia proposta é eficiente/eficaz			
Fase 3 e 4 – Adoção e implementação a) Criar instrumentos de desocupação; b) Parcerias entre as instituições públicas e privadas para solucionar os conflitos; c) Implantar o tema no Programa de Educação Ambiental.	Todos	a) Conter invasões e retirar pessoas das APP's b e c) este envolvimento busca parcerias, para evitar degradações futuras e minimização as já existentes.	2 a 4 anos	PMG (Secretaria de Defesa e Convivência Social e SEMAM) - Comitê Gestor	Câmara Municipal Guarda Municipal Ambiental, Polícia Militar Ambiental SEDUC
Fase 5 – AVALIAÇÃO a) Realizar vistorias de dois em dois meses nas áreas mapeadas. b) Acompanhamento das metas propostas nas áreas piloto	Todos	a) acompanhar as áreas mapeadas, monitorando e avaliando o estado de degradação, comparando os dados com a evolução das áreas pilotos. b) Verificar se a metodologia aplicada está tendo resultado positivo e se é viável implantar nas próximas áreas.	Permanente	- PMG (SEMAM, Secretaria de Defesa e Convivência Social, Fiscalização) - Comitê Gestor	Órgãos Estaduais e Federais com Poder de Polícia sobre as APP's

5.3.3. RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Etapa 1: Diagnóstico da áreas degradadas - Reconhecer as áreas degradadas e suas características (por grau de degradação) e criar um inventário; - Identificar os atores sociais diretamente relacionados com os problemas – empresários, associações, órgãos públicos; - Criação de um Plano de Diagnóstico de Áreas Degradadas, com metas; - Implantação de um sistema de georeferenciamento planialtimétrico.	Todos	Conhecer as áreas degradadas e suas características.	1 a 4 anos	SEMAM, Diretoria de Áreas de Preservação Ambiental e Comitê Gestor	Secretarias municipais, CETESB, SMA, I.Botânica, Instituições de ensino superior, ONG's, AGEM.
Etapa 2 e 3: Plano de Ação e Adoção - Formação de grupo de trabalho de ações integradas; - Identificar possíveis omissões na legislação vigente; Discussão dos resultados. - Formalizar programa de recuperação de áreas degradadas; - Capacitar equipes para a atuação nas ações propostas. - após o diagnóstico escolher uma área piloto para inicio da recuperação ou revitalização.	Todos	- Tornar oficial o grupo de trabalho, indicando as atribuições de cada participante; - Prevenir, coibir, controlar a degradação de áreas, mediante recursos humanos e materiais; - Viabilizar a eficácia das ações	1 a 2 anos	-PMG; -SEMAM; -Secretaria de Defesa e Convivência Social; -Comitê Gestor	IPT, Instituto Geológico, MPE, MPF, SEDUC, Defesa Civil, Câmara Municipal.

<p>Etapa 4: Implantação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Articulação com órgãos envolvidos na área objeto de estudo; - Fiscalizar as áreas degradadas, para evitar invasões, desmoronamentos, análise de áreas de risco, etc. 	<p>Todos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar o fórum de debates quanto aos temas envolvidos, permitindo uma maior participação da sociedade; - Coibir e controlar a degradação de áreas; - Melhorar a qualidade ambiental; - Melhorar as condições de saúde pública; - Eliminar áreas de risco. 	<p>2 anos</p>	<p>SEMAM e outras secretarias municipais, equipes da fiscalização em geral</p>	<p>Guarda Municipal Ambiental, Polícia Militar Ambiental, CETESB, SMA, Estado e União (órgãos afins às questões habitacionais)</p>
<p>Etapa 5: Avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliar permanentemente os resultados das ações e retroalimentar o sistema; - Rever estratégias e reavaliar ações propostas, frente aos resultados. 	<p>Todos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Adaptar o programa aos seus próprios objetivos, tornando-o eficaz. 	<p>Permanente</p>	<p>SEMAM Comitê Gestor</p>	<p>Guarda Municipal Ambiental, Polícia Militar Ambiental, CETESB, IBAMA, CODESP</p>

5.3.4. CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Etapa 1: Diagnóstico das áreas a serem certificadas: - Identificar os atores sociais diretamente relacionados com a certificação – empresários, associações, órgãos públicos; - Priorizar as áreas a serem certificadas;	Todos	- Otimizar a sustentabilidade local; - Promover uma maior conscientização quanto aos aspectos ambientais e sociais das áreas a serem certificadas; - Atrair o turismo ecológico para a região;	1 a 2 anos	SETUR SEMAM Comitê Gestor	SEDUC
Etapa 2: Plano de Ação - Formação de grupo de trabalho de ações integradas para a certificação; - Discussão dos resultados; - Contactar órgãos certificadores; - Agendar visitas; - Programa de educação Ambiental.	Todos	- Viabilizar as ações propostas.	1 a 2 anos	SETUR SEMAM Comitê Gestor	SEDUC, Convention Bureau
Etapa 3: Adoção - Prever verba orçamentária municipal p/ viabilizar as certificações; - Prever recursos materiais e humanos para ações	Todos	- Tornar oficial o grupo de trabalho, indicando as atribuições de cada participante;	1 a 2 anos	SETUR SEMAM Comitê Gestor	SEDUC, Secretaria de Obras

específicas (obras, demolição, construção, etc.).		<ul style="list-style-type: none"> - Identificar possíveis omissões na legislação vigente; - Viabilizar a eficácia das ações. 			
Etapa 4: Implantação <ul style="list-style-type: none"> - Viabilizar recursos para a manutenção do processo de certificação; - Monitoramento e controle, por meio de vistorias das equipes técnicas e temáticas envolvidas, nos locais; 	Todos	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a continuidade de recursos para a garantia de manutenção da certificação; - Implementar os procedimentos da resolução dos conflitos; 	1 a 2 anos	SETUR SEMAM Comitê Gestor	SEDUC, Secretaria de Obras, Convention Bureau
Etapa 5: Avaliação <ul style="list-style-type: none"> - Avaliar permanentemente os resultados das ações; - Realinhar as ações, conforme os desvios observados, para manter a certificação; - Pesquisa de satisfação dos clientes. 	Todos	<ul style="list-style-type: none"> - Adaptar o programa aos seus próprios objetivos, tornando-o eficaz; - Garantia de qualidade da certificação. 	Permanente	SEMAM SETUR Comitê Gestor	SEDUC, Secretaria de Obras, Convention Bureau

5.3.5. ESTRATÉGIA PARA A IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Fase1 – Diagnóstico a) Fazer o levantamento da Fauna e Flora de áreas com possível potencial para criação de UC. b) Levantamento das comunidades que estão direta e indiretamente envolvidas com as áreas escolhidas. c) Identificar os riscos de degradação que as áreas escolhidas sofrem.	Todos	a e c) Auxiliar na definição das áreas escolhidas que são realmente importantes para se criar uma UC. b) Definir se a UC será de proteção integral ou de uso sustentável.	2 anos	- SEMAM - Entidades da Sociedade Civil - Instituições Públicas e/ou Privadas	PMG e Secretarias (disponibilizar informações e mapas), seduc - Comitê Gestor - Entidades de Ensino Superior
Fase 2 – Planejamento a) Criação de um GT de ação integrada (coordenação e técnicos) b) Propostas de criação de UCs c) Elaboração de Projeto para captação de recursos para Estudos Técnicos d) Programa de esclarecimento sobre a	Todos	a) É necessário um grupo para coordenar as atividades como também uma equipe técnica especializada para executar as ações, que integre todas as instituições envolvidas. b) Captar verba para aquisição de equipamentos e para contratação de	2 anos	GT-Ação integrada SEMAM Entidades da Sociedade Civil	PMG, SEDUC, Instituições Públicas e/ou privadas, Comitê Gestor

criação de Ucs e restrições legais		profissionais especializados c) Conscientizar a população da importância da criação das UC's e até mesmo para ajudar na fiscalização.			
Fase 3 e 4 – Implementação e adoção a) Envolver os setores interessados na área escolhida. b) celebração de parcerias entre as instituições públicas e privadas para criação e manutenção da UC.	Todos	a) viabilizar a liberação e a participação dos técnicos/funcionários de todas as instituições envolvidas. b) b) este envolvimento busca parcerias de apoio para criação da Unidade e de modelos de gestão para a UC e áreas adjacentes.	2 anos	PMG Comitê GEstor	Câmara Municipal e instituições privadas de interesse
Fase 5 –Avaliação a) Acompanhamento das propostas de criação de UCs e da eficácia da gestão das que foram implantadas .	Todos	Para salvaguardar os remanescentes significativos e promover o ordenamento territorial destas áreas	Permanente	PMG Comitê Gestor	SMA, MPE, MPF, SPU, SEDUC

5.3.6. PAISAGISMO

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Etapa 1: Diagnóstico das áreas que necessitam de planos de paisagismo: - Identificar os atores sociais diretamente relacionados com os aspectos paisagísticos: empresários, associações, órgãos públicos; - Priorizar as áreas; - Iniciar o estudo para a implantação de um Plano de Arborização Municipal.	Todos	- Otimizar a sustentabilidade local; - Melhoria do clima em nível pontual e geral; - Atrair o turismo para a região;	1 ano	SEMAM, Planejamento Secretaria de Obras	SETUR, SEDUC
Etapa 2: Plano de Ação - Formação de grupo de trabalho de ações integradas; - Formalizar convênios para a doação de mudas de plantas e árvores; - Escolha das espécies e definição de épocas de plantio e de poda; - Discussão dos resultados; - Planejar a implantação de um mudário com espécies	Todos	- Viabilizar as ações propostas.	1 ano (em paralelo)	SEMAM, Planejamento Secretaria de Obras	SETUR, SEDUC

(prioritariamente sps nativas) no parque municipal; - Identificar os mobiliários urbanos a serem usados nas áreas.					
Etapas 3: Adoção - Prever verba orçamentária municipal p/ viabilizar a aquisição das espécies; - Prever recursos materiais e humanos para ações específicas (obras, plantio, poda, etc.); - Aprovar o Plano de Arborização Municipal, por meio de legislação específica.	Todos	- Identificar possíveis omissões na legislação vigente; - Viabilizar a eficácia das ações.	1 ano (em paralelo)	SEMAM, PMG	Câmara Municipal
Etapas 4: Implantação - Viabilizar recursos para a manutenção do processo; - Monitoramento e controle, por meio de vistorias das equipes técnicas e temáticas envolvidas, nos locais;	Todos	- Assegurar a continuidade de recursos para a garantia de manutenção da certificação;	Permanente	SEMAM, Planejamento Secretaria de Obras	SETUR, SEDUC
Etapas 5: Avaliação - Avaliar permanentemente os resultados das ações; - Realinhar as ações, conforme os desvios observados;	Todos	- Adaptar o programa aos seus próprios objetivos, tornando-o eficaz;	Permanente	SEMAM, Planejamento Secretaria de Obras	SETUR, SEDUC

- Pesquisa de satisfação do público.					
--------------------------------------	--	--	--	--	--

5.4. ORDENAMENTO MARINHO

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
QUANTIFICAR E TIPIFICAR (GARAGENS, MARINAS E IATE CLUBE) a) Área instalada/localização b) Instalações c) Tipos de Embarcações d) Maquinas e equipamentos	Total	Capacidade de Planejamento	2 anos	PMG SEMAM	Comitê Gestor Associação dos Marinheiros, Associação das Marinas
GERAÇÃO DE EMPREGOS (LEVANTAMENTO E DIVULGAÇÃO) a) Funcionários b) Terceiros c) Marinheiro	Total	Visibilidade política e investimentos no setor	1 a 2 anos	PMG SEDEP Secretaria de Assistência Social	Comitê Gestor Associação dos Marinheiros, Associação das Marinas
REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAL (AMBIENTAL E DOMINIAL) a)PGA	Total	Adequação à legislação -Criação de área específica de transbordo e			Comitê Gestor

b)PGR -Logística Reversa c)PEI Diferenciar o Procedimento de licenciamento para os empreendimentos antigos já instalados e consolidados. LI-Licença de Instalação LO-Licença de Operação CADRI -		acondicionamento temporário para descarte definitivo. a) Organizar b) Baratear custos c) garantir o destino final	1 a 4 anos	Proprietários	SPU CETESB PMG
IMPLEMENTAR SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO a) Barcos (sistemas de tratamento) b) Terrestre (sistemas de tratamento)	Total	Sustentabilidade	Barcos: 3 a 5 anos (falta legislação) Terrestre: 2 a 5 anos	PMG, SABESP	Comitê Gestor
DESASSOREAMENTO / DRAGAGEM a) Aprofundamento do leito b) Rever a curva natural do rio c) Aproveitar os quadrantes da CODESP, para o lançamento dos efluentes	Rios: Santo Amaro, Do Meio, Canal de Bertioga.	- Recuperar a profundidade natural de 30 anos atrás; -Fazer uso do quadrante de lançamento já licenciado para a CODESP.	1 a 3 anos	PMG CODESP IBAMA SPU CAP. PORTOS	Comitê Gestor
CORREDOR POR VIA TERRESTRE Para o CING a) Elevação das linhas elétricas	CING	Melhorar eficiência no transporte de embarcações.	5 anos	PMG ELEKTRO	Comitê Gestor

b) Melhoria da qualidade do asfalto					
BALIZAMENTO a) Determinação do tipo de eventos - SPU b) Determinação da área de entrada c) Determinação da área de profundidade d) Padronização das boias de arrinque	Total	Controle e Segurança a) Definir os tipos de eventos e áreas liberadas com baixa interferência aos banhistas;	1 ano	PMG SPU Polícia Militar Capitania dos Portos	Comitê Gestor
ADOTAR O ZEE a) Classificar a Praia do Goes igual a classificação da praiinha Branca (comunidade tradicional) b) CING - Z-5- Especial - Se e somente se contemplar estruturas náuticas classe III c) Santa Cruz dos Navegantes - Z-5 Especial d) Estuário do Rio Santo Amaro Z-5 Especial e) Redução da Zona Z-3- Terrestre sentido Sul	Pontual (Praia do Goes)	EVITAR CONFLITO COM A LEGISLAÇÃO ESTADUAL a) Tratar a praia do Goes como comunidade tradicional b) Se ficar caracterizado que na Z-5-Especial esta compreendido as estruturas Náutica Classe III - poderá ser transformado de Z-5 em Z-5-E - Evitar a entrada de grandes empreendimento mesmo de baixo impacto que inviabilizará as estruturas já existentes c) Evitar a entrada de grandes empreendimento mesmo de baixo impacto mas que inviabilizará as estruturas já existentes	Já definido	PMG GERCO/BS	Comitê Gestor SPU

f) Inserir na minuta a legenda o Zoneamento Entre-Marés		<p>d) Evitar a entrada de grandes empreendimento mesmo de baixo impacto mas que inviabilizará as estruturas já existentes</p> <p>e) proteção da área junto aos rios e Sambaquis.</p> <p>f) tornar entendível a demarcação no mapa - validar tomadas do Projeto Orla e facilitar a definição das restrições e proibições.</p>			
---	--	--	--	--	--

5.5. OCUPAÇÕES IRREGULARES – AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

5.5.1. VISÃO GERAL

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Regularização fundiária; Remoção das populações em áreas de risco; Urbanização adequada cumprindo as premissas dos instrumentos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor do município; Criação de um monitoramento eletrônico permanente com rastreamento por satélite, com precisão de 100%, nas áreas de interesse do Projeto Orla. Já existe uma base georeferenciada aerofotograficamente em 60 núcleos da Cidade; Abertura nos acessos de praias privadas; Licenciamento; Revitalização de áreas degradadas.	Áreas a serem trabalhadas: Comunidades Tradicionais e Favelas Condomínios (alto padrão – marinas) Praia (comércio)	Cumprimento da legislação , Melhoria na qualidade de Vida Ballneabilidade das praias Revitalização da Orla	Permanente	Prefeitura em integração com outros entes da administração que tem por obrigatoriedade o monitoramento (Ibama, SPU, Instituto Florestal, Condephat, Iphan, entre outros)	Comitê Gestor, Associações de moradores CETESB Iniciativa privada e Prestadores de serviços essenciais

5.5.2. OCUPAÇÃO IRREGULAR PARA FINS DE MORADIA

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Remoção no PAC 2 e urbanização da área consolidada e congelamento	Complexo Prainha	Ampliação da área de expansão portuária	3 anos	PMG Comtê Gestor da Orla SPU	CODESP Ministério dos Portos
Remoção da ocupação em APP e reurbanização e saneamento e congelamento	Conceiçãozinha/ Complexo Cachoeira	Revitalização e recuperação dos rios e APP	4 anos	PMG Comtê Gestor da Orla SPU	SABESP Iniciativa Privada
Inserção do PAC 2	Aldeia	Área de expansão portuária	3 anos	PMG Comtê Gestor da Orla SPU	CODESP Ministério dos Portos
Remoção de APP sem titularização e reurbanização, saneamento e criação de Vila Turística temática	Santa Cruz	Melhorar a qualidade de vida e ambiental	4 anos	PMG Comtê Gestor da Orla SPU	Iniciativa Privada
Revitalização e reurbanização Tipificação turística Saneamento e remoção nas áreas de APP	Rio do Meio	Melhorar a qualidade de vida e ambiental	Já iniciado	PMG Comtê Gestor da Orla SPU	Iniciativa Privada SABESP Secretaria do Turismo
Congelamento da área Regularização e criação de Vila Turística e gastronômica	Praia do Góes	Valorizar o turismo gastronômico, assim como a cultura caíçara	3 a 4 anos	PMG Comtê Gestor da Orla SPU	Prefeitura SABESP

Congelamento, remoção e regularização Criação de Vila Turística e gastronômica	Perequê	Valorizar o turismo gastronômico, assim como a cultura caiçara	5 anos	PMG Comtê Gestor da Orla SPU	Secretaria do Turismo Sabesp (rede de esgotos)
Remoção, saneamento e criação de unidade de conservação	Costão da Tartaruga	Recuperação de área degradada com potencial turístico	3 anos	PMG Comtê Gestor da Orla SPU	Secretaria do Turismo Secretaria do Meio Ambiente CETESB
Retomada da Faixa Pública (orla) reestruturação e revitalização	Pernambuco	Recuperação da área para uso público	4 anos	PMG Comtê Gestor da Orla SPU	CETESB
Congelamento e remoção da orla. Regularização e revitalização	Cachoeira e rio Santo Amaro	Recuperação de área degradada com potencial turístico	3 anos	PMG Comtê Gestor da Orla SPU	Secretaria do Turismo Secretaria do Meio Ambiente
Remoção das construções nas Astúrias Reforma nos quiosques	Astúrias	Plano de Intervenção Urbanística	2 a 4 anos	PMG Comtê Gestor da Orla SPU	Iniciativa Privada
Regularização dos quiosques	Tombo	Plano de Intervenção Urbanística	2 a 4 anos	PMG Comtê Gestor da Orla SPU	Iniciativa Privada Associação dos Quiosques
Regularização dos quiosques	Guaiúba	Plano de Intervenção Urbanística	2 a 4 anos	PMG Comtê Gestor da Orla SPU	Associação dos Quiosques
Verificar a regularização do Clube de Pesca e possibilidade de se tornar de uso público	Ilha das Palmas	Recuperação da área para uso público	4 anos	PMG Comtê Gestor da Orla SPU	Verificar a Prefeitura de Santos

5.5.3. OCUPAÇÃO IRREGULAR E FAVELAMENTO DA ORLA

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Regularização, congelamento e criação de uma Vila Ecológica Urbanização e Infra-estrutura	Prainha Branca	Melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade	3 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN
Regularização ou remoção de moradias de area de APP	Canal de Bertioga	Revitalização do mangue e rio	3 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN CETESB
Remoção e regularização das marinas e piers	Cana de Bertioga	Revitalização das áreas afetadas Recuperação de manguezais	3 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN CETESB
Instalação de marinas públicas	Canal de Bertioga	Area publica de atracação	3 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN
Verificar a regularidade dos terrenos de marinha e recuperação de APPs	Condomínios em Geral	Melhoria ambiental e regularização	3 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN
Verificar a regularidade os terrenos de marinha perante ao SPU e órgãos ambientais	Sorocotuba Península	Regularização e melhoria ambiental	3 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN
Remoção dos quiosques e recuperação da praia	Enseada	Plano de Intervenção Urbanística	2 a 4 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN

Verificar a irregularidade das construções na beira mar e remoção das construções	Pitangueiras	Plano de Intervenção Urbanística	2 a 4 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN
---	--------------	----------------------------------	------------	--------------------------	--------------------------

5.5.4. REVITALIZAÇÃO URBANA DA ORLA

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Orçar projetos específicos urbanos para cada praia com participação da sociedade	Todos	Enaltecer as características particulares de cada praia/Plano de Intervenção Urbana	2 a 4 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN
Uniformizar o mobiliário urbano por praia	Todos	Destacar a identidade de cada praia através da linguagem arquitetônica de seus elementos/Plano de Intervenção Urbana	2 a 4 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN
Melhorar a acessibilidade a todas as praias	Todos	Facilitar o direito de acesso da população atendendo inclusive aos Portadores de Necessidades Especiais/Plano de Intervenção Urbana	2 a 4 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN

Buscar parcerias para projetos com participação de universidades	Todos	Produção de pesquisas e estudos e diagnósticos para implantação de soluções referentes a assuntos ambientais, socioeconômicos e de estrutura urbana /Plano de Intervenção Urbana	2 a 4 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN
Recompor, onde possível, o ecossistema local, tais como dunas e outros	Todos	Criar condições para restabelecer o equilíbrio ambiental possível	3 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN
Reduzir obstáculos à visualização do ambiente marinho e da paisagem criada	Todos	Permitir a integração da pessoa entre o meio ambiente e o meio urbano/Plano de Intervenção Urbana	2 a 4 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN
Instalação de sanitários, bebedouros e chuveiros públicos	Todos	Melhoria das condições e controle da higiene e saúde pública/Plano de Intervenção Urbana	2 a 4 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN
Regulamentação apropriada de espaços para publicidade nas estruturas comerciais, além daqueles destinados a identificação do comércio	Todos	Permitir o ordenamento da publicidade comercial, sem implicar em fonte de lucro para o comerciante/Plano de Intervenção Urbana	2 a 4 anos	Comtê Gestor da Orla SPU	SETUR SEMAM SEPLAN

Implantação de locais de apoio à segurança (Bombeiros, polícia, etc.)	Todos	Facilitar o atendimento inicial em assuntos de segurança pública, e pessoal/Plano de Intervenção Urbana	2 a 4 anos	Comtê Gestor da Orla	SETUR SEMAM
---	-------	---	------------	----------------------	----------------

5.6. AMBULANTES DA ORLA – AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnosticar os diferentes tipos de atividades dos ambulantes e a situação de regularidade	Todos	Identificar a realidade dos ambulantes do Guarujá	06 meses	Comitê Gestor da Orla Associações GT Ambulantes SEDEP SEFIN	Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de Turismo Universidades
Requalificar as diferentes atividades por meio de um cadastramento	Todos	Identificar as necessidades de cada segmento visando o benefício de que realmente necessita e está envolvido na atividade.	06 meses	Comitê Gestor da Orla SPU Associações	Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de Desenvolvimento Econômico Secretaria de Turismo
Cancelamento dos alvarás de quem não reside no Guarujá	Todos		06 meses	Comitê Gestor da Orla Associações GT Ambulantes SEDEP	Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de Turismo Universidades

				SEFIN	
Readequação da legislação municipal visando ordenar práticas de atividades dos ambulantes	Todos	Permitir o ordenamento de exploração de algumas práticas na praia	06 meses	Comitê Gestor da Orla Associações GT Ambulantes	Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de Desenvolvimento Econômico Secretaria de Turismo
Ordenamento da atividade de ambulantes no espaço praial	Todos	Adequação à legislação, sustentabilidade	12 meses	Comitê Gestor da Orla Associações GT Ambulantes SEMAM SEDEP, SEFIN	Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de Desenvolvimento Econômico Secretaria de Turismo
Treinamento e capacitação técnica (Línguas, economia, bombeiro, manipulação de alimentos (gestão e sabor), Associativismo (juntos somos fortes), práticas sustentáveis e gestão de resíduos, educação ambiental, etc).	Todos	Conscientização dos agentes da melhor forma de manuseio e diminuição dos danos ao meio ambiente	Permanente	Comitê Gestor da Orla Associações GT Ambulantes SEMAM SEDUC SESAU SETUR	Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de Desenvolvimento Econômico Universidades BOMbeiros SEBRAE ONG's Agenda 21
Padronização dos carrinhos, vestimentas e equipamentos (cadeiras e guarda-sóis).	Todos	Melhorar o padrão visual dos espaços praias Melhorar os serviços com ações de higiene	18 meses	Comitê Gestor da Orla Associações GT Ambulantes SEMAM SETUR	Secretaria de Desenvolvimento Econômico SEDGU Vigilância Sanitária
Disciplinamento da exploração da publicidade no espaço praial.	Todos	Propiciar que cada segmento possa buscar a melhor parceria para a	06 meses	Comitê Gestor da Orla SPU Associações	Secretaria de Meio Ambiente

		exploração da publicidade e não ficar refém de uma única empresa. Evitar o monopólio de serviços			Secretaria de Desenvolvimento Econômico Secretaria de Turismo
Manter a fiscalização contínua: Formar uma equipe de fiscalização multisetorial integrada para a orla; monitoramento por câmeras de vigilância	Todos	Cumprir o ordenamento	Contínuo	Comitê Gestor da Orla Associações CGM SEMAM Sefin SESAU Ti	Secretaria de Meio Ambiente Secretaria de Desenvolvimento Econômico Secretaria de Turismo
Criar certificações e/ou selo de qualidade para os ambulantes.	Todos	Mecanismo de incentivo para a qualidade ambiental e na manipulação de alimentos / Melhoria contínua	06 meses	Comitê Gestor da Orla Associações SEMAM SESAU SETUR	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Criar regularização de práticas de recolhimento de óleo e resíduos sólidos.	Todos	Buscar a melhoria da qualidade do ambiente praial; Cumprir a Lei de resíduos sólidos/ crimes ambientais.	06 meses	Comitê Gestor da Orla Associações SEMAM SEDUC	IBAMA Secretaria de Desenvolvimento Econômico Secretaria de Turismo
Estabelecer o número ideal de ambulantes por praia com base em um estudo de capacidade de suporte.	Praias urbanizadas	Estabelecer o número ideal de ambulantes por praia	6 meses	Comitê Gestor da Orla Associações IBAMA GT Ambulantes	Universidades Ass. Arquitetos e Eng., IAR/Bandeira Azul, Agência Costeira, Soc. Amigos do Guaiúba

5.7. QUIOSQUES DA ORLA – AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

AÇÕES E MEDIDAS	Trecho	FINALIDADE	DURAÇÃO DA ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS ENVOLVIDOS
O que fazer?		Por que fazer?	Quanto tempo?	Envolvido principal na ação?	Quem está envolvido secundariamente na ação?
Diagnosticar os tipos de atividades de quiosques	Todos	Facilitar planejamento e gestão	06 meses	CGO; SEMAM; SEDEP; SETUR;	Associações
Recadastramento de quiosques	Todos	Facilitar planejamento e gestão	06 meses	CGO; SPU; SEMAM; SEDEP; SETUR;	Associações
Levantamento sócioeconômico dos envolvidos	Todos	Facilitar planejamento e gestão	06 meses	CGO; SPU; SEMAM; SEDEP; SETUR;	Associações
Readequação da legislação	Todos	Facilitar fiscalização	1 ano	CGO; AGM; SEDEP	Câmara municipal Associações
Disciplinar a exploração da publicidade no espaço praial posto que o TAC previa licitações.	Todos	Propiciar aos diversos segmentos parceiras para exploração da publicidade	1 ano	AGM; SEDEP; SETUR;	Iniciativa privada
Evitar o monopólio de uma empresa na exploração dos quiosques e da publicidade praial	Todos	Propiciar aos diversos segmentos parceiras para exploração da publicidade	1 ano	AGM; SEDEP; SETUR.	Iniciativa privada
Bucar a certificação das atividades com checagem dos equipamentos e formas de exploração das atividades.	Todos	Criar um selo de certificação e de qualidade para os quiosques.	1 ano e 06 meses	Comitê Gestor da Orla, Secretaria da Saúde, SEDEP, SETUR, SPU	Iniciativa Privada SEBRAE Associações
Desenvolvimento de um plano de padronização dos quiosques.	Todos	Projeto que possa ser adequado para as	2 anos	Comitê Gestor da Orla, Secretaria da	Iniciativa Privada SEBRAE Associações

		características de cada praia.		Saúde, SEPLAN, SETUR, SPU	
Eliminação de quiosques abandonados	Todos	Priorizar quem está na exploração e cumprir a exigência do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC na Praia da Enseada	1 ano	Comitê Gestor da Orla, SEPLAN, SETUR, SPU	Iniciativa Privada SEBRAE Associações
Buscar a melhor forma de regularizar os quiosques existentes com uma licitação justa e com justificativa de dispensa pelo fator socioeconômico da exploração da atividade com proposta de alteração da legislação junto ao SPU em Brasília	Todos	Ordenar a utilização dos espaços da praia proibindo novas licenças.	2 anos	Comitê gestor da Orla, SPU, Ministério Público	GERCO – SP Associações, SEPLAN
Evitar novas licenças após remoção dos quiosques Enseada	Todos		12 meses	CGM, SPU, Ministério Público	Associações SEDEP, SEPLAM

6. ESTRATÉGIAS PARA A IMPLANTAÇÃO DO PLANO

6.1 Formas de legitimação do Plano

A implantação do presente Plano de Intervenção para o Orla de Guarujá deverá contar com a participação da sociedade, dos órgãos da esfera municipal, estadual e federal assim como do poder legislativo. Para tanto foi constituído um Comitê Gestor Provisório formado por representantes destes diferentes setores, de forma a garantir o processo participativo já na elaboração do Plano de Gestão Integrada. Referido Comitê deverá ser legitimado após a Audiência Pública municipal de apresentação do Plano, participando ativamente da gestão da orla municipal.

Levando em conta a existência de outras instâncias municipais para tomada de decisão, seria benéfico e vantajoso propor articulações destes com o Comitê Gestor para que pudessem atuar em consonância, evitando duplicidades e fortalecendo mutuamente suas ações.

As atribuições e responsabilidades do Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla podem ser assim resumidas:

- Consolidar as propostas do Plano de Intervenção na Orla Municipal;
- Apresentar e discutir as propostas de ações com os vários setores da sociedade;
- Legitimar e divulgar o Plano de Intervenção;
- Definir prioridades para a sua implementação;
- Articular parcerias para garantir a execução das medidas e ações definidas no Plano;
- Monitorar e avaliar a implantação das ações e medidas;
- Rever e adequar periodicamente o Plano de Intervenção.

6.2 Mecanismos de envolvimento da sociedade

Dentre as formas passíveis de serem implementadas como mecanismos de envolvimento e participação da sociedade no nível municipal, podemos destacar:

6.2.1. Ações de caráter deliberativo

- Reuniões do Comitê Gestor

6.2.2. Ações de caráter consultivo

- Reunião com proprietários de quiosques, ambulantes da orla, estabelecimentos comerciais, associações de moradores dos bairros envolvidos, comunidades tradicionais e pesqueiras, dentre outros;
- Apresentação do projeto à Câmara dos vereadores

6.2.3. Ações de caráter informativo

- Divulgação do Plano junto aos meios de comunicação do município e regionais.
- Apresentação das principais propostas do Plano, nas escolas e entidades organizadas (clubes, associações de classe, etc.)

6.3 Alternativas de articulação política

O processo de adoção é eminentemente de natureza política, ou seja, todo o esforço inicial deve ser dado para que o poder público municipal adote as ações aqui propostas por meio de um arranjo institucional equilibrado entre as forças de poder local – um processo de governança deve ser estabelecido. O processo de adoção também se caracteriza pela necessidade de adoção financeira para viabilizar os projetos levantados. Desta forma, deve existir também a habilidade por parte do Comitê Gestor em saber quais fontes de financiamento podem estar disponíveis e dependendo dos projetos e recursos necessários quais os prazos necessários e agências financiadoras são as adequadas para tal, cabendo destacar que este processo demanda tempo para sua consecução.

Para incentivar a participação de agentes governamentais e não governamentais é desejável que haja articulação de um grupo ativo de parceiros de órgãos públicos que desenvolvem programas relacionados ao gerenciamento do espaço orla, para que se possa estabelecer alianças e alcançar os objetivos traçados no presente Plano. Neste sentido cabe mencionar:

Articulações regionais e federais: GERCO/Baixada Santista, CODESP, AGEM, MPF, IBAMA, CETESB, INFRAERO, GRPU, UNESP, UNIFESP.

Articulações Municipais: Câmara dos vereadores, Secretarias e Órgãos municipais.

7. SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES

7.1. Base Legal existente que permita implementar as ações normativas

BASE LEGAL FEDERAL - RESUMO	
Constituição Federal 1988	Garante o direito de todos os cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como estabelece o dever do Poder Público e de todos cidadãos de conservar o meio ambiente para as futuras gerações.
<u>LEI Nº 12.651/12</u>	Institui o Código Florestal
<u>LEI Nº 11.445/07</u>	Institui a Política Nacional de Saneamento
<u>LEI Nº 6.513, de 20/12/77</u>	<u>Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de interesse Turístico</u>
<u>LEI Nº 6.766, de 19/12/79</u>	<u>Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano</u>
<u>LEI Nº 6.902, de 27/04/81</u>	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental
<u>LEI Nº 6.938, de 31/08/81</u>	<u>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação</u>
<u>LEI Nº 7.347, de 24/07/85</u>	<u>Disciplina Ação Civil Pública de Responsabilidades Por Danos Causados ao Meio Ambiente, ao Consumidor, a Bens de Direitos do Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico e Paisagístico</u>
<u>LEI Nº 7.661, de 16/05/88</u>	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC
<u>LEI Nº 7.797, de 10/07/89</u>	<u>Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA</u>

<u>LEI Nº 8.617, de 04/01/93</u>	<u>Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros</u>
<u>LEI Nº 8.630, de 25/02/93</u>	<u>Dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias</u>
<u>LEI Nº 9.432, de 08/01/97</u>	<u>Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário</u>
<u>LEI Nº 9.433, de 08/01/97</u>	<u>Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – PNRH</u>
<u>LEI Nº 9.605, 12/02/98</u>	<u>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente</u>
<u>LEI Nº 9.636, de 15/05/98</u>	<u>Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União</u>
<u>LEI Nº 9.790, de 23/03/99</u>	<u>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria - OSCIP</u>
<u>LEI Nº 9.795, de 27/04/99</u>	<u>Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA</u>
<u>LEI Nº 10.257, de 10/07/01</u>	Regulamenta os Art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana - Estatuto da Cidade
DECRETO Nº 24.643 de 10/07/34	Decreta o Código das Águas
<u>DECRETO-LEI Nº 25, de 30/11/37</u>	<u>Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</u>
<u>DECRETO-LEI Nº 2.490, de 16/08/40</u>	<u>Estabelece Novas Normas para o Aforamento dos Terrenos de Marinha</u>

Resolução CIRM nº 05, de 03/12/97	Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC II
Resolução CONAMA nº 303, de 20/03/02	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente - APP

BASE LEGAL ESTADUAL - RESUMO	
<u>LEI Nº 10.019/98</u>	<u>Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro</u>
<u>DECRETO Nº 58.996/13</u>	<u>Zoneamento Ecológico Econômico da Baixada Santista</u>

7.2. Base institucional local para executar as ações previstas

Gabinete da Prefeita

Secretaria de Turismo/Núcleo de Projetos Especiais;

Secretaria do Meio Ambiente do Guarujá;

Secretaria da Cultura de Guarujá;

Secretaria de Planejamento e Gestão de Guarujá;

Secretaria de Infraestrutura e Obras de Guarujá;

Secretaria de Habitação de Guarujá;

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Portuário/Diretoria de Pesca;

Secretaria de Finanças;

Advocacia Geral do Município;

Guarda ambiental municipal.

7.3. Fóruns de decisão existentes no município

- Comitê Gestor da Orla;
- Comissão Permanente de Implementação do Projeto Orla Guarujá;
- Câmara Municipal;
- Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação;
- Conselho Municipal de Turismo;
- Conselho Municipal de Educação;
- Conselho da Área de Proteção Ambiental da Serra do Guararú.

7.4. Instrumentos gerenciais e normativos locais existentes

BASE LEGAL MUNICIPAL - RESUMO	
<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 108/07</u>	<u>Plano Diretor, Lei de Zoneamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo do Município de Guarujá (em processo de revisão)</u>
<u>Secretaria de Planejamento</u>	<u>Plano de Intervenção Urbanística – PIU (6 praias urbanizadas)</u>
<u>Fórum da Agenda 21</u>	<u>Agenda 21 local</u>

7.5. Material técnico científico e outros sobre a área de estudo

- AGENDA 21 do Município de Guarujá, disponível em: www.guaruja.sp.gov.br;
- BARRAGÁN, Juan Manuel. “Medio Ambiente y desarrollo em áreas litorales: Introducción a la Planificación y Gestión Integradas”, Cadiz: Universidad, Servicio de Publicaciones, 2003;
- Estudos Técnicos de Proposta APA Serra do Guararu-2012. Instituto de Segurança Socioambiental – ISSA. Disponível em: www.issa.net.br;
- BARRAGÁN, Juan Manuel, et. Al. “Estrategia Andaluza de Gestión Integrada de Zonas Costeras”. Junta Andalucia, Consejería de Meio Ambiente, 2008;
- Litoral Sustentável: Desenvolvimento com inclusão social. Boletim Regional nº 2, “Diagnóstico urbano socioambiental e programa de desenvolvimento sustentável em municípios da Baixada Santista e Litoral Norte do Estado de São Paulo, São Paulo: dezembro de 2012, disponível em: www.litoralsustentavel.org.br;
- Litoral Sustentável: Desenvolvimento com inclusão social. Boletim Regional nº 3, “Proposta participativa para municípios da Baixada Santista e do Litoral Norte do Estado de São Paulo”, São Paulo: abril/maio de 2013, disponível em: www.litoralsustentavel.org.br

- Projeto de Conservação e Segurança as Serra do Guararu. Instituto de Segurança Sociambiental – ISSA. Disponível em: www.issa.net.br;
- Projeto de Revitalização Socioambiental da Enseada. Instituto de Segurança Socioambiental – ISSA. Disponível em: www.issa.net.br;
- Projeto orla: Fundamentos para a gestão integrada da orla/Ministério do Meio Ambiente/SQA; Brasília: MP/SPU, 2002;
- Projeto orla: manual de gestão/Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. – Brasília: MMA, 2006. P.88;

8. Sistemática de acompanhamento, avaliação e revisão do Plano

8.1. Acompanhamento

A Prefeitura de Guarujá possui um Sistema de Gerenciamento de Projetos – SIGEPRO onde serão inseridas todas as ações e medidas estratégicas do Plano de Gestão Integrada da Orla de Guarujá e os respectivos projetos elaborados para a consecução de suas metas, bem como as secretarias e parceiros envolvidos na implementação.

O SIGEPRO controla a execução das ações por etapas preestabelecidas e prazos determinados, gerando relatórios regulares com a periodicidade desejada. O sistema pode ser programado para emitir alertas a todos os atores envolvidos na execução das ações via SMS ou e-mail.

O Presidente do Comitê Gestor assessorado pelos demais órgãos envolvidos estará encarregado de emitir Relatório trimestral via SIGEPRO, constando das seguintes informações:

- a) Especificação da ação e identificação do responsável;
- b) Apresentação dos produtos parciais concluídos;
- c) Indicação dos produtos não concluídos e sua justificativa;

Tal relatório, de modelo e formato a ser definido, possibilitará uma síntese dos progressos, dificuldades e lições aprendidas na execução do Plano, bem como indicará medidas e recomendações para sua adequação e eventuais ajustes.

8.2. Avaliação

A avaliação do Plano seguirá a mesma sistemática do acompanhamento, adotando-se um prazo maior, ou seja, após o primeiro semestre e daí sucessivamente a cada 6 meses.

8.3. Revisão do Plano

Será efetuada após a análise do 2º Relatório de Avaliação, considerando a necessidade de adequação ou não das ações, cronograma, recursos e parcerias propostos.

9. CRONOGRAMA – Ações e Medidas Estratégicas

ATIVIDADES	6 meses	8 meses	12 meses	24 meses
LINHA DE AÇÃO: Lazer e Turismo				
Criação e regulamentação de espaços/ horários para atividades de esportes na faixa de areia				
Avaliar a possibilidade de visitação turística da Ponte Elevadiça da via férrea de Vicen (ligação seca)/ Forte de Itapema/ Museu de Santos Dumont				
Implantação do início das obras do Aeroporto de Vicente de Carvalho				
Criação de regulamentação das atividades de pesca esportiva e inclusão no calendário turístico da cidade				
Criação e regulamentação de roteiros nauticos de turismo e de ecoturismo				
Desenvolvimento de projeto para implantação de espaço para convenções e atividades correlatas				
Criação, divulgação e regulamentação de roteiros de trilhas para ecoturismo, educação ambiental e de avistação de aves				
Regulamentação das áreas para atividades nauticas com e sem motor				

Estudo para implantação de ciclovias na orla				
Divulgação da regulamentação para realização dos campeonatos de esporte e eventos que utilizam a faixa de areia/calçadão				

ATIVIDADES	6 meses	12 meses	24 meses
LINHA DE AÇÃO: Comunidades tradicionais			
Levantamento das atividades tradicionais			
Desenvolvimento de políticas para sustentabilidade			
Fortalecimento do elo da cadeia produtiva/s.i.m.			
Identificação de locais para cultivo de organismos			
Fomento de resgate das festas tradicionais, religiosas caiçaras			
Implementação de turismo ecológico de base comunitária			
Fomento à viabilização de estatutos técnicos e científicos para implantação de sistema de saneamento básico			
Levantamento das atividades tradicionais			
Desenvolvimento de políticas para sustentabilidade			
Fortalecimento do elo da cadeia produtiva/s.i.m.			
Identificação de locais para cultivo de organismos			
Fomento de resgate das festas tradicionais, religiosas caiçaras			
Resgate da cultura e uso de plantas medicinais			
Resgate da culinária tradicional			
Implementação de turismo ecológico de base comunitária			
Fomento à viabilização de estatutos técnicos e científicos para implantação de sistema de saneamento básico			
Fiscalização de ligações clandestinas (água/esgoto)			
Recuperação das matas ciliares manguezal, restinga e floresta			

ATIVIDADES	2 meses	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
LINHA DE AÇÃO: Comunidades tradicionais							
Garantia de acesso às áreas de pesca (estuários, praias e canais)							
Educação ambiental (elaboração e implementação)							
Equipamentos públicos: praças, centros comunitários, escolas, postos de saúde							
Programa de regularização fundiária							
Implantação de um programa de inclusão digital							
Expansão do horário de funcionamento de transporte							
Elaboração de estudos de viabilidade para tombamento das áreas caiçaras							
Ordenamento urbanístico com intuito de evitar construções que facilitem a especulação imobiliária e expansão portuária							
Restauração do caminho via terrestre da praia do Góes							
Construção de pier para atracação da embarcação							
Processo de limitação administrativa (viaturas pm, samu)-livre acesso							
Reconhecimento de território dos pescadores (permissão de uso sustentável à pesca artesanal) ❖ T.A.U.S (Termo de Autorização de Uso sustentável)							
Policiamento preventivo e implantação de monitoramento por câmeras							
Fomento a projetos de escolinhas de esportes para crianças e jovens da comunidade							
Implantação e construção de unidade básica de saúde							
Fomento e apoio para o licenciamento de atividades extrativistas florestais (coquinho, bambú, cipó, helicônia, outros..) dentro de um plano de manejo							

ATIVIDADES	6 meses	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses
LINHA DE AÇÃO: Poluição Marinha e Estuarina					
Etapa 1: Diagnóstico da situação de poluentes no estuário e praias: - Identificar os atores sociais diretamente relacionados com os problemas – empresários, associações, órgãos públicos. - Criação de um Plano de Diagnóstico (já criado pela SEMAM), com metas; - Criar um inventário com as fontes de poluição e tipos de poluentes; - Levantamento secundário e coleta de amostras; - Análise por laboratório conveniado; - Discussão dos resultados.					
Etapa 2: Plano de Ação - Adoção de um Programa de Controle de Poluição (já criado e implantado pela SEMAM, em 2009); - Orçar e captar recursos orçamentários e outros (provenientes de TAC's, p. ex.); - Manter contato para obter convênios com universidades e instituições; - Capacitar equipes para a atuação nas ações propostas.					
Etapa 3: Adoção - Analisar a legislação vigente para verificar a necessidade de possíveis alterações ou a criação de leis novas. - Criar a Guarda Municipal Ambiental e prover de poder de polícia administrativa para atuar na fiscalização, aprovar na câmara municipal; (já criada). Obs.: A legislação da guarda ambiental precisa ser revista, para aumentar o poder fiscalizador da guarda. Fiscalização municipal - Ampliar número de fiscais e aprovar na câmara municipal; - Prever verba orçamentária municipal p/ implementar os programas.					
Etapa 4: Implantação - Articulação com órgãos envolvidos na área objeto de estudo; - Fiscalizar as áreas, para coibir a contaminação e prevenir seus danos. - Notificar os poluidores para a adoção de medidas de controle, com prazos (já feito); - Poluidores devem recuperar áreas degradadas (prazos em andamento).					

Obs.: Estas medidas já estão em andamento, com cronogramas e retornos da fiscalização.					
Etapa 5: Avaliação - Avaliar permanentemente os resultados das ações e retroalimentar o sistema; - Rever estratégias e reavaliar ações propostas, frente aos resultados.					

ATIVIDADES	12 Meses	24 Meses	36 Meses	48 Meses
LINHA DE AÇÃO: Estratégias para conservação de APP				
Fase1 – DIAGNÓSTICO a) Fazer o levantamento da Fauna e Flora de todas as APP's; b) Identificar e mapear as APPs que estão conservadas e e as que estão degradadas; c) Identificar o tipo e o grau de degradação; d) Identificar os riscos de degradação que as APPs preservadas podem sofrer.				
Fase 2 – Planejamento a) Criação de um GT de ação integrada (coordenação e técnicos) b) Elaboração de Projeto para captação de recursos c) Programa de Educação Ambiental; d) Após o diagnóstico escolher duas áreas pilotos para início de implantação, uma já degradada e outra preservada, mas com risco de degradação.				
Fase 3 – Adoção a) Oficializar a criação de GT-Ação Integrada b) Criação de lei para viabilizar a desocupação ou regulamentação de áreas ocupadas e degradadas				
Fase 4 – implementação a) Envolver os setores que estão causando a degradação da APP; b) Parcerias entre as instituições públicas e privadas para solucionar os conflitos; c) Implantar o tema no Programa de Educação Ambiental.				
Fase 5 – AVALIAÇÃO a) Realizar vistorias de dois em dois meses nas áreas mapeadas. b) Acompanhamento das metas propostas nas áreas piloto				

ATIVIDADES	12 Meses	24 Meses	36 Meses	48 Meses
LINHA DE AÇÃO: Revitalização de Áreas Degradadas				
Etapa 1: Diagnóstico da áreas degradadas - Reconhecer as áreas degradadas e suas características (por grau de degradação) e criar um inventário; - Identificar os atores sociais diretamente relacionados com os problemas – empresários, associações, órgãos públicos; - Criação de um Plano de Diagnóstico de Áreas Degradadas, com metas; - Implantação de um sistema de georeferenciamento planialtimétrico.				
Etapa 2: Plano de Ação - Formação de grupo de trabalho de ações integradas; - Discussão dos resultados. - Formalizar programa de recuperação de áreas degradadas; - Capacitar equipes para a atuação nas ações propostas. - após o diagnóstico escolher uma área piloto para início da recuperação ou revitalização.				
Etapa 3: Adoção - Portaria Municipal para criação do grupo de trabalho; - Prever verba orçamentária municipal p/ implementar os programas.				
Etapa 4: Implantação - Articulação com órgãos envolvidos na área objeto de estudo; - Fiscalizar as áreas degradadas, para evitar invasões, desmoraamentos, análise de áreas de risco, etc.				
Etapa 5: Avaliação - Avaliar permanentemente os resultados das ações e retroalimentar o sistema; - Rever estratégias e reavaliar ações propostas, frente aos resultados.				

ATIVIDADES	12 meses	24 meses
LINHA DE AÇÃO: Certificação Ambiental		
Etapa 1: Diagnóstico das áreas a serem certificadas: - Identificar os atores sociais diretamente relacionados com a certificação – empresários, associações, órgãos públicos; - Priorizar as áreas a serem certificadas;		
Etapa 2: Plano de Ação - Formação de grupo de trabalho de ações integradas para a certificação; - Discussão dos resultados; - Contactar órgãos certificadores; - Agendar visitas; - Programa de educação Ambiental.		
Etapa 3: Adoção - Portaria Municipal para criação do grupo de trabalho; - Prever verba orçamentária municipal p/ viabilizar as certificações; - Prever recursos materiais e humanos para ações específicas (obras, demolição, construção, etc.).		
Etapa 4: Implantação - Viabilizar recursos para a manutenção do processo de certificação; - Monitoramento e controle, por meio de vistorias das equipes técnicas e temáticas envolvidas, nos locais;		
Etapa 5: Avaliação - Avaliar permanentemente os resultados das ações; - Realinhar as ações, conforme os desvios observados, para manter a certificação; - Pesquisa de satisfação dos clientes.		

ATIVIDADES	12 meses	24 meses
LINHA DE AÇÃO: Estratégias para implantação de Unidade de Conservação		
Fase1 – DIAGNÓSTICO a) Fazer o levantamento da Fauna e Flora de áreas com possível potencial para criação de UC. b) Levantamento das comunidades que estão direta e indiretamente envolvidas com as áreas escolhidas. c) Identificar os riscos de degradação que as áreas escolhidas sofrem.		
Fase 2 – Planejamento a) Criação de um GT de ação integrada (coordenação e técnicos) b) elaboração de Projeto para captação de recursos c) programa de educação ambiental d) Realizar Audiências Públicas para criação das UC e) Criação do Plano de Manejo		
Fase 3 – Adoção a) Oficializar a criação de GT-Ação Integrada b) Criação de lei definindo a UC.		
Fase 4 – implementação a) Envolver os setores interessados na área escolhida. b) parcerias entre as instituições públicas e privadas para criação e manutenção da UC.		
Fase 5 – AVALIAÇÃO a) Realizar vistorias de dois em dois meses nas áreas de criação das UC's. b) Acompanhar o plano de manejo para saber se estão sendo cumpridas as metas propostas na UC. c) Verificar se a qualidade de vida das comunidades envolvidas apresentou melhoria		

ATIVIDADES	
	12 meses
LINHA DE AÇÃO: Paisagismo	
Etapa 1: Diagnóstico das áreas que necessitam de planos de paisagismo: <ul style="list-style-type: none"> - Identificar os atores sociais diretamente relacionados com os aspectos paisagísticos: empresários, associações, órgãos públicos; - Priorizar as áreas; - Iniciar o estudo para a implantação de um Plano de Arborização Municipal. 	
Etapa 2: Plano de Ação <ul style="list-style-type: none"> - Formação de grupo de trabalho de ações integradas; - Formalizar convênios para a doação de mudas de plantas e árvores; - Escolha das espécies e definição de épocas de plantio e de poda; - Discussão dos resultados; - Planejar a implantação de um mudário com espécies (prioritariamente sps nativas) no parque municipal; - Identificar os mobiliários urbanos a serem usados nas áreas. 	
Etapa 3: Adoção <ul style="list-style-type: none"> - Portaria Municipal para criação do grupo de trabalho; - Prever verba orçamentária municipal p/ viabilizar a aquisição das espécies; - Prever recursos materiais e humanos para ações específicas (obras, plantio, poda, etc.); - Aprovar o Plano de Arborização Municipal, por meio de legislação específica. 	
Etapa 4: Implantação <ul style="list-style-type: none"> - Viabilizar recursos para a manutenção do processo; - Monitoramento e controle, por meio de vistorias das equipes técnicas e temáticas envolvidas, nos locais; 	
Etapa 5: Avaliação <ul style="list-style-type: none"> - Avaliar permanentemente os resultados das ações; - Realinhar as ações, conforme os desvios observados; - Pesquisa de satisfação do público. 	

	12 meses	24 meses
LINHA DE AÇÃO: Ordenamento Marinho e estuarino		
IMPLEMENTAR SISTEMAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO a) Barcos (sistemas de tratamento) b) Terrestre (sistemas de tratamento)		
DESASSOREAMENTO / DRAGAGEM a) Aprofundamento do leito b) Rever a curva natural do rio c) Aproveitar os quadrantes da CODESP, para o lançamento dos efluentes		
CORREDOR POR VIA TERRESTRE Para o CING a) Elevação das linhas elétricas b) Melhoria da qualidade do asfalto		
BALIZAMENTO a) Determinação do tipo de eventos - SPU b) Determinação da área de entrada c) Determinação da área de profundidade d) Padronização das boias de arrinque		
ADOTAR O ZEE a) Classificar a Praia do Goes igual a classificação da praiinha Branca (comunidade tradicional) b) CING - Z-5- Especial - Se e somente se contemplar estruturas náuticas classe III - c) Santa Cruz dos Navegantes - Z-5 Especial d) Estuário do Rio Santo Amaro Z-5 Especial e) Redução da Zona Z-3-Terrestre sentido Sul f) Inserir na minuta a legenda o Zoneamento Entre-Marés		

ATIVIDADES	
LINHA DE AÇÃO: Ocupações Irregulares	
Regularização fundiária	Permanente
Remoção das populações em áreas de risco	Permanente
Urbanização adequada cumprindo as premissas dos instrumentos do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor do município	Permanente
Abertura nos acessos de praias privadas	Permanente
Licenciamento	Permanente
Revitalização de áreas degradadas	Permanente

ATIVIDADE	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses	60 meses
LINHA DE AÇÃO: Ocupações Irregular para fins de moradia e lazer					
Remoção no PAC 2 e urbanização da área consolidada					
Remoção da ocupação em APP e reurbanização e saneamento					
Inserção do PAC 2					
Remoção de APP sem titularização e reurbanização, saneamento e criação de Vila Turística temática					
Revitalização e reurbanização Tipificação turística Saneamento e remoção nas áreas de APP					
Congelamento da área Regularização e criação de Vila Turística e gastronômica					
Congelamento, remoção e regularização Criação de Vila Turística e gastronômica					
Remoção, saneamento e criação de um Parque Ecológico					
Retomada da Faixa Pública (orla) reestruturação e revitalização					
Congelamento e remoção da orla. Regularização e revitalização					
Remoção das construções nas Astúrias Reforma nos quiosques					
Regularização dos quiosques					
Verificar a regularização do Clube de Pesca					

ATIVIDADE	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses
LINHA DE AÇÃO: Ocupação irregular e favelamento da Orla				
Regularização, congelamento e criação de uma Vila Ecológica				
Urbanização e Infra-estrutura				
Regularização ou remoção de moradias de area de APP				
Remoção e regularização das marinas e piers				
Instalação de marinas públicas				
Verificar a regularidade dos terrenos de marinha e recuperação de APPs				
Verificar a regularidade os terrenos de marinha perante ao SPU e órgãos ambientais				
Remoção dos quiosques e recuperação da praia / Jundu				
Verificar a irregularidade das construções na beira mar e remoção das construções				

ATIVIDADE	12 meses	24 meses	36 meses	48 meses
LINHA DE AÇÃO: Revitalização Urbana da Orla				
Orçar projetos específicos urbanos para cada praia com participação da sociedade				
Uniformizar o mobiliário urbano por praia				
Melhorar a acessibilidade a todas as praias				
Buscar parcerias para projetos com participação de universidades				
Recompôr, onde possível, o ecossistema local, tais como dunas e outros				
Reduzir obstáculos à visualização do ambiente marinho e da paisagem criada				
Instalação de sanitários, bebedouros e chuveiros públicos				
Regulamentação apropriada de espaços para publicidade nas estruturas comerciais, além daqueles destinados a identificação do comércio				
Implantação de locais de apoio à segurança (Bombeiros, polícia, etc.)				
Criação de fiscalização com uma guarda mirim ambiental ou com pessoas de terceira idade que poderão trabalhar junto com o Comitê Gestor				
Programa de Monitoramento Voluntário da Orla				

ATIVIDADES	4 meses	6 meses	12 meses	18 meses
LINHA DE AÇÃO: Ambulantes na Orla				
Ordenamento da atividade de ambulantes no espaço praial				
Exigencia de treinamento e capacitação técnica para exploração da atividade de ambulante				
Padronização dos carrinhos, vestimentas e equipamentos como cadeiras e guarda-sóis.				
Ordenamento da atividade de ambulantes no espaço praial				
Exigencia de treinamento e capacitação técnica para exploração da atividade de ambulante				
Padronização dos carrinhos, vestimentas e equipamentos como cadeiras e guarda-sóis.				
Disciplinamento da exploração da publicidade no espaço praial posto que o TAC pode trazer como problema o monopólio de uma só empresa.				
Adoção de uma legislação que possa normatizar e regulamentadora				
Manter a fiscalização contínua				
Manter parcerias com as Associações				
Exigir certificações dos envolvidos com checagem dos equipamentos e formas de exploração de atividades.				
Regulatar práticas de recolhimento de óleo e demais resíduos.				

ATIVIDADES	6 meses	12 meses	18 meses	24 meses
LINHA DE AÇÃO: Quiosques na Praia				
Diagnosticar os tipos de atividades de quiosques				
Recadastramento				
Levantamento da situação de regularidade dos ambulantes				
Levantamento sócioeconômico dos envolvidos				
Readequação da legislação				
Ordenamenamento e Capacitação técnica para exploração dos ambulantes				
Disciplinar a exploração da publicidade no espaço praial posto que o TAC previa licitações.				
Evitar o monopólio de uma empresa na exploração dos quiosques				
Bucar a certificação das atividades com checagem dos equipamentos e formas de exploração das atividades.				
Desenvolvimento de um plano de padronização dos quiosques.				
Eliminação de quiosques abandonados				
Buscar a melhor forma de regularizar os quiosques existentes com uma licitação justa e com justificativa de dispensa pelo fator socioeconômico da exploração da atividade com proposta de alteração da legislação junto ao SPU em Brasília				
Evitar novas licenças quando da remoção dos quiosques da praia da Enseada				